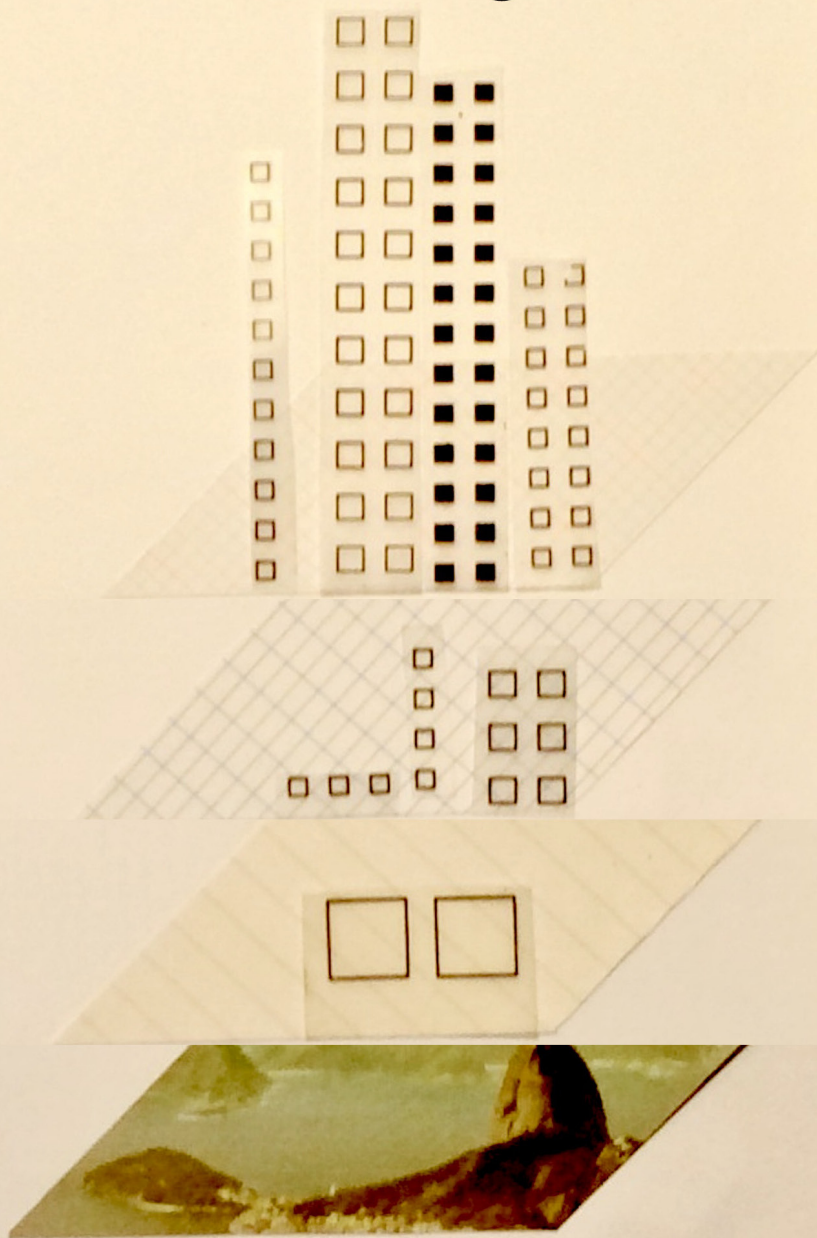


**@metropolis**

**15**

ano 4 | dezembro 2013

**Revista eletrônica de  
estudos urbanos  
e regionais**



# revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles.

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

É direcionada a alunos de pós-graduação de forma a priorizar trabalhos que garantam o caráter multidisciplinar e que proporcionem um meio democrático e ágil de acesso ao conhecimento, estimulando a discussão sobre os múltiplos aspectos na vida nas grandes cidades.

A *e-metropolis* é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que contribuam com a discussão sobre o espaço urbano de forma cada vez mais vasta e inclusiva.

A revista é apresentada através de uma página na internet e também disponibilizada em formato “pdf”, visando facilitar a impressão e leitura. Uma outra possibilidade é folhear a revista.

As edições são estruturadas através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratam da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrôpoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

A partir da segunda edição da revista incluímos a seção ensaio fotográfico, uma tentativa de captar através de imagens a dinâmica da vida urbana. Nessa mesma direção, a seção especial - incorporada na quarta edição - é uma proposta de diálogo com o que acontece nas grandes cidades feita de forma mais livre e de maneira a explorar o cotidiano nas metrôpoles.

Os editores da revista *e-metropolis* acreditam que a produção acadêmica deve circular de forma mais ampla possível e estar ao alcance do maior número de pessoas, transcendendo os muros da universidade.

**Observatório das Metrôpoles**  
Prédio da Reitoria, sala 522  
Cidade Universitária - Ilha do Fundão  
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932  
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:  
emetropolis@bservatoriodasmetrolopes.net

Website:  
www.emetropolis.net

## editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

## editores

Ana Carolina Christóvão  
Carolina Zuccarelli  
Eliana Kuster  
Fernando Pinho  
Juciano Martins Rodrigues  
Marianna Olinger  
Patrícia Ramos Novaes  
Renata Brauner Ferreira  
Samuel Thomas Jaenisch

## assistente

Daphne Besen

## conselho editorial

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)  
Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)  
Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)  
Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)  
Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)  
Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)  
Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)  
Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)  
Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)  
Prof Dr. João Seixas (ICS)  
Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)  
Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)  
Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)  
Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)  
Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)  
Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)  
Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)  
Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)  
Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)  
Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)  
Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)  
Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)  
Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)  
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)  
Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)  
Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)  
Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)  
Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

# Editorial

nº 15 ▪ ano 4 | dezembro de 2013

**E**ncerramos o ano de 2013 com o lançamento da nossa 15ª edição, e muito satisfeitos com a consolidação deste espaço criado para aqueles que se dedicam e se interessam pelo fenômeno urbano, metropolitano e regional em suas múltiplas possibilidades de abordagem. Na última avaliação divulgada pelo sistema CAPES/Qualis, a revista eletrônica e-metropolis obteve um bom conceito, sendo reconhecida em diversas áreas do conhecimento, o que atesta a qualidade dos autores que, ao longo dos últimos anos, vêm contribuindo com a revista através de seus artigos, resenhas e ensaios. Fica aqui o nosso sincero agradecimento a todos os nossos colaboradores e leitores e o nosso desejo de que este espaço continue fomentando um rico debate acerca das nossas metrópoles.

Iniciamos esta edição com o artigo de capa intitulado **Forjando os anéis: paisagem imobiliária pré-Olímpica no Rio de Janeiro**, em que Christopher Gaffney analisa criticamente o contexto atual da cidade do Rio de Janeiro – marcado pela consolidação do planejamento estratégico enquanto matriz das políticas de gestão urbana – partindo do debate sobre gentrificação. As dinâmicas imobiliárias e os grandes projetos de intervenção urbana em curso na cidade são tomados como elementos para a caracterização de quatro diferentes facetas deste fenômeno: a valorização fundiária em bairros de consolidados de classe média, a implementação de grandes projetos de renovação urbana na área portuária da cidade, as políticas de ocupação policial em favelas, além da expansão dos investimentos

imobiliários voltados para as classes médias e altas na região da Barra da Tijuca decorrentes das obras para os Jogos Olímpicos de 2016.

No artigo seguinte, Paulo Roberto Soares problematiza a forma como vem se desenvolvendo a política de institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil após a Constituição de 1988 em seu artigo **Região metropolitana ou aglomeração urbana? O debate no Rio Grande do Sul**. O autor inicia sua reflexão com um debate conceitual sobre a metropolização enquanto processo complexo (econômico, político, social, morfológico), destacando algumas definições acadêmicas e institucionais desenvolvidas sobre o tema no Brasil. Em seguida, o autor os processos recentes de transformação de duas aglomerações urbanas em novas regiões metropolitanas no Estado do Rio Grande do Sul, destacando os riscos e os limites do uso político deste tipo de iniciativa.

Em **La ciudad del consumo: reflexiones en torno a La mercantilización urbana y al desarrollo de La infraestructura de retail en Santiago de Chile - 1982-2013**, Rosa Liliana de Simone discute as transformações urbanas ocorridas na capital chilena ao longo das últimas décadas, através das dinâmicas associadas à implantação de Shopping Center e à evolução desta tipologia comercial na cidade. São levantadas questões relacionadas aos processos de financeirização e desterritorialização do capital imobiliário envolvidas neste tipo de empreendimento, aos efeitos simbólicos relativos à disseminação de um novo estilo de vida

globalizado e novos padrões de lazer e consumo, além das relações com a reestruturação do território metropolitano da cidade de Santiago. Tudo permeado por um olhar crítico e atento às implicações deste fenômeno em contextos urbanos marcados por uma estrutura social desigual.

No último artigo deste número, intitulado **A economia-mundo capitalista: conceitos e considerações histórico-espaciais**, Magda Holan Yu Chang desenvolve um exercício de reflexão teórica sobre as rupturas ocorridas após a crise mundial deflagrada em 2008. A autora busca em Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e David Harvey possibilidades para compreender as lógicas de funcionamento e as forças históricas que estruturam o capitalismo mundial.

Esta edição conta também com o ensaio fotográfico **Maravilhoso Caos**, resultado do primeiro concurso de fotografia do Núcleo de Estudos e Pesquisas Audiovisuais em Geografia do Colégio Pedro II – Campus Realengo, tradicional instituição pública de ensino da cidade do Rio de Janeiro fundada 1837 e reconhecida nacionalmente pela sua qualidade. O ensaio teve como tema a mobilidade urbana no Rio de Janeiro.

Por fim, nossa sessão especial conta com a colaboração dos professores e pesquisadores do Observatório das Metrópoles Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (IPPUR/UFRJ) e Nelson Rojas de Carvalho (UFRJ). Em seu texto **2014: O que esperar das ruas: silêncio ou mobilização?**, ambos refletem sobre as manifestações públicas ocorridas em diversas cidades do país em 2013 e sobre as suas possibilidades de desdobramento ou continuidade.

**Boa leitura.** ■

# Índice

nº 15 ▪ ano 4 | dezembro de 2013

## Capa

- 08** Forjando os anéis: A paisagem imobiliária pré-Olímpica no Rio de Janeiro  
*Forging the Rings: Rio de Janeiro's pre-Olympic real-estate landscape*  
Por Christopher Gaffney

## Artigos

- 25** Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana? O debate no Rio Grande do Sul  
*Metropolitan Area or Urban Agglomeration? The debate in Rio Grande do Sul*  
Por Paulo Roberto Soares

- 32** La ciudad del consumo: reflexiones en torno a la mercantilización urbana y al desarrollo de la infraestructura de retail en Santiago de Chile. 1982-2013.  
*City of consumption: reflections about the commodification of urban space and the development of the retail infrastructure in Santiago de Chile (1982-2003)*  
Por Rosa Liliana de Simone

- 38** A Economia-Mundo Capitalista: Conceitos e Considerações Histórico-Espaciais  
*Capitalist world-economy: concepts and historical-spatial considerations*  
Por Magda Holan Yu Chang

## Ensaio

- 60** Maravilhoso Caos  
*Wonderful Chaos*  
Por Núcleo de Estudos e Pesquisas Audiovisuais em Geografia (NEPAG), sob coordenação de Yan Navarro

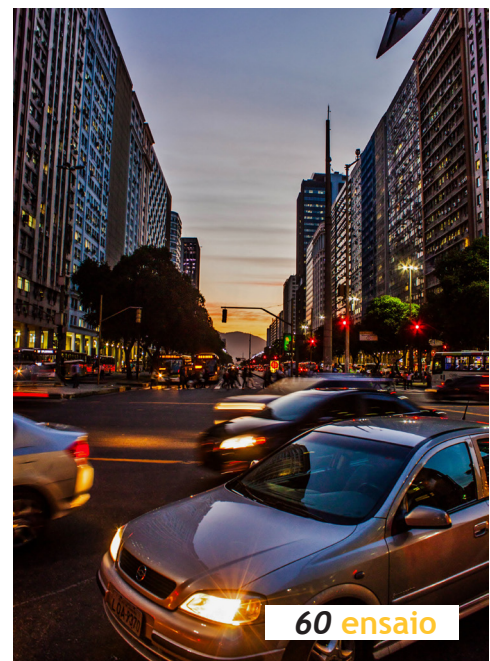
## agradecimentos

Agradecemos aos nossos pareceristas, abaixo mencionados, pela valiosa contribuição que têm prestado à seleção dos artigos publicados na *e-metropolis* ao longo deste ano.

Eliana Kuster, Luciana Lago, Lúcia Shimbo, Felipe Addor, Paulo Carneiro, Edson Miagusko, Thêmis Aragão, Claudete Vitte, Wendel Henrique, Paulo Roberto Soares, Mônica de Carvalho, Ricardo Dantas, Joisa Barroso, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Robert Pechman, Juliano Ximenes, Marcelo Ribeiro, Rosa Moura, Olga Firkowski e Gabriel Cid.

## Especial

- 57** 2014: O que esperar das ruas - silêncio ou mobilização?  
*What to expect from the streets - the silence or the mobilization?*  
Por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Nelson Rojas de Carvalho



## ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica

**Paula Sobrino** paulasobrino@gmail.com

Revisão

**Aline Castilho** alinecastilho1@hotmail.com

A Ilustração de capa foi feita por **Mariana Olinger**.

mariannaolinger@gmail.com

Christopher Gaffney

# Forjando os anéis

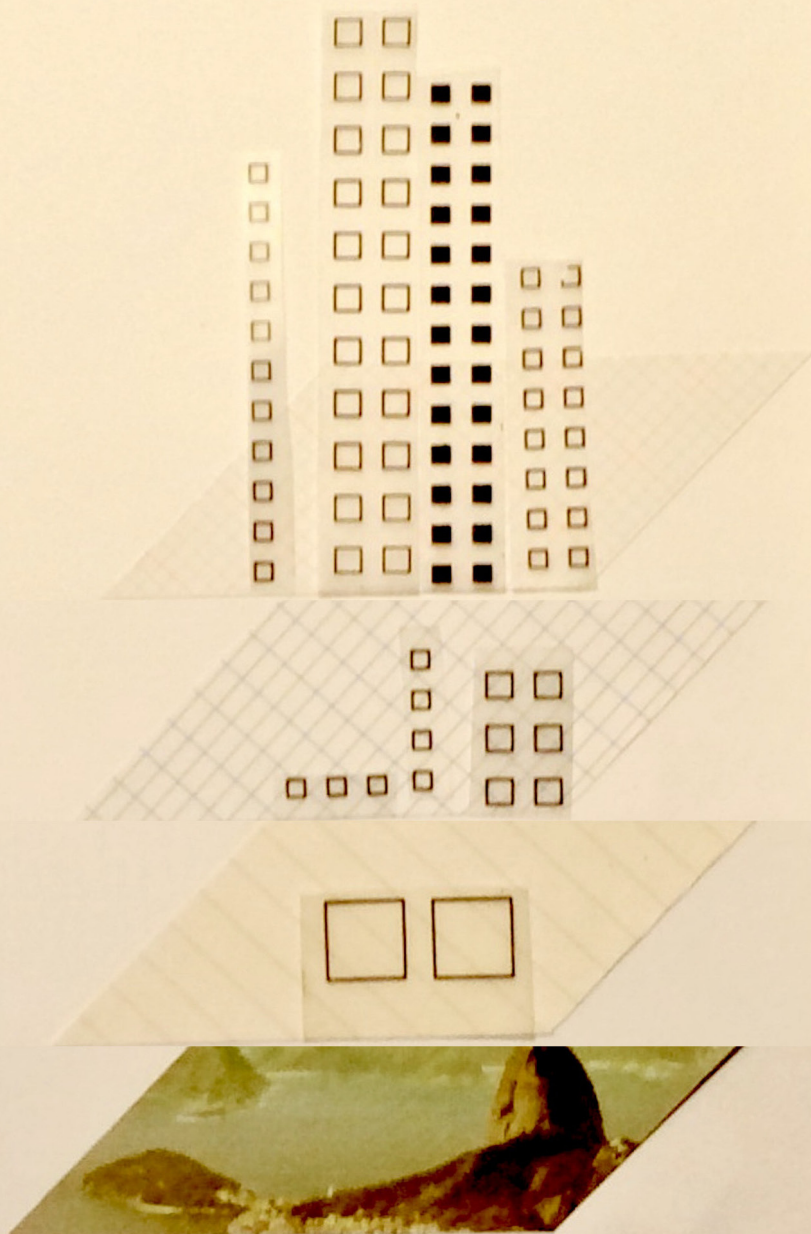
a paisagem imobiliária pré-Olímpica no Rio de Janeiro

## Christopher Gaffney

*possui mestrado em Geografia na University of Massachusetts at Amherst e doutorado em Geografia na University of Texas at Austin. Tem experiência nas áreas de Geografia e Planejamento Urbano, com ênfase em aspectos dos chamados mega-eventos. Atualmente é professor visitante na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense onde atua no programa de Pós-Graduação.*

[ctgaffney@id.uff.br](mailto:ctgaffney@id.uff.br)

Tradução: Marianna Olinger



## INTRODUÇÃO

A literatura sobre gentrificação tradicionalmente esteve focada em regiões centrais localizadas em grandes cidades da América do Norte e Europa com alguns estudos enfocando o hemisfério sul. Estes últimos concentrados nas regiões do Sul e Leste da Ásia (Shin, 2012) e, alguns estudos na língua inglesa, conduzidos na América Latina (López-Morales, 2010). Os estudos em inglês sobre dinâmicas de gentrificação no Brasil têm focado em São Paulo (Mendes, 2011), Salvador (Sampaio, 2007) e Rio de Janeiro (Mosciaro, 2010). A ausência de estudos sobre o mercado imobiliário e dinâmicas de gentrificação em cidades brasileiras impressiona, especialmente levando em consideração o aumento nos valores de venda e aluguéis nas primeiras décadas do século XX em todo o País (Observatório das Metrôpoles, 2012).

Existe uma dificuldade em traduzir a palavra *gentrification* para além do idioma no qual o termo foi criado. (Lees, 2012). A palavra em português, *gentrificação*, é geralmente entendida como o processo de mudança no estoque imobiliário, nos perfis residenciais e padrões culturais, de maneiras semelhantes aquelas bem documentadas nas cidades da América do Norte, Europa e América Latina (Mendes, 2011) (Caldeira, 2000). Como nas cidades da América do Norte e do Leste Europeu, processos de gentrificação estão inegavelmente presentes na cidade do Rio de Janeiro. O presente artigo investiga a possibilidade de que estejam ocorrendo múltiplas formas de gentrificação em diferentes níveis, em diferentes regiões da Cidade, envolvendo diferentes atores e com diferentes resultados. Tais dinâmicas imobiliárias, distintas porém relacionadas, apontam para a inadequação de uma gentrificação singular. Assim, proponho aqui um uso do termo no plural: gentrificações. Essa abordagem permite análises mais complexas e sólidas dos processos observados em uma literatura extensa sobre gentrificação.

Até o anúncio de que a cidade do Rio de Janeiro seria sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, as características residenciais no nível dos bairros eram determinadas por aluguéis relativamente estáveis e no acesso a serviços, com diferenças significativas baseadas na proximidade de mercados de trabalho, sistemas de transporte, acesso a amenidades culturais, ambientais e talvez, mais importante, a diferença entre mercados formal e informal (Cardoso & Leal, 2010; Queiroz Ribeiro, 1996). Os *gentry*<sup>1</sup>,

como eram chamados, mantinham-se refugiados em seus domínios socioespaciais em uma sociedade radicalmente desigual, com pouca necessidade de revanchismo espacializado, que caracterizou algumas cidades nos Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990 (Smith, 1996). Como Caldeira (Caldeira, 2000) mostrou no caso de São Paulo e Ferraz (Ferraz, 2008) no caso do Rio de Janeiro, a emergência de cidades “muradas” no Brasil reflete atitudes com relação à mistura de classes no espaço urbano. A falta de vontade entre a classe média para entrar nas favelas<sup>2</sup> e desenvolver a propriedade através de *sweatequity*<sup>3</sup> limitou a dinamização da gentrificação.

Apesar das dificuldades com relação à terminologia, como forma de elucidar os processos de gentrificações no Rio de Janeiro é útil compará-los a processos similares identificados nas cidades europeias e norte-americanas. Na sequência, farei uma reflexão sobre alguns processos gerais de gentrificação, defendendo uma análise socioespacial mais profunda sobre gentrificações (Lees, 2012). Nos casos de estudo descritos a seguir, identifico os agentes e atores envolvidos, bem como localizo e explico as causas e consequências das gentrificações em distintas áreas do Rio de Janeiro.

## PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÕES

Um consenso na literatura sobre gentrificação é que esta envolve o deslocamento de um grupo social por outro grupo em melhores condições econômicas, com diferentes padrões culturais. Existe também uma compreensão de que gentrificação compreende uma série de processos inter-relacionados em formação contínua. Segundo Mendes (Mendes, 2011), a gentrificação inclui:

- 1) Reorganização da geografia urbana com a substituição de um grupo por outro;
- 2) Reorganização espacial de indivíduos com determinados estilos de vida e características culturais;
- 3) Transformação do ambiente construído com a criação de novos serviços e requalificação residencial que pressupõe melhoramentos;
- 4) Alteração de leis de zoneamento que permita um aumento no valor dos imóveis, aumento da densidade populacional e uma mudança no perfil

2 Assentamentos informais que surgiram em resposta ao déficit habitacional no Brasil (Osório, 2003).

3 O *sweatequity* é um termo usado para as reformas de casas antigas ou degradadas que os próprios donos fazem. Em vez de pegar um empréstimo do banco para contratar uma empresa para reformar a casa, o dono investe com seu próprio suor (*sweat*).

1 A palavra *gentry* significa uma classe favorecida tipicamente associada com a aristocracia inglesa. Embora a palavra não seja explicitamente usada nesse sentido, o significado de um segmento social rico e com controle da terra continua.

socioeconômico.

A substituição, reorganização, transformação e alteração são visíveis na paisagem urbana e social através de atores diversificados, ainda que de maneira conectada. Em alguns casos, como, por exemplo, no desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas, esses atores colaboram abertamente (ainda que não necessariamente de maneira transparente). Em outros, estão incluídas respostas individuais a campanhas publicitárias de um novo condomínio, ou construtoras, buscando explorar um *rent-gap*<sup>4</sup> (Smith, 1987). Assim, um entendimento mais amplo dos padrões culturais e de sociologia urbana é necessário para revelar as conexões entre os diferentes atores envolvidos (Bourdieu, 2007; Certeau, 1984; Groth & Bressi, 1997; Low & Smith, 2006).

Os processos mencionados acima descrevem os resultados da gentrificação, mas não necessariamente indicam as técnicas e táticas empregadas por agentes específicos, ou as formas pelas quais esses processos são enfrentados ou adaptados por aqueles que sofrem os efeitos adversos da gentrificação. É importante lembrar que ao mesmo tempo que o espaço é produto e meio da ação social (Lefebvre, 1991), é também instrumental e um mecanismo de poder que simultaneamente produz uma hierarquia de lugares. Portanto, o espaço é fundamental para o processo de acumulação e de acomodação de poder e deve ser colocado como prioridade nos estudos sobre gentrificação (Mendes, 2011, 481).

Como um processo de recodificação do espaço, gentrificações são condicionadas por um mundo simbólico altamente carregado. Além de estudos baseados em dados do mercado imobiliário, conhecemos gentrificação quando vemos tipologias de arquitetura, configurações do espaço público e mudanças no design residencial acompanhadas de novos cafés e espaços voltados para o consumo. Padrões socioespaciais em mudança podem ser entendidos como uma característica do neocolonialismo (Ong, 2006), uma adequação espacial necessária para estimular os fluxos globais do capital (Harvey, 1991, 2005), uma “limpeza” do espaço urbano realizada para colocar a cidade no mercado visando a alcançar uma audiência global (Campanella, 2013; Freeman, 2012), ou um investimento capitaneado pelo governo necessário para regenerar o espaço urbano (Cravatts, 2007). Em cidades “emergentes” do Sul Global as gentrificações são também sustentadas por mudanças físicas através de “boas práticas internacionais” em conjunto com

4 O *rent-gap* é definido pela diferença entre o valor de solo atual e seu valor potencial. Quando o *rent-gap* é muito alto o desequilíbrio pode se manifestar em processos de gentrificação.

corporações nacionais, multinacionais e seus “parceiros” governamentais.<sup>5</sup> O resultado é a homogeneização de paisagens comerciais e residenciais ao redor do mundo. As Docas de Edimburgo parecem com as Docas de Dublin, que parecem com as Docas de Puerto Madero em Buenos Aires, que parecem com a paisagem da orla residencial de Barcelona. Esse processo cria familiaridades psicoespaciais<sup>6</sup> (se não fantasias e moralidades) para um estreito grupo que compartilha estilos de vida e gostos (Antrop, 2004; Sorkin, 1992). A gentrificação tem, de maneira geral, conotações negativas, que os que se beneficiam dela preferem ignorar. O uso de palavras mais acessíveis, como requalificação, reinvestimento, recuperação, renascimento etc., servem como mecanismos através dos quais o poder é legitimado e reproduzido.

A seguir examino quatro casos no Rio de Janeiro que possuem algumas das características elencadas pelos estudiosos de gentrificações citados acima. Início com uma experiência pessoal em um bairro de classe média antes de me debruçar sobre o projeto liderado pelo Estado na área portuária. Na sequência lanço um olhar sobre a especulação imobiliária que vem ocorrendo em algumas áreas de favela sob ocupação militar. O estudo de caso final está focado na região da Barra da Tijuca; esta é a região que recebe a maior fatia do investimento para o ciclo dos megaprojetos no Rio de Janeiro e demonstra características de uma gentrificação *new-built*<sup>7</sup> (Davidson & Lees, 2009). Na conclusão contextualizo os quatro estudos de caso na perspectiva de um panorama mais amplo do mercado imobiliário na cidade, identificando relações entre processos aparentemente separados.

## FLAMENGO

A mais completa inserção da cidade do Rio de Janeiro

5 Um exemplo é o Departamento de Planejamento da Universidade de Columbia (de Nova Iorque) que abriu o Studio-X no centro do Rio de Janeiro em 2010. O Studio-X está trabalhando em conjunto com o governo da Cidade e o empresário Eike Batista para desenvolver projetos urbanos “sustentáveis”. O Studio-X também realizou estudos na Zona Portuária com intenção de influenciar o desenvolvimento de políticas públicas. Esses sistemas internacionais de transferência de conhecimento têm impactos materiais nos moradores.

6 Uso o conceito psicoespacial para referir ao sentimento psicológico que o espaço gera. Quando entramos num espaço familiar, nos sentimos mais cómodos. As formas espaciais de gentrificação geram um sentimento de pertencimento que homogeneizam a experiência do mundo. Quando existe uma familiaridade espacial, por exemplo, em hotéis ou nas zonas portuárias reformadas, há também associações psicológicas.

7 *New-built gentrification* significa a construção de residências de alto padrão em áreas centrais consideradas degradadas ou pós-industriais.



nos circuitos globais do capital tem sido alcançada através da adoção de estratégias de marketing efetivas associadas ao empreendedorismo urbano e ao planejamento estratégico (Sanchez, 2010). A chegada de eventos globais como o Mundial de Futebol e as Olimpíadas de Verão aceleraram e justificaram a implementação de táticas e estratégias de governança neoliberal que aceleraram fluxos de todos os tipos: informação, turistas, bens, ideias e capital. A efetividade dessas políticas em atrair pessoas fez da abastada e densamente acomodada região da Zona Sul da Cidade<sup>8</sup> especialmente suscetível ao aumento de preços.

Situado no coração da Zona Sul do Rio de Janeiro, o Flamengo foi um dos primeiros bairros a passar pela verticalização nos anos 1940 e se tornou um reduto tradicional de residentes de classe média e de pequenos comerciantes (Abreu, 1987). Flamengo é um bairro bem servido pelo transporte público e próximo a amenidades culturais e centros de emprego. Apesar de seu estoque residencial antiquado, o bairro permanece uma área residencial atrativa. Em meados de 2011 me mudei para um edifício amplo, de arquitetura brutalista e uso mesclado (Edifício Hilton Santos, conhecido coloquialmente como Morro da Viúva) o qual têm uma das melhores vistas da Baía de Guanabara. O contrato de aluguel para um apartamento compartilhado havia expirado, porém estava sendo renovado mensalmente, e estava em nome de uma quarta parte que eu nunca conheci<sup>9</sup>. O Clube de Regatas do Flamengo (CRF), um dos maiores e mais tradicionais clubes desportivos do Rio de Janeiro, é proprietário do imóvel e subcontratava sua administração a uma empresa administradora e corretora de imóveis.

Em 2011, enquanto o governo municipal do Rio de Janeiro iniciou um processo de revisão do seu plano diretor para adaptá-lo às demandas do ciclo de megaeventos, o presidente do CRF, também membro da Câmara de Vereadores, pressionou para que fosse inserida uma linha nos novos regulamentos de zoneamento que permitisse que o edifício do Morro da Viúva fosse convertido em um hotel. Essa medida per-

mitiu que se iniciassem negociações entre o CRF e a EBX, um hotel e uma construtora residencial. Como parte do acordo, a EBX se comprometeu a pagar o valor de 14 milhões de reais equivalente ao débito do Clube com o município em IPTU em troca do direito de transformar a propriedade em um hotel cinco estrelas (globoesporte.com, 2012). No momento em que as negociações entre o CRF e a EBX começaram, rumores sobre o futuro do edifício no longo prazo passaram a circular na mídia e entre os residentes (Rocha, 2012).

O edifício do Morro da Viúva é um dos mais antigos e menos elegantes conjuntos residenciais do Flamengo e, como consequência, tinha um dos aluguéis mais baratos da vizinhança imediata (aproximadamente 25 reais por metro quadrado em relação à 44 reais para o bairro em geral) e, portanto, mantinha alguma diversidade socioeconômica em uma região de altos aluguéis. Quando o CRF anunciou suas intenções com a EBX, as pressões psicológicas e legais para que seus residentes deixassem seus lares aumentaram. Nos anos que antecederam à alteração do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, a empresa que administrava os bens do CRF (que ironicamente chama-se Protest) se recusou a renovar os contratos de aluguel do imóvel, o que resultou no congelamento dos aluguéis dos que residiam lá. No entanto, a empresa não investiu em nenhum tipo de manutenção ou adequações de segurança e não utilizou o valor pago pelos residentes pelo IPTU em sua dívida com o município. Em resposta à situação de incerteza, os residentes do edifício formaram uma associação e reuniram-se semanalmente para buscar alternativas legais de permanecer no local. Em diversas ocasiões a associação realizou protestos públicos que atraíram atenção significativa na mídia.

Durante o ano seguinte, a Protest (presumidamente atuando em nome do CRF) permitiu que as condições físicas do imóvel se deteriorassem ainda mais. Muitos dos residentes relatam ter tido suas portas arrombadas e seus apartamentos furtados. Relatos nos meios de comunicação chamavam atenção para o alto índice de desocupação do imóvel e invasões passaram a se tornar uma ameaça. A situação precária (legal e judicial) pressionou residentes a sair. A Protest então passou a negociar diretamente com os residentes desconsiderando as ações coletivas iniciadas pela associação. Muitos residentes antigos do Morro da Viúva, frustrados com os níveis de incerteza, começaram a buscar apartamentos de tamanhos semelhantes no bairro. No entanto, como os dados demonstram, os valores haviam praticamente dobrado na região, fazendo com que fosse impossível encontrar alguma coisa semelhante. Minha situação pessoal era literalmente insustentável já que meu contrato de aluguel

8 A Zona Sul inclui os bairros São Conrado, Leblon, Ipanema, Gávea, Lagoa, Jardim Botânico, Horto, Humaitá, Botafogo, Flamengo, Catete, Laranjeiras, Cosme Velho e Glória. Existem inúmeras favelas na região, mas apenas uma é reconhecida como bairro e está localizada fora do imaginário coletivo geográfico da Zona Sul.

9 Esta é uma situação típica para estrangeiros vivendo no Rio de Janeiro, já que para poder assinar um contrato formal de aluguel uma pessoa deve pagar o equivalente a três meses de aluguel como depósito ou possuir um fiador. Aqueles que não possuem família ou amigos próximos na cidade que já estejam no mercado formal estão em desvantagem significativa quando buscam lugares para alugar em um mercado que é crescentemente competitivo (Barchfield, 2012).

já havia expirado e eu não tinha nenhum poder de negociação. Após vários meses de incerteza deixei o edifício e fui pra outro apartamento no Flamengo, pagando o dobro do que pagava anteriormente. A associação dos moradores havia conquistado algumas vitórias importantes, conseguindo parar o processo de concessão e permanecer nos apartamentos, no entanto o edifício continuou sem investimentos de melhoria ou manutenção. No final de 2012, todos os residentes do prédio foram mandados embora e com a falência dos negócios de Eike Batista o projeto não avançou. O prédio está abandonado, mas o projeto do hotel ainda aparecia com destaque no website da EBX<sup>10</sup>.

Minha experiência pessoal demonstra que o processo de gentrificação pode ser vivido de maneira negativa pelos que estão para ser “gentrificadores”: profissionais de classe média e alta. Muitos dos residentes do Morro da Viúva foram forçados a buscar apartamentos em áreas menos centrais da Cidade. Sua possibilidade de pagar aluguéis um pouco mais altos do que a média do bairro, ao longo do tempo aumenta a pressão sobre os aluguéis nessas áreas, deslocando outros residentes. Evidências empíricas sugerem que as pressões nos bairros de classe média no Rio de Janeiro estão forçando famílias a sair da Zona Sul em direção a áreas menos centrais como Tijuca, Grajaú, São Cristovão e Méier. Locadores, à exceção daqueles nas faixas de renda mais elevadas, estão em situação particularmente precária. No entanto, mesmo para os proprietários de apartamentos de classe média, o aumento do IPTU agendado para entrar em vigor em 2013, irá aumentar a pressão sobre o orçamento familiar. O aumento nos aluguéis de imóveis residenciais tem sido acompanhado de aumento nos comerciais, aumentando o custo de vida na Cidade como um todo, fazendo do Rio de Janeiro uma das cidades mais caras do mundo<sup>11</sup>. O exemplo do Morro da Viúva é representativo dos processos que estão acontecendo nas regiões de classe média da Zona Sul.

## A ZONA PORTUÁRIA E O PORTO MARAVILHA: A GENTRIFICAÇÃO LIDERADA PELO ESTADO

O projeto do Porto Maravilha abrange cinco milhões de metros quadrados no centro dos bairros Saúde,

10 <http://www.ebx.com.br/pt-br/Atualidades/Paginas/NoticiaDetalhes.aspx?IdNoticia=35> (Acessado em 10 de maio de 2013).

11 De acordo com Lourenço da Silva (2013) o Rio de Janeiro é o terceiro mais caro mercado imobiliário do mundo.

Gamboa, Santo Cristo e as comunidades dos morros da Conceição e Providência. O projeto, estruturado como uma Parceria Público-Privada, antecipa a transformação no espaço urbano através de mudanças nas leis de zoneamento e altura das edificações, prevê projetos culturais financiados pelo Estado, como museus, uma completa reorganização das redes de transporte, a recuperação dos espaços públicos e um aumento dramático das unidades de imóveis residencial e comercial<sup>12</sup>.

A região portuária do Rio sofreu uma diminuição de sua população e investimentos desde que a capital do Brasil deslocou-se para Brasília em 1960. Os índices de pobreza estão acima da média da Cidade e possui recordes de edifícios abandonados, anteriormente utilizados pelo Governo Federal. Esse abandono, combinado à sua localização central, à presença de uma população de baixa renda, uma população ambulante (muitos residentes do subúrbio dormem nas ruas no centro durante a semana, retornando às suas casas distantes somente no fim de semana) e a percepção de “vazio” da Zona Portuária, atraiu atenção dos interesses imobiliários e das principais empresas de construção civil do País (Gusmão de Oliveira, 2012). Esse modelo de reocupação, financiado pelo Estado e liderado por interesses privados foi, previsivelmente, baseado nas “histórias globais de sucesso”, como adas Docas de Londres, do Porto do Sul de Manhattan, Puerto Madero em Buenos Aires e na renovação do Porto de Barcelona 1992 (Andreatta, 2010).

Os objetivos do Porto Maravilha podem ser identificados com tipos e processos clássicos de gentrificação. A saber<sup>13</sup>: (Porto Maravilha Rio de Janeiro, 2009)

“O Porto Maravilha é uma oportunidade única para construtoras e investimentos como:

- Prédios Residenciais
- Hotéis
- Edifícios de Alto Nível [sic]
- Investimentos em entretenimento e turismo
- Sedes de empresas, especialmente telefônicas, financeiras e de petróleo
- Investimentos e construções *Retrofit*
- Investimento e construções voltadas para novas tecnologias em serviços públicos

12 <http://www.portomaravilha.com.br/> Infelizmente não existem dados disponíveis sobre os valores dos imóveis na região utilizando as mesmas ferramentas de pesquisas utilizadas para os outros bairros. O alto percentual de assentamentos informais e a falta de investimento no setor imobiliário antes do início do projeto do Porto Maravilha criou uma brecha com relação a esse tipo de informação.

13 Informação retirada do link <http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>

Espera-se que após essas intervenções e investimentos, um novo ciclo, agora virtuoso, terá lugar nessa área, trazendo-a para o desenvolvimento dinâmico da cidade e resultando em:

- Incremento expressivo da população residencial (dos atuais 22.000 para até 100.000 nos próximos 10 anos)
- Melhoria nas condições socioeconômicas da região
- Criação de oportunidades de emprego e negócios
- Infraestrutura completamente nova
- Meio ambiente urbano sustentável

Em resumo, o Porto Maravilha é uma nova experiência em gestão urbana que irá criar um centro vivo, dinâmico e sustentável. Esperamos que esse processo influencie toda a região e a cidade a mover-se na direção desse modelo melhor de ambiente urbano<sup>14</sup>.”

Essa “nova experiência” irá afetar as 32.000 pessoas que moram atualmente na área e fará uma concessão pública para a administração da infraestrutura e provisão de serviços na região até 2035 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011). No Porto Maravilha, empresas privadas de construção irão realizar uma reconfiguração espacial de cinco milhões de metros quadrados em parcelas de terra em localização central. A área será administrada pela iniciativa privada. Enquanto esses processos estão ainda em fase inicial, uma vez que o projeto do Porto Maravilha tiver sido iniciado, o acesso a serviços irá ocorrer através de mecanismos do mercado, enquanto as novas torres residenciais e distritos de consumo irão criar territórios globalizados de consumo em bairros historicamente pobres, porém com ricas tradições culturais.

Um decreto do prefeito de 2010 gerou um processo de licitação pelo Porto Maravilha, no entanto o projeto tem suas origens em uma proposta apresentada pelas empresas OAS e Odebrecht em 2009<sup>15</sup>. Os parâmetros adotados para a licitação foram exatamente aqueles apresentados pelo consórcio criado por essas duas empresas (Consórcio Porto Novo). Os parâmetros geográficos do Porto Maravilha coincidem exatamente com outro decreto do prefeito que estabelece uma Zona de Especial Interesse Social (ZEIS), fato que abre espaço para aplicação de financiamentos públicos especiais para a região. Previsivelmente, o Consórcio Porto Novo ganhou a licitação

(Gusmão de Oliveira, 2011).

Além de iniciar o maior projeto de privatização urbana das Américas, o projeto Porto Maravilha está gentrificando a região. Atualmente estão em processo de construção dois grandes museus, dois teleféricos, estacionamentos, a nova sede da Polícia Federal, um novo edifício do Banco do Brasil, um sistema de transporte elétrico sobre trilhos que circulará apenas no Porto Maravilha, e vários escritórios e projetos residenciais (incluindo o complexo das Torres Trump). O processo contínuo de reformulação da Zona Portuária, de enorme importância histórica e arquitetônica, segue a tendência global na direção de promover uma transfiguração de áreas de classe trabalhadora em espaços de consumo global (Barbassa, 2012; Broudehoux, 2007). As dezenas de navios de cruzeiro que visitam o Rio de Janeiro a cada ano desembarcam na Zona Portuária. Os discursos arquitetônicos e espaciais por trás do projeto estão direcionados aos turistas internacionais, interesses corporativos e estilos de vida da classe média alta. A contratação de arquitetos europeus para projetar esses espaços e lugares se encaixa em um contexto social mais amplo, que olha para a Europa e para os Estados Unidos como modelos de desenvolvimento social e urbano (Abreu, 1987; Rodrigues & Castro, 1993).

Observando a partir de outra perspectiva, o projeto do Porto Maravilha pode ser considerado uma tentativa ambiciosa de “revitalizar” uma área da Cidade que foi negligenciada durante muitos anos por sucessivas administrações públicas. O governo da Cidade reconhece que essa área necessita de investimento direto e está experimentando um modelo de governança urbana que poderia, em teoria, ser estendido a outras partes da Cidade. O risco financeiro, no entanto, é totalmente público e tem mostrado grandes impactos negativos à população existente na área, especialmente aqueles em regiões de favela (Freeman, 2012). Os parâmetros de sucesso definidos pela parceria público-privada se baseiam no grau de gentrificação obtido (e o aumento expressivo em sua produção econômica), não no uso do dinheiro público para melhorar as condições de vida dos residentes atuais com diálogo ou investimento.

Como Marcuse (Marcuse, 1985) identificou em relação às constantes mudanças dos bairros da cidade de Nova Iorque, processos de gentrificação em um bairro estão ligados com processos de declínio em outros. Todos os estudos de gentrificação, mesmo aqueles que identificam seus “aspectos positivos”, tem em seu centro questões de deslocamento residencial e mudança de padrões culturais. O uso de termos como renovação, requalificação, recuperação, e outros, escondem a *real-politick* da economia polí-

14 <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/summary.aspx> accessed 18/10/2011. A tradução precária do Português para o Inglês é típica de websites oficiais no Brasil.

15 <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/2010/06/leifederal01.pdf>

tica urbana na qual servidores públicos entram em acordo com firmas de construção civil e complexos imobiliários para transformar bens públicos em lucro privado. Políticas de gentrificação viajaram o mundo “surfando” nas ondas neoliberais que “quebram” em contextos locais com a chegada de megaeventos especulativos e no aumento da mobilidade das elites políticas (Horne & Whannel, 2012; Lees, 2012).

Argumentos de que o “rezoneamento e a requalificação” do espaço urbano irão alterar o caráter social da Zona Portuária sem atender às demandas dos residentes atuais (não existem escolas públicas no local, por exemplo) são combatidos com discursos de “transformação” no sentido de “redesenhar a área portuária aumentando a atratividade do centro da Cidade como um todo e aumentar a competitividade do Rio em relação a sua posição na economia global” (Porto Maravilha Rio de Janeiro, 2009). A localização central, o acesso fácil às linhas de transporte existentes, a quantidade de prédios públicos que caíram em desuso, a existência de uma população de baixa renda relativamente atomizada, e a economia simbólica da área portuária combinadas, fazem da região um espaço especialmente atrativo para esse tipo de projeto de renovação urbana. O Porto Maravilha é um excelente exemplo de um projeto de gentrificação promovido pelo Estado que cria espaços de exceção onde “atividades de governo são apresentadas como problemas não políticos e não-ideológicos que precisam de soluções técnicas” (Ong 2006, 3).

## FAVELAS OCUPADAS NO ANEL OLÍMPICO

Como muitas cidades do Sul Global, a paisagem residencial do Rio de Janeiro é caracterizada por uma dualidade entre mercados de habitação formal e informal (Davis, 2006). A ineficiência dos sistemas de transporte público e as múltiplas barreiras a entrada no mercado formal criaram uma cidade na qual mais de um em cada cinco dos seis milhões de habitantes vivem em favelas (Gaffney & Melo, 2010; Kassens-Noor & Gaffney, 2013; Menasce, 2012; Ortiz, 2012). Uma das características particulares do Rio é que as favelas da Zona Sul ocupam o que normalmente seriam os territórios mais valorizados: os verdejantes morros com vista para o mar.

Começando em 2008, o governo do Estado do Rio de Janeiro iniciou um programa de ocupação estratégica das favelas com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). As UPPs no Rio de Janeiro foram desenvolvidas de maneira similar a um programa instalado em Medellín, na Colômbia, em 2002 e também inspirado na ocupação das Nações Unidas

no Haiti, liderada pelo Brasil<sup>16</sup>. O projeto é coordenado pela Polícia Militar (PMERJ) e financiado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Uma unidade de UPP é essencialmente um posto militar em uma favela. A PMERJ anuncia a ocupação de uma favela nas semanas que antecedem a “pacificação”, gerando grande atenção dos meios de comunicação e assim dando tempo para que os grupos do tráfico de drogas saiam do local (Gaffney, 2012).

A lógica espacial e social por trás do programa das UPPs é razoavelmente clara: o Estado precisa intervir militarmente em áreas específicas da cidade para estabelecer o controle sobre o espaço urbano em preparação para os megaeventos do Rio. A diretiva para “proteger o PIB do Rio de Janeiro” tem sido explícita tanto na localização como no funcionamento do projeto das UPPs (Associação de Correspondentes Internacionais, 2010). Enquanto as UPPs têm tido importante impacto na redução dos homicídios, elas também abriram novos mercados para o comércio e a especulação imobiliária. As UPPs consolidaram a racionalidade do mercado formal nas favelas através de programas de titulação provisória, da securitização do espaço urbano, e promoveram a biopolítica<sup>17</sup> que conecta os Direitos Humanos à agência econômica (Freeman, 2012, p.14).

Uma das consequências históricas da cessão do controle das favelas a grupos armados do tráfico de drogas foi a de que os preços da propriedade no Rio de Janeiro foram reprimidos com um potencial para o aumento do valor imobiliário contido – não existia uma disparidade de aluguéis efetiva. Nas favelas, que sofreram de uma falta de investimento quase total em infraestrutura física e social, os aluguéis ficaram ainda mais reprimidos. A implementação das UPPs libertou múltiplas forças do mercado, gerando uma disparidade nos aluguéis da noite para o dia não somente nas favelas, mas no “asfalto” no entorno delas<sup>18</sup>, que já estava sofrendo uma inflação significativa por conta da bolha olímpica<sup>19</sup>. Essa “libertação de valor” amadureceu de forma díspar na Cidade afetando de

16 <http://coletivodar.org/2011/01/modelo-de-upp-do-rio-falha-em-medellin/>

17 Biopolítica: uma série de controles regulatórios com o objetivo de extrair força vital, se apoia no conhecimento do mercado e em cálculos para uma política de subjulgação e fazer do sujeito um objeto que coloca em cheque continuamente a existência de seres humanos modernos (Ong 2006, 13).

18 No Rio, existe uma distinção entre os regimes de residência formal e informal que é normalmente denominado *asfalto* e *morro*. Para compreender as origens históricas dessa dicotomia ver (Fischer, 2011; Perlman, 1980).

19 Tipicamente as cidades olímpicas passam por uma onda de especulação imobiliária. A atenção midiática junto a uma demanda estimulada pelo evento faz com que os valores dos imóveis sejam desligados do contexto local.

maneira adversa aqueles que não estavam em condições de explorar a “explosão”.

Junto com o aumento nos valores dos imóveis, as UPPs abriram novos territórios para negócios. Por exemplo, a companhia de eletricidade Light (uma companhia do Estado privatizada) ofereceu aos residentes do Complexo do Alemão, após a ocupação, geladeiras de graça caso eles regularizassem suas ligações elétricas. A Sky TV acompanhou a ocupação do Morro da Formiga no centro do Rio, estabelecendo um “posto avançado” de vendas de TV a cabo no mesmo dia da ocupação militar<sup>20</sup>.

Apesar de não subsidiado por dados econômicos, evidências obtidas através de observação empírica, entrevistas e reportagens de jornais, sugerem que as UPPs têm atraído uma nova onda de “ocupantes” nas favelas da Zona Sul (Magalhães, Bastos, & Santos, 2011; O Globo, 2010; Watts, 2013). Nas favelas do Vidigal, Rocinha e Cantagalo, o fluxo de estrangeiros tem sido particularmente notado. Desde 2010, a abertura de hostels para mochileiros, tours de aventura e casas noturnas tem sido acompanhados de aumentos nos aluguéis de casa e apartamentos mirando estrangeiros. Parte do impulso para esse movimento é que o aumento dos aluguéis no mercado formal tem colocado os aluguéis de curto prazo na Zona Sul fora do alcance para todos, a exceção dos viajantes mais abastados e residentes estrangeiros temporários. Para ambos, brasileiros e estrangeiros chegando no Rio, os mercados informais das favelas são mais acessíveis e menos burocráticos. As dificuldades logísticas e ambientais são compensadas pelas vistas, o sentido de “aventura” e, para alguns – pela inclusão provisória em uma comunidade. O poder de compra dos gringos, apesar de suas intenções, perpetua desigualdades estruturais da economia global incentivando a exploração localizada da disparidade dos aluguéis e introduz diferentes estilos de vida e normas culturais onde elas não são necessariamente bem vindas. Enquanto esses processos estão ainda em suas fases iniciais e os dados sobre aluguéis no setor formal são difíceis de encontrar, existem dúvidas em relação a aplicabilidade do termo gentrificação ao que está ocorrendo nas favelas.

20 Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro (UPP). Upp social e skytv lançam pacotes para comunidades pacificadas. <http://www.uppsocial.com.br/upp-social-sky-tv>.

A presença do Estado via UPPs mexeu dramaticamente com a vida nas favelas com resultados incertos no longo prazo. Pelo lado positivo está o rompimento de uma indiferença histórica e impasse tático por parte do Estado (Fischer, 2011; Osório, 2003; Perlman, 1980). No lado negativo, o espectro de especulação imobiliária, a remoção forçada pelos projetos de infraestrutura liderados pelo Estado, e outros processos de deslocamento residencial. Existem claros processos de alteração, transformação e reorganização espacial em curso, mas ainda não vemos substituição residencial em larga escala. Independentemente, existe evidência suficiente para sugerir que as UPPs iniciaram processos de gentrificação (“Valor do aluguel imobiliário aumenta”, 2011). Esses processos são complexificados pela necessidade real de melhoras materiais, sociais e simbólicos nas favelas. Se essas melhoras vêm sem a implementação de controles de aluguéis, as pressões da gentrificação terão manifestações mais imediatas.

## BARRA DE TIJUCA: UMA PAISAGEM GENTRIFICADA

Bairro localizado na Zona Oeste da cidade, a Barra da Tijuca vem sofrendo rápido crescimento devido à confluência de interesses políticos e econômicos do mercado imobiliário, a projetos de infraestrutura relacionados aos megaeventos (Mascarenhas, Bienensstein, & Sánchez, 2011) e à expansão em direção a essa área por conta das pressões geográficas e econômicas das Zonas Sul e Centro. As tabelas abaixo mostram que a região da Barra de Tijuca (AP 4) absor-

Gráfico 1: Preços para venda residencial por metro quadrado em bairros selecionados na cidade do Rio de Janeiro. Dados do site [www.zap.com.br/imoveis](http://www.zap.com.br/imoveis). Na tabela acima, AP relaciona-se a uma área administrativa da cidade: AP 1 (Centro); AP 2 (Zona Sul); AP 3 (Zona Norte); AP 4 (Barra da Tijuca); AP 5 (Zona Oeste).

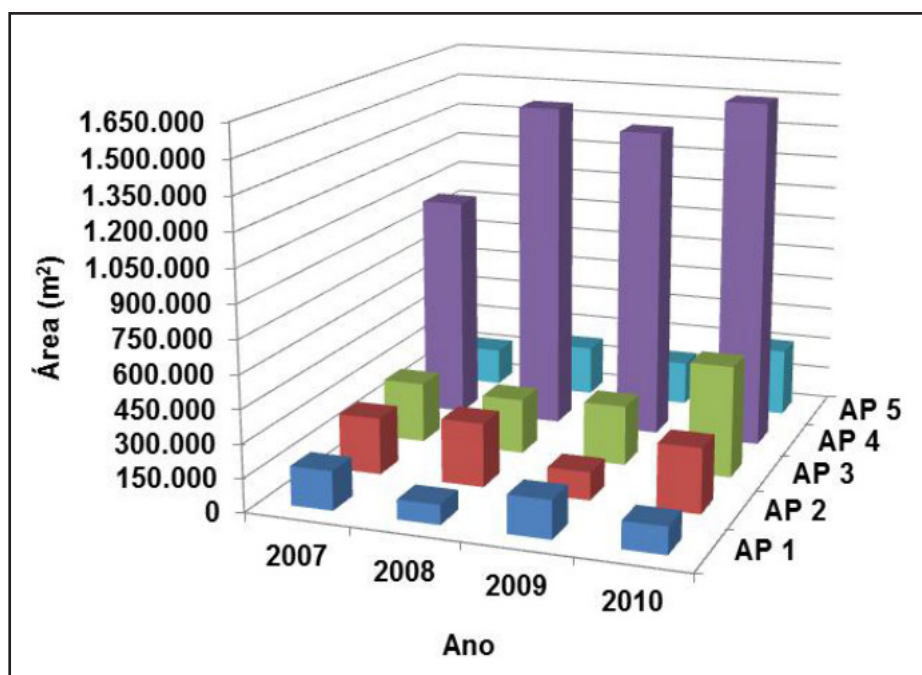


Foto 1: Canal do Anil. Ao fundo, à esquerda, está o complexo condominial. Os prédios baixos são o que resta da comunidade do Canal do Anil que continua ao longo do canal por muitas centenas de metros. À direita a estrada que passa ao redor da Vila do Pan. Foto do autor.



veu a maioria dos novos projetos de construção nos últimos anos em relação às construções em metros quadrados residenciais novas. Um dos efeitos dessa expansão está refletido no Gráfico 1, que mostra a Barra da Tijuca com a maior taxa de crescimento dentre as áreas investigadas.

A Barra de Tijuca tem características distintas de outras regiões do Rio de Janeiro por ser ocupada predominantemente por complexos condominiais de edifícios altos, shopping centers e alguns centros comerciais que são conectados por um amplo sistema rodoviário. Por conta de sua dependência de carros e de seus ambientes cercados de segurança próximos a quilômetros de praias, a Barra de Tijuca é jocosamente referida como a Miami carioca. Previsivelmente, os congestionamentos no trânsito e a degradação ambiental de seus mangues são problemas importantes e o limitado transporte público conecta pontos isolados em uma paisagem vasta. As opções de mobilidade são um determinante importante da possibilidade residencial e isso limita o espectro das classes econômicas que podem ingressar no mercado imobiliário formal da Barra da Tijuca. Como um contrapeso aos obstáculos econômicos e espaciais, a ocupação da Barra da Tijuca com condomínios e shopping centers incentivou o crescimento das favelas da região já que os pobres buscavam moradia próxima a centros de emprego.

As paisagens social e física da Barra da Tijuca foram fortemente influenciadas pela “gentrificação de novas construções” (new build gentrification) (Davidson & Lees, 2009) mas também por projetos de desenvolvimento promovidos pelo Estado e pelas remoções forçadas de residentes de baixa renda. Um dos empreendimentos significativos liderados pelo Estado foi realizado em 2007 para a realização dos Jogos Pan Americanos. O município financiou a construção da Vila dos Atletas (Vila do Pan) que foi

vendida no mercado após a realização do jogos. O local onde foi construída a Vila do Pan estava próximo ao Canal da Favela do Anil. Nos meses que antecederam os jogos, os moradores do Canal do Anil sofreram intensa pressão do governo e a maior parte da comunidade foi destruída. De acordo com o Subprocurador-Geral de Justiça do estado do Rio de Janeiro, “as ações do governo foram covardes... eles disseram que não aconteceria uma remoção forçada e mesmo assim foram lá e fizeram” (Salles, 2007). O processo de remoção nunca foi totalmente realizado, mas centenas de famílias foram forçosamente removidas de suas casas. Após a realização dos Jogos do Pan, os apartamentos da Vila foram colocados no mercado e vendidos rapidamente. No entanto, devido à construção inadequada e ao relativo isolamento do assentamento, a ampla maioria dos apartamentos foi revendida às custas de perdas ou nunca ocupadas pelos seus proprietários.

Remoções forçadas na Barra da Tijuca voltaram ao foco dois meses após o anúncio da realização dos Jogos Olímpicos na Cidade em 2016 quando a Prefeitura publicou uma lista de 119 favelas a serem removidas até o final de 2012 (Brito, 2010). Nenhum plano de reassentamento havia sido discutido com os moradores dessas áreas e nenhum processo de negociação iniciado, no entanto o governo anunciava o valor de R\$1.04 por metro quadrado de terra e nenhum tipo de compensação pela área construída das habitações. O valor médio de mercado em janeiro de 2008 era de R\$3.702 e havia subido para R\$8.445 em janeiro de 2013 (zap.com.br, 2013).

A luta dos moradores e dos movimentos sociais contra a Prefeitura e os agentes da especulação imobiliária no Rio de Janeiro chamou atenção internacional com a chegada dos Jogos Olímpicos (Romero, 2012). Uma das batalhas mais simbólicas em curso é sobre o local onde será construído o futuro Parque

Olímpico. Essa peça triangular de terra é onde está localizada a Vila Autódromo, um assentamento fundado por pescadores na década de 1960 que desde então cresceu tornando-se um assentamento ribeirinho de aproximadamente quatro mil pessoas. A Vila Autódromo está sob ameaça de remoção há bastante tempo, mas como a maior parte dos moradores tem a titulação legal de suas propriedades, a associação de moradores construiu uma resistência legal e política que contiveram as tentativas da Prefeitura de limpar o local.

Como um exemplo de uma gentrificação de novas construções (*new-build gentrification*) liderada pelo Estado, o projeto do Parque Olímpico do Rio de Janeiro para 2016 merece mais atenção do que tem recebido até o momento. A AECOM, uma multinacional baseada em Londres que foi também responsável pela construção do Parque Olímpico de Londres 2012, venceu a competição internacional para realizar o projeto no Rio. As figuras 3 e 4 revelam o plano diretor para a região em detalhe. Os parâmetros do projeto demandam que 60% do Parque Olímpico seja destinado a especulação imobiliária e que 40% seja destinado ao “legado olímpico”<sup>21</sup>. Ainda que a Vila Autódromo tecnicamente esteja fora dos limites geográficos do escopo do projeto, a proposta vencedora da AECOM a incluiu como parte de seu projeto urbano. Atualmente mantém-se o conflito entre comunidade em relação a posição do Comitê Organizador da Rio 2016 de que a Vila Autódromo “deve ser removida para abrir espaço para uma linha de transporte que fará a conexão do Parque Olímpico à Vila dos Atletas.” (Nuzman, 2011). A Vila dos Atletas de 2016 é um empreendimento imobiliário de enormes proporções em si mesmo, constituído de 31 torres residenciais de 17 andares que abrigará quinze mil atletas durante os jogos, antes de serem vendida no mercado como condomínios. A construção de uma estrada entre esses dois empreendimentos irá contribuir para os já bastante estabelecidos assentamentos residenciais e padrões de mobilidade da região.

Independentemente de que tipo de projeto de urbanização avance nos futuros locais Olímpicos, as pressões de gentrificação na Barra da Tijuca são influenciadas por um número de vetores comuns. Os residentes da Vila Autódromo têm tido sucesso em resistir a essas pressões através do uso perspicaz da mídia e de sua busca por modelos alternativos de desenvolvimento urbano. A comunidade apresentou um projeto de urbanização alternativo para a área ao

governo municipal em 2012<sup>22</sup>. Esse projeto, desenvolvido em conjunto com arquitetos, planejadores urbanos, engenheiros, geógrafos, e outros profissionais, é um modelo inovador que buscou incluir todos os moradores no desenho e nas decisões durante vários meses. O plano busca se antecipar aos processos de gentrificação antes que eles aconteçam, minimizando as pressões econômicas do desenvolvimento regional enquanto mantém o centro tradicional da comunidade.

Enquanto a batalha pela Vila Autódromo ganha tensão e visibilidade, outras favelas na região já foram extintas para dar espaço aos projetos de transporte associados às Olimpíadas. A instalação de uma série de linhas de BRTs (*Bus Rapid Transit*) para a Zona Olímpica da Barra forçou a remoção de centenas de famílias que estavam em seu trajeto. Muitas das edificações que eram lares hoje são lotes vazios que servem para o armazenamento de material de construção. Enquanto novas linhas de ônibus trouxeram

<sup>22</sup> Ainda que fora do escopo imediato desse artigo, a Vila Autódromo apresentou ao Governo Municipal um plano alternativo de urbanização em 16 de agosto de 2012. O conteúdo está disponível em: <http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilautodromo.pdf>

**Foto 2: Vista da Barra da Tijuca, olhando para o leste, em direção ao local onde antes estava localizado o Canal do Anil, da janela de um dos apartamentos da Vila do Pan. Foto do autor.**



<sup>21</sup> <http://concursoparqueolimpicorio2016.iabrij.org.br/documentos/pqo-bases/02-pqo-ANNEXII-briefing.pdf>





alguma melhora para a rede de mobilidade da região, a expansão e a ampliação do sistema rodoviário indica o processo futuro de gentrificação da paisagem.

## CONCLUSÕES

Gentrificação é uma expressão das relações de poder localizada com repercussões globais, internacionais, nacionais e translocais. Algumas vezes é fácil perceber as manifestações físicas das gentrificações quando elas ocorrem. Menos visíveis são as dificuldades das pessoas para permanecer onde elas estão ou o trauma psicológico da insegurança da propriedade residencial. Essa pesquisa mostrou como essas várias gentrificações acontecem simultaneamente no Rio de Janeiro.

O primeiro estudo de caso mostrou como a gentrificação não somente afeta os “pobres” na cidade mas também como a classe média vem sendo pressionada a sair de seus bairros tradicionais à medida que os custos básicos disparam. As dinâmicas em todo o Brasil têm sido bastante consistentes, no entanto os aluguéis no Rio de Janeiro são muito mais elevados. Os proprietários também se encontram em uma situação difícil: eles podem vender e se beneficiar dos valores altos praticados no mercado ou permanecer e arcar com IPTUs mais altos. Se escolherem a primeira opção podem não conseguir comprar outro imóvel na mesma região já que os preços aumentaram muito em toda Cidade.

A área portuária está vivendo uma gentrificação promovida pelo Estado. A privatização da paisagem portuária financiada com recursos públicos resultará em novas formas de governança urbana que irão, se o projeto for executado, gerir uma população diferente, mais ampla e de maior poder aquisitivo. Isso acontece em conjunto com a ocupação militar de algumas favelas. A UPP na região portuária abriu a possibilidade para o estado iniciar grandes projetos de transporte que também deslocaram residentes e diminuiram a população tradicional.

Na região da Barra da Tijuca, o desenvolvimento relacionado às Olimpíadas capitaneado pelo Estado e a disponibilidade de terras para a especulação imobiliária subsidiaram a paisagem para a gentrificação. Esse subsídio inclui a expansão do sistema rodoviário e o financiamento de conjuntos residenciais de larga escala nos futuros locais Olímpicos. Nesse processo ocorrerá um conjunto de remoções brutais de residentes de baixa renda para abrir espaço para esses projetos, ainda que algumas poucas comunidades tenham conseguido resistir de maneira eficaz.

As diferenças entre os mercados residenciais for-



**Foto 5: Ex-Recreio II.** Recreio II foi removido para dar passagem a expansão da rodovia que liga a Barra da Tijuca a Santa Cruz. Após 230 famílias terem saído da área após ameaças, pouco mais de uma dúzia permaneceu, já que tinha direito legal. Como o governo já havia destruído a comunidade, essas famílias não permaneceram por muito tempo. Ao fundo se vê um bloco de condomínios que aparece ao final da rua. Foto da Nelma Gusmão de Oliveira. Para assistir a um vídeo sobre os moradores que resistiram por mais tempo ver: <http://youtu.be/FNWclXqyezc>. Para exemplo de como conflitos ao redor de habitação e Direitos Humanos podem ser tratados em um ambiente despolitizado ver: <http://www.youtube.com/watch?v=718Vespn6Y0>

mal (asfalto) e informal (morro) no Brasil nos permitem fazer uma distinção útil entre pressões de gentrificação. Favelas não são geograficamente, sociologicamente ou economicamente homogêneas. Distinções sociais e de classe moldam relações econômicas e semiautônomas (Arias, 2006). À medida que as consequências do boom imobiliário do Rio de Janeiro ficam mais claras, poderemos identificar com maior precisão os vencedores e perdedores do que se tornou o Jogo Olímpico. Para compreender esse contexto, seria importante ficar atento a questão colocada por Slater (Slater, 2010) de que a desigualdade de classe esteja na dianteira de qualquer consideração feita sobre gentrificação. Desenvolver uma abordagem mais sensível às relações de classe baseadas na complexa geografia social e espacial do Rio de Janeiro é essencial para futuras pesquisas.

A maior parte das descrições de gentrificação limita seu escopo aos centros urbanos. No entanto, se seguirmos as definições de Marcuse, podemos perceber que processos e formas de gentrificação também acontecem em áreas periféricas ou suburbanas. No Rio de Janeiro, as remoções forçadas de comunidades para dar espaço ao “embelezamento urbano” ou a projetos de transporte “necessários” têm uma longa e trágica história (Meade, 1997; Pacheco & Monica Sampaio Machado, 2012). A Era Olímpica está vendo o ressurgimento desse tipo de intervenção com

vigor renovado (Gaffney, 2010). De fato, as gentrificações do Rio incluem todos os elementos identificados nos estudos tradicionais sobre gentrificação e adicionam novas formas ainda não consolidadas (Corr, 1999).

A gentrificação é apenas um dos elementos de uma transformação mais ampla que acontece no Rio de Janeiro (Lees, 2012, 162). No Rio a situação é mais desafiadora do que admitimos. Existem milhares de histórias de remoções forçadas, intimidações, ameaças, discórdias sociais, deslocamentos e “realocações” para serem contadas, deixando claro que o ciclo dos megaeventos está reestruturando o espaço e as relações sociais, criando paraísos de acumulação. Essa é a jogada final do neoliberalismo e a que está sendo feita de forma acelerada no Rio de Janeiro.

Assim como a natureza de soma zero do esporte moderno, os megaeventos criam divisões severas entre vencedores e perdedores. A aceleração e a ampliação de diversos vetores que já atuavam nos mercados residencial e comercial não somente reforça o status quo, mas cria traumas profundos. No Rio de Janeiro, esses traumas são distribuídos de maneira desigual. Nos próximos anos, por exemplo, é provável que proprietários de imóveis de classe média baixa em favelas ocupadas pelas UPPs estarão em melhores condições econômicas do que locadores no mercado formal na Zona Sul. No entanto, aqueles que estão tentando acessar o mercado formal encontrarão inúmeras barreiras à sua entrada nesse mercado. Claramente, aqueles nas faixas de renda mais baixas sempre sofrerão os piores efeitos da gentrificação: táticas de intimidação, insegurança residencial e remoções forçadas. Se formos entender a habitação como um direito humano fundamental, questões de gentrificação e deslocamento precisam estar na dianteira das agendas política e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, M. A. (1987). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* [Urban Evolution of Rio de Janeiro]. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR.
- Andreatta, V. (2010). *Porto Maravilha Rio de Janeiro: 6 casos de sucesso de revitalização portuária* [The Marvelous Port of Rio de Janeiro: 6 success stories of port revitalization]. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Antrop, M. (2004). Landscape change and the urbanization process in Europe. *Landscape and Urban Planning*, 67(1-4), 9–26. doi:10.1016/S0169-2046(03)00026-4
- Arias, E. D. (2006). *Drugs and Democracy in Rio de Janeiro: Trafficking, Social Networks, and Public Security*. The University of North Carolina Press.
- Associação de Correspondentes Internacionais. (2010, junho 19). *Beltrame Interview*.
- Barbassa, J. (2012, março 26). *Brazil's leap forward unearths a painful history*. Associated Press. Recuperado de <http://www.guardian.co.uk/world/feedarticle/10163182>
- Barchfield, J. (2012, maio 30). *Rio's housing prices spell trouble in paradise*. The Big Story. Recuperado 6 de maio de 2013, de <http://bigstory.ap.org/content/rios-housing-prices-spell-trouble-paradise>
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento* [Distinction]. São Paulo: Zouk.
- Brito, Da. (2010). *Prefeitura do Rio anuncia remoção de 119 favelas em área de proteção até fim de 2012* [Rio's mayor announces the removal of 199 favelas in protected areas before the end of 2012]. Folha de S. Paulo.
- Broudehoux, A. M. (2007). *Spectacular beijing: the conspicuous Construction of an olympic metropolis*. University of Quebec, Montreal.
- Caldeira, T. P. R. (2000). *City of walls: crime, segregation, and citizenship in São Paulo*. Berkeley: University of California Press.
- Campanella, R. (2013). *Gentrification and its Discontents: notes from New Orleans*. New Geography. <http://www.newgeography.com/content/003526-gentrification-and-its-discontents-notes-new-orleans>
- Cardoso, A. L., & Leal, J. A. (2010). *Housing Markets in Brazil: Recent Trends and Governmental Responses to the 2008 Crisis*. *International Journal of Housing Policy*, 10(2), 191–208. doi:10.1080/14616718.2010.480859
- Certeau, M. de. (1984). *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press.
- Corr, A. (1999). *No trespassing!: squatting, rent strikes, and land struggles worldwide*. Cambridge, MA: South End Press.
- Cravatts, R. (2007). *Gentrification is Good for the Poor and Everyone Else*. *American Thinker*. Volume 8. [http://www.americanthinker.com/2007/08/gentrification\\_is\\_good\\_for\\_the.html](http://www.americanthinker.com/2007/08/gentrification_is_good_for_the.html)
- \*Davidson, M., & Lees, L. (2009). *New-build gentrification: its histories, trajectories, and critical geographies*. *Population, Space and Place* 16(5), 395–411, doi:10.1002/psp.584
- Davis, M. (2006). *Planet of slums*. London: Verso.
- Ferraz, S. M. T. (2008). *Arquitetura da Violência*. [Architecture of Violence]. Documentary, Uni-

- versidade Federal Fluminense.
- Fischer, B. (2011). A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro. Stanford: Stanford University Press.
- \*Freeman, J. (2012). Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro. *REU*, p. 95–126. Sorocaba, SP.
- Gaffney, C. (2012). Securing the Olympic City. *Georgetown Journal of International Affairs*, 13(2).
- \*Gaffney, C., & Melo, E. S. O. de. (2010). Megaeventos esportivos: reestruturação urbana para quem? Proposta. Rio de Janeiro.
- Globoesporte.com. (2012, novembro 29). Na luta pela reeleição, Patricia admite: “Não temos mais o direito de errar” [In the fight for re-election, Patricia admits “we don’t have the right to make more errors”]. globoesporte.com. Accessed on May 6, 2013. <http://globoesporte.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2012/11/na-luta-pela-reeleicao-patricia-admite-nao-temos-mais-o-direito-de-errar.html>
- Groth, A. & Bressi, T. W. (1997). *Understanding Ordinary Landscapes*. Yale University Press.
- Gusmão de Oliveira, N. (2011). Força da lei: Rupturas e realinhamentos institucionais na busca do “sonho olímpico” carioca [Force of law: institutional ruptures and realignments in the search for Rio’s Olympic Dream]. Public presentation at the Conference Rio de Janeiro and Mega-events. March 17. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro RJ Brasil.
- Gusmão de Oliveira, N. (2012). O poder dos jogos e os jogos do poder [The power of the games and the games of power]. Doctoral dissertation. IPPUR/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Harvey, D. (1991). *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change* (Reprint.). Wiley-Blackwell.
- Harvey, D. (2005). *The New Imperialism*. Oxford; New York: Oxford University Press.
- Horne, J., & Whannel, G. (2012). *Understanding the Olympics*. Abingdon, Oxon; New York: Routledge.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). *Censo Demográfico 2010* [2010 Demographic Census]. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>
- Kassens-Noor, E., & Gaffney, C. (2013). The Prospect of Olympic Transport Legacies: the case of Rio’s BRT system. Working Paper for the World Transportation Conference. Rio de Janeiro.
- Lees, L. (2012). The geography of gentrification: Thinking through comparative urbanism. *Progress in Human Geography*, 36(2), 155–171. doi:10.1177/0309132511412998
- López-Morales, E. (2010). Real Estate Market, State-Entrepreneurialism and Urban Policy in the “Gentrification by Ground Rent Dispossession” of Santiago de Chile. *Journal of Latin American Geography*, 9(1), 145–173.
- Lourenço da Silva, J. A. (2013, abril 8). Rio de Janeiro é o 3o local mais caro do mundo para se alugar escritório [Rio de Janeiro is the 3rd most expensive market in the world to rent office space]. InfoMoney - Informação que vale dinheiro. Accessed May 2, 2013. <http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/imoveis/noticia/2721653/rio-janeiro-local-mais-caro-mundo-para-alugar-escritorio>
- Low, S. & Smith, N. (2006). *The politics of public space*. New York: Routledge.
- Magalhães, E., Bastos, I., & Santos, R. (2011). Em três dias, preço de imóvel na Rocinha aumenta 50%. *O Globo* [In three days the price of houses in Rocinha increases by 50%]. Rio de Janeiro. Accessed January 4, 2012. <http://oglobo.globo.com/rio/em-tres-dias-preco-de-imovel-na-rocinha-aumenta-50-3255212>
- Marcuse, P. (1985). Gentrification, abandonment and displacement: connections, causes and policy responses in New York City?. *Journal of Urban and Contemporary Law*, 28, 195–240.
- Mascarenhas, G., Bienenstein, G., & Sánchez, F. (2011). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades* [The Games Continue: sporting mega-events and cities]. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Meade, T. A. (1997). “Civilizing” Rio: reform and resistance in a Brazilian city, 1889-1930. University Park, Pa.: Pennsylvania State University Press.
- Menasce, D. M. M. (2012). Carro e ônibus do BRT colidem na Barra [Car and bus collide in Barra]. *O Dia Online*. Accessed on September 14, 2012. <http://odia.ig.com.br/cm/2.167/odia-24-horas/carro-e-ônibus-do-brt-colidem-na-barra-1.489133>
- Mendes, L. (2011). Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado [The post-modern city, gentrification and the social production of fragmented space]. *Cadernos Metropolis*, 13(26), 473–495.
- Mosciaro, M. (2010). Um caso carioca de gentrificação? [A case of Carioca gentrification?]. Unpublished master’s thesis. IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Nuzman, C. (2011). *O Projetos dos Jogos Rio 2016*

- [The projects of the 2016 Olympic Games]. Presentation for the Association of International Correspondents (ACIE. October 1. Rio de Janeiro RJ Brasil.
- O Globo. (2010). Imóveis em favelas com UPP sobem até 400% [House prices in UPP favelas have risen as much as 400%] O Globo. Rio de Janeiro. Accessed May 30, 2010. <http://oglobo.globo.com/rio/imoveis-em-favelas-com-upp-sobem-ate-400-3001504>
- Observatório das Metrôpoles. (2012). Dinâmicas habitacionais nas cidades-sedes da Copa do Mundo 2014 [Habitation dynamics in the 2014 World Cup host cities] (Research Report No. 2). IPPUR / Observatório das Metrôpoles/ Universidade Federal do Rio de Janeiro / IPPUR.
- Ong, A. (2006). *Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty*. Durham [N.C.]: Duke University Press.
- Ortiz, F. (2012, dezembro 21). Transporte está à “beira da falência”, critica pesquisador [Transportation is on the verge of collapse, criticizes researcher]. Accessed on December 21, 2012. <http://www.mobilize.org.br/noticias/3298/transporte-esta-a-beira-da-falencia-critica-pesquisador.html>
- Osório, L. (2003). *Direito à moradia no Brasil* [The right to housing in Brazil]. Forum Nacional de Reforma Urbana. [http://www.fna.org.br/site/uploads/noticias/arquivos/Direito\\_a\\_Moradia\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.fna.org.br/site/uploads/noticias/arquivos/Direito_a_Moradia_no_Brasil.pdf)
- Pacheco, S. M. & Monica Sampaio Machado (Orgs.). (2012). *Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial* [Globalization, public policies and territorial restructuring]. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Perlman, J. (1980). *Myth of Marginality: Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro*. University of California Press.
- Porto Maravilha Rio de Janeiro. (2009). [http://www.youtube.com/watch?v=P5FVL9vfWm8&feature=youtube\\_gdata\\_player](http://www.youtube.com/watch?v=P5FVL9vfWm8&feature=youtube_gdata_player)
- Queiroz Ribeiro, L. C. de. (1996). *Cidade desigual ou cidade partida? Tendências na metrópole do Rio de Janeiro* [Unequal or divided city? Tendencies in the metropolis of Rio de Janeiro]. *Cadernos Metrôpole* (s/n), p. 1–31. Rio de Janeiro. [http://www.observatoriodasmetrôpoles.ufrj.br/download/CIDADE\\_DESIGUAL\\_OU\\_CIDADE\\_PARTIDA.PDF](http://www.observatoriodasmetrôpoles.ufrj.br/download/CIDADE_DESIGUAL_OU_CIDADE_PARTIDA.PDF)
- Rocha, C. (2012). *Polêmica sobre hotel em antiga sede do Flamengo chega ao MP* [Polemic regarding hotel in the old Flamengo building arrives at the public prosecutor's office]. O Globo. Accessed on October 25, 2012. <http://oglobo.globo.com/rio/polemica-sobre-hotel-em-antiga-sede-do-flamengo-chega-ao-mp-6520313>
- Rodrigues, N., & Castro, R. (1993). *A sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Romero, S. (2012). *Brazil Faces Obstacles in Preparations for Rio Olympics*. The New York Times. Accessed March 4, 2012 <http://www.nytimes.com/2012/03/05/world/americas/brazil-faces-obstacles-in-preparations-for-rio-olympics.html>
- Salles, M. (2007, agosto 4). *Canal do Anil resiste à invasão da prefeitura* [The Canal do Anil resists the invasion of the city government]. *Fazendo Media*, p. 1–10. Rio de Janeiro. <http://www.fazendomedia.com/novas/politica040807.htm>
- Sampaio, J. C. R. (2007). *GENTRIFICATION: IS IT POSSIBLE TO AVOID IT?* *City & Time*, 3(2), 27–37. Recuperado de <http://www.ct.ceci-br.org>
- SANCHEZ, Fernanda. (2010). *A reinvenção das cidades para um mercado global* [The reinvention of cities for a global market]. Chapeco, Santa Catarina: ARGOS.
- Shin, H. B. (2012). *Unequal cities of spectacle and mega-events in China*. *City*, 16(6), 728–744. doi:10.1080/13604813.2012.734076
- Slater, T. (2010). *Missing Marcuse: On gentrification and displacement*. *City*, 13(2-3), 293–311. doi:10.1080/13604810902982250
- Smith, N. (1987). *Gentrification and the Rent Gap*. *Annals of the Association of American Geographers*, 77(3), 462–465. doi:10.1111/j.1467-8306.1987.tb00171.x
- Smith, N. (1996). *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. London; New York: Routledge.
- Sorkin, M. (1992). *Variations on a theme park: the new American city and the end of public space* (1st ed.). New York: Hill and Wang.
- Valor do aluguel imobiliário aumenta [Value of residential rents increase]. (2011). *Jornal Hoje*. Accessed December 16, 2012. <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2011/12/valor-do-aluguel-imobiliario-aumenta.html>
- Watts, J. (2013, janeiro 23). *The Rio favela transformed into prime real estate*. *the Guardian*. Recuperado 23 de janeiro de 2013, de <http://www.guardian.co.uk/world/2013/jan/23/rio-favela-real-estate>. ■

Paulo Roberto Soares

# Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana?

o debate no Rio Grande do Sul

## Resumo

No Brasil, após a Constituição de 1988, as regiões metropolitanas passaram a ser definidas pelos estados da federação. Com isso perderam-se os referenciais nacionais e a categoria foi utilizada sem base teórica ou técnica. Até 2013 o Rio Grande do Sul contava com uma região metropolitana e três aglomerações urbanas. Essa situação foi considerada como uma desvantagem do estado com relação às demais unidades da federação na disputa por recursos federais. Assim, o legislativo estadual está convertendo as aglomerações urbanas em regiões metropolitanas. O objetivo do artigo é apresentar os principais contornos desse debate e suas causas e consequências. Comparando as regiões metropolitanas do Sul do país verificamos a semelhança desses espaços urbanos. Concluímos que a institucionalização de regiões metropolitanas é uma estratégia de distinção dos espaços urbanos na competição por recursos, mas que não garante a cooperação entre os atores políticos, econômicos e sociais regionais.

**Palavras-chave:** Região metropolitana; Aglomeração urbana; Metropolização; Regionalização.

## Abstract

In Brazil, after the Constitution of 1988, the metropolitan regions began to be established by the federation States. With this we loss the national references and the concept had been implemented without theoretical or technical basis. Until 2013 Rio Grande do Sul State had a single metropolitan region and three urban agglomerations. This situation was considered how a disadvantage of the State in relation of others in the competition for federal resources. Thus the legislative power of the State starts to convert urban agglomerations into metropolitan regions. This essay aims to presents the mains points of view of this debate in its causes and consequences. Comparing the South Brazil metropolitan regions data we confirm the correspondence of these urban spaces. We conclude that the institutionalization of metropolitan regions is a distinctive strategy of the urban spaces in order to gainpublic resources, but this is not a guarantee of cooperation between political, economic and social regional actors.

**Keywords:** Metropolitan region; Urban agglomeration; Metropolization; Regionalization.

## Paulo Roberto Soares

*é mestre em geografia pela Universidade Estadual Paulista/Unesp e doutor em geografia humana pela Universidad de Barcelona, Espanha. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e colaborador no Programa de Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Participa, como pesquisador, do Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles (INCT/CNPq).*

paulo.soares@ufrgs.br

A questão metropolitana brasileira é um tema complexo e multidimensional. É um debate nacional em aberto, secundário na agenda política do país e para o qual faltam parâmetros de intervenção consistentes apesar de diversas tentativas de estabelecer um marco conceitual sobre o que é o metropolitano no Brasil hoje<sup>1</sup>. A urbanização brasileira é um fenômeno complexo e multifacetado no qual se destaca a diversidade das formas de concentração dos espaços urbanos no território: metrópoles, áreas metropolitanas, grandes cidades, cidades médias, aglomerações, com continuidade ou descontinuidade na urbanização e arranjos urbano-regionais são alguns exemplos (Moura, 2008).

Entretanto, no nível institucional, o que temos é a banalização do conceito de região metropolitana por parte de muitos estados da federação e a falta de reação na esfera federal com relação aos efeitos dessa banalização na implementação de políticas de desenvolvimento urbano, ordenamento territorial e desenvolvimento regional que contemplem os espaços “realmente” metropolitanos.

As primeiras regiões metropolitanas do país foram instituídas no início da década de 1970, no auge da ditadura militar. Essa institucionalização foi posteriormente considerada uma “intervenção” no território dos entes federativos (os estados). Por essa razão os Constituintes de 1988 “devolveram” aos estados a prerrogativa de ordenar o seu território, estando, entre essas atribuições, a definição das regiões metropolitanas. Contudo, essa abertura da Constituição de 1988 foi realizada de modo excessivo, sem a demarcação (pactuada) de critérios mínimos para a definição e institucionalização de regiões metropolitanas o que gerou diversas distorções. Ao todo o país já conta com quase sessenta regiões metropolitanas (a lista é alterada quase que mensalmente) e muitos estados são praticamente “estados metropolitanos”, tamanha a proporção de municípios incluídos em regiões metropolitanas.

O Rio Grande do Sul era um dos poucos estados (assim como São Paulo) que resistia à tentação de instituir desenfreadamente regiões metropolitanas. Assim, conviviam no ordenamento territorial do estado a Região Metropolitana de Porto Alegre e três “aglomerações urbanas” no interior. No entanto, o ano de 2013 marca uma mudança de postura dos seus agentes políticos nessa questão. Primeiramente, a Aglomeração Urbana do Nordeste (Caxias do Sul, Bento

Gonçalves e municípios do entorno) foi convertida através de Lei Estadual em “Região Metropolitana da Serra Gaúcha”<sup>2</sup>. Posteriormente, deputados do sul do estado apresentaram projeto de lei transformando a “Aglomeração Urbana do Sul” em região metropolitana. O projeto ainda tramita pelo legislativo gaúcho, mas não são previstas dificuldades de aprovação<sup>3</sup>.

Os contornos e desdobramentos do debate sobre a criação de regiões metropolitanas no estado e suas consequências para as políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento regional discutiremos a seguir. Antes abordaremos um debate conceitual sobre o tema, bem como faremos uma breve referência à situação nacional.

## A METROPOLIZAÇÃO: PROCESSO E INSTRUMENTO

A metropolização é um processo derivado da urbanização, típico das sociedades do capitalismo tardio. Trata-se de uma escala ampliada da urbanização com componentes qualitativos mais complexos. Durante o período fordista (especialmente no pós-guerras) a concentração da economia nas metrópoles foi produto e condição necessária para a alavancagem do processo de desenvolvimento dos países industrializados. Com a reestruturação da economia capitalista e a passagem para o regime de acumulação flexível, as grandes metrópoles continuaram a exercer seu papel de liderança centralizando capitais e concentrando as estruturas necessárias à gestão da economia agora mais dispersa pelo território e organizada na escala global.

A metropolização é um processo de diferenciação espacial e pode ser um instrumento de política territorial. Significa concentração de população, de atividades econômicas, de atividades de gestão, equipamentos culturais.

Os processos contemporâneos da urbanização permitem três caminhos de análise da metropolização: (I) como difusão regional da dinâmica metropolitana; (II) como mobilização de agentes políticos, econômicos e sociais regionais; (III) como conexão dos espaços urbanos aos circuitos hegemônicos da economia globalizada. O primeiro entende a metropolização como um processo de concentração das condições para a acumulação de capital, ou a difu-

1 O “Estatuto da Metrópole” (PL3460/04) tramita na Câmara dos Deputados desde 2004. Entretanto não existe um consenso entre políticos, técnicos e acadêmicos sobre seu conteúdo, especialmente quanto à definição de espaço metropolitano.

2 RIO GRANDE DO SUL. Lei Complementar nº 14.293, de 29 de agosto de 2013. Cria a Região Metropolitana da Serra Gaúcha.

3 RIO GRANDE DO SUL. Projeto de Lei Complementar nº 249/2013. Cria a Região Metropolitana do Sul. Protocolado em setembro de 2013.

são da dinâmica metropolitana sobre um território contíguo, a “área de metropolização” ou “em metropolização”. O segundo trata da constituição política das regiões metropolitanas, o que algumas análises chamam de “novo regionalismo”<sup>4</sup>. O terceiro, do ponto de vista econômico, relaciona modelos territorializados de desenvolvimento e o processo de metropolização, analisando como os sistemas produtivos regionalizados constituem aglomerações urbanas. Dessas três linhas podemos delinear as características do espaço metropolizado: a contiguidade urbana das maiores densidades, a existência de diferentes polos de emprego e uma estruturação mais complexa do espaço (Paris, 2004).

A regionalização, segundo Ana Clara Ribeiro (2004), é um fato e uma ferramenta. Nesse sentido, a metropolização, pode ser um instrumento de desenvolvimento territorial quando da definição de regiões metropolitanas para fins de planejamento das “funções públicas de uso comum”, normalmente transporte coletivo, destinação de resíduos sólidos, saneamento básico e, em alguns casos, política urbana e habitacional. A metropolização como instrumento político é capaz inclusive de “forjar a região metropolitana” uma vez que sua delimitação, anterior a um processo efetivo de metropolização, pode induzir aos atores políticos, econômicos e sociais regionais que atuam de forma fragmentada a pensarem sua ação a partir de uma nova escala territorial.

Portanto, é importante distinguir a metropolização (o processo), a metrópole (a forma socioespacial da concentração das funções, atividades e pessoas no espaço) e a região metropolitana, definida a partir de uma decisão institucional (federal ou estadual), em teoria baseada em estudos e critérios técnico-científicos bem definidos. No caso brasileiro hoje nos referimos muito mais a regiões metropolitanas do que a metrópoles:

deve-se ter clareza da diferença conceitual existente entre a metrópole (...) e a região metropolitana, definição institucional, relacionada aos interesses políticos e, por vezes, motivada pela necessidade de ordenamento do território na escala regional e cuja cidade-polo não é necessariamente uma metrópole (Firkowski, 2012:37)

As abordagens tradicionais consideravam relevante para a definição de uma área ou região metropolitana o fenômeno de conurbação (continuidade e/ou

contiguidade da malha urbana), bem como o critério demográfico, sendo que uma grande cidade só poderia ser considerada “metrópole” a partir do patamar de um milhão de habitantes<sup>5</sup>.

O que caracteriza uma região metropolitana é a complexidade das funções urbanas (indústria, comércio, serviços, comando e gestão econômica — presença de sedes de grandes empresas, educação e cultura, entre outras funções) exercidas pelo espaço urbano e, especialmente, pelo núcleo urbano que constitui o centro metropolitano (a metrópole em si), assim como as fortes relações entre esse núcleo metropolitano e os centros urbanos do seu entorno (deslocamentos para trabalho, negócios, estudo e serviços, relações entre empresas). Ou seja, a “difusão das atividades e funções no espaço e a interpenetração de atividades segundo uma dinâmica independente da contiguidade geográfica” (Castells, 1984:98).

Atualmente devemos também considerar as relações econômicas entre a região metropolitana e outros espaços urbanos da rede urbana nacional (como por exemplo, as relações com São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília). Na atual fase da economia globalizada também é importante considerar as conexões da metrópole e da região metropolitana com a economia internacional (presença de empresas multinacionais, fluxos de exportações). Cabe ainda considerar as “condições gerais de produção” proporcionadas pelos espaços metropolitanos que se estendem “incorporando novas áreas à lógica metropolitana”, configurando o fenômeno já bastante reconhecido e estudado como de “desconcentração metropolitana”, ou seja, o processo socioespacial de expansão da metrópole para além dos limites metropolitanos reconhecidos e oficiais (Lencioni, 1995, 2004, 2007).

Quando tratamos da metropolização que afeta as aglomerações formadas no entorno de cidades médias podemos recorrer ao conceito de “sistema funcional urbano” (Dematteis, 1998). Esse é considerado o “âmbito de vida, de mobilidade pendular cotidiana e de mobilidade residencial daqueles que vivem em um território urbanizado” que se estende por até “dezenas de quilômetros” (p. 23). Esses âmbitos compartilham mercados de trabalho e de serviços geograficamente distintos, mas que ao serem articulados por sistemas de transporte e comunicações rápidos equivalem à escala local de períodos anteriores. Visão semelhante apresenta David Batten (1995) para quem as redes urbanas podem ser formadas por “cidades previamente independentes e potencialmente complemen-

4 Para uma visão abrangente e crítica do “Novo Regionalismo” ver o artigo de Neil Brenner *Decoding the Newest “Metropolitan Regionalism” in the USA: A Critical Overview*. *Cities*, Vol. 19, No. 1, pp. 3–21, 2002. No Brasil destacam-se os estudos de Jeroen Klink sobre a região do ABC paulista (KLINK, J. A Cidade-região. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista. Rio de Janeiro: DP&A: 2001).

5 BLUMENFELD, H. A metrópole moderna. In: *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1972, p. 53-70 [original *The Modern Metropolis*. *Scientific American*, 213, September, 1965].

tares quanto às funções” as quais podem formar uma aglomeração se auxiliadas por “corredores de transporte e infraestruturas de comunicações rápidas e eficientes”. Nesses sistemas “bipolares” as relações tendem a ser mais horizontais e menos hierárquicas (Batten, 1995:314).

Os espaços urbanos que reúnem esses atributos e características (complexidade urbana, conexões com a economia internacional, condições gerais de produção, mobilidade cotidiana, mercado de trabalho regionalizado, complementaridade de funções) podem ser considerados como espaços metropolitanos, independente das denominações legais utilizadas para a sua definição.

## A QUESTÃO DA DEFINIÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL

Já nos referimos neste artigo que no Brasil não temos referenciais nacionais para a definição e delimitação das regiões metropolitanas. Assim, essa definição fica a cargo dos legislativos estaduais. O debate intelectual e acadêmico sobre o tema tende a discordar de seus desígnios políticos. Porém, em algumas situações, a regionalização (aqui sendo entendida como “metropolização”), ao dar significado ao território, condiciona a ação dos atores regionais e a concentração das infraestruturas econômicas e sociais no espaço. É o tempo da sociedade justapondo-se ao tempo e às razões da política.

No plano técnico e acadêmico destacamos três estudos realizados que reúnem esforços para dar conta da complexidade da rede urbana nacional para fins de planejamento territorial, da definição de políticas urbanas e delimitação das regiões metropolitanas: o estudo do IPEA, da Unicamp e do IBGE “Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil” (1999); o estudo “Regiões de Influência das Cidades 2007”(REGIC2007) do IBGE e o trabalho do Observatório das Metrôpoles, “Hierarquização e diferenciação dos espaços urbanos”(2009). Nesses encontramos as seguintes definições:

- **Metrôpoles globais, nacionais e regionais:** estes três estratos superiores da rede urbana são integrados por treze centros urbanos, que, à exceção de Manaus, estão localizados em aglomerações urbanas, sendo que a maioria deles se desenvolveu a partir de um núcleo, uma capital de estado, exceto Campinas. Para estes estratos da rede urbana identificou-se, ainda, a ocorrência de complementaridade funcional entre os centros e as periferias, sendo que tais centros exercem fortes funções polarizadoras, além de que,

especialmente, as aglomerações se articulam sempre com algum grau de contiguidade, muitas vezes ao longo de eixos viários (IPEA, 1999, p. 295).

- **Metrôpoles:** são os doze principais centros urbanos do país, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. (Regiões de Influência das Cidades 2007. IBGE, 2008)

- **Aglomeração metropolitana** (ou área metropolitana): corresponde à mancha de ocupação contínua ou descontínua diretamente polarizada por uma metrópole, onde se realizam as maiores intensidades de fluxos e as maiores densidades de população e atividades, envolvendo municípios com alto grau de integração ou englobando parcialmente ou inteiramente apenas a área do município central. A densificação de atividades e populações acontece nas áreas metropolitanas (KNOX e AGNEW, 1994, *apud* Observatório das Metrôpoles, 2009).

- **Região metropolitana:** corresponde a uma porção definida institucionalmente, como, no Brasil, as nove RMs institucionalizadas pela Lei 14 e 20/73 ou as atuais definidas pelas legislações dos estados brasileiros, com finalidade, composição e limites determinados. A absorção legal do termo “região metropolitana” e a materialização da faculdade constitucional de forma indiscriminada esvaziaram de conteúdo o conceito consagrado de região metropolitana na sua correspondência ao fato metropolitano. A Constituição de 1988 também incorpora a categoria “aglomerações urbanas” sem tornar preciso o conceito. Apenas sugere que corresponde a uma figura regional diferente da região metropolitana, podendo-se inferir, portanto, que não tenha o polo na posição hierárquica de metrópole. (Observatório das Metrôpoles, 2009)

O estudo da “Rede Urbana e Regionalização do Estado de São Paulo” (EMPLASA, 2011, p. 145-146) define:

- **Região Metropolitana:** pressupõe a existência de uma metrópole, com alto grau de diversidade econômica e alta especialização em atividades urbanas, com posição nítida de liderança do polo sobre a área de influência e sobre outras áreas do próprio Estado e do país. Pressupõe também a conurbação, dada por adensamento da ocupação urbana, alta concentração populacional, elevado grau de urbanização e de densidade demográfica, resultando em espaços contíguos de interesse comum, exigindo planejamento integrado para funções de interesse comum e arranjos institucionais para administração de questões de interesse comum.

- **Aglomeração Urbana:** agrupamento de muni-



cípios limítrofes com urbanização contínua ou com tendências nesse sentido, podendo existir um ou mais centros urbanos (polos) que polarizam municípios do entorno. Apresenta complexidade média das atividades urbanas, bem como existência de integração funcional de natureza econômico-social. Verificam-se, ainda, concentração populacional média, densidade demográfica média, taxa de crescimento anual positiva, formando espaços contíguos de interesse comum, passando a exigir planejamento integrado para funções de interesse comum e arranjos institucionais para administração de questões de interesse comum.

Este estudo apresenta critérios, ou “conceitos e indicadores”, para delimitação de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, entre eles, a “elevada” densidade demográfica, a posição da cidade-polo na hierarquia urbana, a “significativa” conurbação ou urbanização contínua manifesta, a integração funcional de natureza econômico-social e as funções urbanas com alto grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica (p. 146-147).

Muitos estados instituíram regiões metropolitanas sem levar em consideração os critérios conceituais ou técnico-científicos. Temos assim situações extremamente díspares, com regiões metropolitanas com mais de vinte ou dez milhões de habitantes (como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro) e “regiões metropolitanas” como menos de quinhentos mil habitantes (e até menos de 300 mil habitantes), o que no mínimo pode ser considerado uma situação anômala. No momento o país já tem instituídas cerca de sessenta regiões metropolitanas, em quase todos os estados da federação, chegando ao extremo de estados como a Paraíba (doze regiões “metropolitanas”) e Santa Catarina, com dez regiões “metropolitanas”<sup>6</sup>.

Efetivamente podemos conferir os estudos apresentados (quadro 1) e considerar que nosso país continental alberga em seu território entre doze (IBGE) e quinze espaços metropolitanos (Observatório das Metrôpoles), além de uns vinte espaços caracterizados por aglomerações “pré-metropolitanas”, ou simplesmente espaços urbanos de concentração de população.

Região Metropolitana	IPEA (1999)	REGIC/IBGE (2007)	Observatório das Metrôpoles (2009)
São Paulo	x	x	x
Rio de Janeiro	x	x	x
Belo Horizonte	x	x	x
Porto Alegre	x	x	x
Recife	x	x	x
Fortaleza	x	x	x
Salvador	x	x	x
Curitiba	x	x	x
Brasília	x	x	x
Manaus	x	x	x
Goiânia	x	x	x
Belém	x	x	x
Campinas	x		x
Vitória			x
Florianópolis			x

Fonte: Estudos citados. Organização do autor.

## RIO GRANDE DO SUL: REGIÃO METROPOLITANA E AGLOMERAÇÕES URBANAS

Uma das exceções da regra até agora, o estado do Rio Grande do Sul seguiu uma postura mais prudente em sua Constituição Estadual (1989) ao definir a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e as Aglomerações Urbanas. Inicialmente foram instituídas a Aglomeração Urbana do Sul-AUSul (Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São José do Norte e Arroio do Padre), a Aglomeração Urbana do Nordeste - AUNE, hoje Região Metropolitana da Serra Gaúcha (formada pelos municípios polarizados por Caxias do Sul) e posteriormente a Aglomeração Urbana do Litoral Norte (no eixo litorâneo Torres-Osório-Palmares do Sul). A despeito da crítica a alguma dessas delimitações, essa foi uma postura mais atenta aos estudos teóricos e parâmetros técnicos, embora nos últimos anos diversos municípios tenham sido incorporados à RMPA sem necessariamente apresentarem características metropolitanas ou relações mais efetivas com a metrópole<sup>7</sup>.

O quadro 2 apresenta dados gerais da RMPA, RMSG e aglomerações urbanas do estado demonstrando a importância desses espaços em termos de concentração demográfica e populacional no âmbito do estado.

<sup>7</sup> As diretrizes para essa delimitação estão no estudo “Aglomerações Urbanas no Rio Grande do Sul” (Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Territorial e Obras, dezembro de 1992).

**Quadro 1:**  
Espaços  
Metropolitanos  
brasileiros  
segundo  
diferentes  
estudos

<sup>6</sup> Dados de novembro de 2013.

Quadro 2: Rio Grande do Sul: regiões metropolitanas e aglomerações urbanas

RM ou Aglomeração	Municípios	População (total)	Participação (%)	PIB (total)	Participação (%)	PIB Per Capita
RMPA	32	3.960	37,03	110.776	43,77	27.973
RMSG	12	744	6,96	23.654	9,37	31.793
AUSUL	5	578	5,41	12.973	5,14	22.444
AULN	20	284	2,66	3.866	1,37	13.613
RS	496	10.694	100	252.482	100	23.610

População (1.000 habitantes), PIB (R\$ milhões). PIB Per Capita (R\$). Fonte dos Dados: IBGEe FEE/RS.

A **Região Metropolitana da Serra Gaúcha** (RMSG) é a antiga “Aglomeração Urbana do Nordeste”. Polarizada por Caxias do Sul é o segundo conjunto urbano do estado com mais de 700 mil habitantes e uma das mais dinâmicas aglomerações industriais do Brasil. Polo da indústria metal mecânica, concentra quase 10% do PIB do estado e cerca de 15% do PIB industrial. Caxias do Sul é o 34º PIB municipal brasileiro (19º PIB Industrial) e o 5º PIB da Região Sul (IBGE, 2010). A cidade de Caxias do Sul, com 435 mil habitantes polariza a aglomeração concentrando indústrias e um importante setor de comércio e serviços, destacando-se na área de saúde e no ensino universitário. Com relação à estrutura urbana já se configura uma forte tendência à conurbação entre Caxias do Sul e Farroupilha. Por outra parte, verifica-se a formação de uma mancha urbana única entre Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa. A “espinha dorsal”, o eixo urbano-industrial estruturador desse espaço urbano, conecta Caxias do Sul, Farroupilha e Bento Gonçalves que concentram mais de 80% do PIB da aglomeração. Essa aglomeração apresenta forte tendência à formação de um eixo urbano-industrial com a RMPA uma vez que Caxias do Sul situa-se a 90 km de Novo Hamburgo (polo econômico do norte da RMPA) e a 130 Km da capital<sup>8</sup>.

A **Aglomeração Urbana do Sul** (AUSUL) é um conjunto urbano de características especiais, devido à presença de dois núcleos polarizadores, Pelotas (328 mil habitantes) e Rio Grande (200 mil habitantes), distantes 50 km, com fortes ligações históricas, mas que não constituem uma conurbação.

A discussão sobre essa aglomeração não é recente. Em 1975 já encontrávamos referências à “Aglomeração Pelotas-Rio Grande” como uma “aglomeração sem espaço urbanizado contínuo”. Estas, por sua vez,

8 Sobre a formação desse “complexo metropolitano” ver os trabalhos de MOURA e KLEINE (Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.95, p. 3-26, 1999) e de SOARES e SCHNEIDER (Notas sobre a desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 39, p. 113-128, 2012).

foram definidas como “aglomerações formadas por cidades de municípios contíguos, cuja integração é feita por complementaridade de funções e não por coalescência espacial” (Davidovich e Lima, 1975:51). O estudo “Caracterização e Tendências” no capítulo da “Síntese da morfologia da rede urbana”, delimitou essa aglomeração pela mesma “configurar uma aglomeração urbana que involucra, em uma mancha contínua de ocupação as cidades de Pelotas, Rio Grande e Capão do Leão” (1999:174).

Pelotas, polo comercial e de serviços da aglomeração, possui mais de 328 mil habitantes e exerce uma forte centralidade em todo o sul do Estado. Rio Grande é a cidade portuária do Estado e importante polo industrial (polo naval, petroquímica, fertilizantes). Nos últimos anos Rio Grande vem apresentando os melhores indicadores em termos de crescimento econômico situando-se como o 4º maior PIB do Estado e concentra 60% do PIB da aglomeração. Essa posição relaciona-se com a dinamização econômica proporcionada pelos grandes estaleiros do polo naval, no qual se constroem plataformas de petróleo e navios petroleiros. O município encontra-se entre os maiores crescimentos econômicos do País e o dinamismo econômico verificado extrapola o setor industrial englobando o comércio, os serviços e a construção civil na Cidade. Mantidas as atuais tendências, essa aglomeração tende a consolidar-se no eixo Pelotas-Rio Grande, mantendo a sua bipolaridade característica.

Com o passar dos anos o fato do RS ter tomado uma postura mais “adequada” ao diferenciar a região metropolitana das aglomerações urbanas foi sendo considerado como uma “desvantagem” do Estado com relação a outras unidades da federação que definiram diversas regiões metropolitanas. Entre essas desvantagens estão na busca de recursos de programas específicos do governo federal para as regiões metropolitanas como, por exemplo, para obras de infraestrutura, programas de mobilidade urbana, saneamento básico e políticas habitacionais. Do ponto de vista dos atores políticos locais, a definição de uma região metropolitana torna os municípios mais habilitados a concorrerem por esses recursos. Outro argumento, no caso de benefício às populações locais

RM/Aglomeração	Estado	População (total)	Núcleo	População do Núcleo	PIB (total)
Porto Alegre	RS	3.960	Porto Alegre	1.410	110.776
Curitiba	PR	3.174	Curitiba	1.752	94.017
N/NE Catarinense	SC	1.094	Joinville	515	35.873
Florianópolis	SC	877	Florianópolis	421	20.906
Londrina	PR	764	Londrina	507	14.828
Serra Gaúcha	RS	744	Caxias do Sul	435	23.654
Maringá	PR	613	Maringá	357	12.221
AUSUL	RS	578	Pelotas	328	12.973
Foz do Rio Itajaí	SC	533	Itajaí	183	21.094
Vale do Itajaí	SC	486	Blumenau	309	18.299

Quadro 3:  
Região Sul:  
Regiões  
Metropolitanas  
e Aglomerações  
Urbanas

População (1.000 habitantes), PIB (R\$ milhões). Fonte dos Dados: IBGE: Censo 2010 e PIB dos Municípios Brasileiros 2010.

está na redução de tarifas telefônicas e de transporte coletivo intermunicipal<sup>9</sup>.

Ao compararmos as aglomerações urbanas do RS com as instituídas em outros estados da região sul do Brasil verificamos que as mesmas apresentam dimensões demográficas e econômicas semelhantes. O quadro 3<sup>10</sup> apresenta esses dados para fins de comparação. Pelo quadro verificamos que os espaços urbanos institucionalizados do Rio Grande do Sul apresentam dimensões demográficas e econômicas semelhantes às regiões metropolitanas do interior do Paraná e de Santa Catarina.

Para analisarmos a importância econômica dessas regiões metropolitanas também verificamos o número de grandes empresas que as mesmas concentram a partir do ranking das **500 Maiores Empresas** da Região Sul. Além da RMPA (111 empresas) e da Região Metropolitana de Curitiba (97 empresas) encontramos os seguintes resultados: Serra Gaúcha – 38; Norte/NE Catarinense – 30; Florianópolis – 23; Vale do Itajaí – 15; Maringá – 13; Londrina – 12; Aglomeração Urbana do Sul – 9 e Foz do Rio Itajaí – 5 empresas entre as 500 maiores do Sul (Revista Amanhã, setembro de 2013).

Com relação ao tamanho do PIB do núcleo me-

tropolitano, quase todas as cidades estão entre os 100 maiores PIBs do Brasil (IBGE, 2010), com as seguintes colocações: Curitiba (4º), Porto Alegre (7º), Joinville (25º), Caxias do Sul (34º), Itajaí (35º), Londrina (53º), Florianópolis (55º), Blumenau (62º), Maringá (68º). A exceção é Pelotas (RS), mas no caso da Aglomeração Urbana do Sul, Rio Grande coloca-se como o 71º PIB municipal brasileiro, reforçando a ideia da bipolaridade da aglomeração. Ainda com relação ao PIB municipal, as cidades de Curitiba, Porto Alegre, Joinville, Caxias do Sul, Blumenau e Rio Grande situam-se entre os 100 maiores PIBs industriais do País.

Assim, verificamos que as aglomerações urbanas (e a agora RM da Serra Gaúcha) do Rio Grande do Sul se encontram no mesmo nível da hierarquia urbana que as regiões metropolitanas de Paraná e Santa Catarina. E embora discordemos teoricamente da denominação “metropolitana” para esses espaços urbano-industriais, compreendemos as razões dos atores políticos regionais para a mudança de denominação. Todavia, alguns questionamentos podem ser levantados e o faremos a seguir.

## AGLOMERAÇÕES OU REGIÕES METROPOLITANAS: QUAL O PAPEL DOS ATORES REGIONAIS?

Entre as elites regionais existe um senso comum de que, a partir da criação da região metropolitana, como que de um passe de mágica os atores regionais integrarão seus projetos e os recursos federais chegarão com maior celeridade nas regiões.

Entretanto, sabemos que a integração entre os municípios não se dá por força de legislação e sim pela articulação dos atores políticos, econômicos e sociais dos municípios envolvidos. Na grande maioria das nossas regiões metropolitanas não há tradição

9 A ANATEL na sua Resolução 560 (Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado-STFC) de 21 de janeiro de 2011 determinou a cobrança de tarifa local para as chamadas telefônicas no âmbito das regiões metropolitanas. As aglomerações urbanas do RS, embora com maior população e integração funcional que muitas regiões metropolitanas não foram contempladas na Resolução. A lista das regiões metropolitanas contempladas está disponível na página web da ANATEL em: <http://legislacao.anatel.gov.br/resolucoes/2011/23-resolucao-560>.

10 As dez principais em população. Não foram incluídas no quadro as “regiões metropolitanas” Carbonífera (Criciúma/SC), Chapecó (SC), Tubarão (SC), Lages (SC) e Umuarama (PR), por apresentarem dimensões demográficas e econômicas bem inferiores aos espaços urbanos analisados.

de cooperação entre os principais agentes (especialmente políticos), o que se constitui em um desafio para os atores hegemônicos. Existem sérios problemas de planejamento urbano e territorial nos municípios, dificultando ainda mais a definição de políticas integradas entre estes. Trata-se de um processo de difícil construção e que necessita de uma ampla participação da sociedade civil para que não prevaleçam interesses parciais sobre os interesses coletivos<sup>11</sup>.

Do ponto de vista da integração de políticas públicas, pouco foi feito desde que as aglomerações urbanas foram institucionalizadas (1990, 1994 e 2002). Ou seja, as regiões – ou melhor, os atores regionais – pouco aproveitaram a institucionalidade como oportunidade para um planejamento integrado. Os próprios conselhos das aglomerações, inseridos nas leis de criação, pouco funcionaram. Além do mais, as aglomerações existem no papel, mas não foram incorporadas ao cotidiano da política regional, e muito menos da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Por outro lado, é inegável que nos espaços urbanos em referência (Pelotas/Rio Grande, Serra Gaúcha) as realidades urbanas são cada vez mais integradas. Há um intenso movimento entre as cidades, deslocamentos para trabalho, estudo, negócios, serviços, empresas com matriz em uma cidade e filial em outra, prestadoras de serviços entre as diferentes cidades<sup>12</sup>.

Enfim, um processo de integração que se dá por força da economia e do mercado, mas sem as correspondentes políticas públicas que consigam dar resposta aos problemas derivados dessa integração. Seria interessante começar agora o planejamento mais amplo desses conjuntos urbanos como forma de prevenir ou amenizar futuros problemas que a forte concentração urbana ocasiona e que são verificados em muitas regiões metropolitanas brasileiras.

Finalizamos concluindo que a “febre” de criação de regiões metropolitanas nos estados representa – tal como afirmaria Bourdieu – apenas mais um episódio da “luta das classificações” (Bourdieu, 1989, 2007), na qual os atores regionais buscam reconhecimento e diferenciação:

A presença ou ausência de um grupo na classificação oficial depende de sua aptidão para se fazer reconhecer, para se fazer perceber e admitir, por-

tanto, para obter, quase sempre depois de uma luta ardorosa, um lugar na ordem social (Bourdieu, 2007:445).

Porém, no dia em que todo ou a maior parte do território nacional for classificado como “metropolitano”, essa categoria perderá a razão de ser e os grupos (ou regiões) de maior poder colocarão em campo o seu capital econômico, político, intelectual e cultural em favor de uma nova divisão, de uma nova forma de distinção.

## REFERÊNCIAS

- BATTEN, D. Network cities: creative urban agglomerations for the 21st century. *Urban Studies*. Vol. 32, no. 2, 1995, 313-327.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1989.
- BOURDIEU, P. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- DAVIDOVICH, F. e LIMA, O. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Nº 37 (1), p. 50-84, 1975.
- CASTELLS, M. Problemas de investigação em Sociologia Urbana. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- DEMATTEIS, G. De las regiones-área a las regiones-red. Formas emergentes de gobernabilidad regional. In *Redes, territorios y gobiernos: nuevas propuestas locales a los retos de la globalización*. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2002, pp. 163-175.
- EMPLASA/FUNDAÇÃO SEADE. Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo. São Paulo: EMLASA, 2011.
- FIRKOWSKI, O. L. C. F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Vol. 122, p. 19-38, 2012.
- IBGE. Regiões de influência das cidades 2007. (REGIC 2007). Rio de Janeiro: IBGE: 2008.
- IPEA/UNICAMP/IE/NESUR/IBGE. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Campinas: Unicamp/IE, 1999. (Coleção Pesquisas).
- LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245(07). Disponível em <http://www.ub.edu/ge>

11 Ver sobre esse tema o livro de Sol GARSON, *Regiões Metropolitanas: por que não cooperam?* Rio de Janeiro: Letra-Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC, 2009.

12 Ver OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização. Relatório Preliminar. Novembro, 2012.

- ocrit/sn/sn-24507.htm.
- LENCIONI, S. O Processo de Metropolização do Espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In: Schiffer, S. (Org.). *Globalização e Estrutura Urbana*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 2004, p. 153-165.
- LENCIONI, S. Reestruturação Industrial no Estado de São Paulo. *A Região da Metrópole Desconcentrada*. Espaço & Debates, São Paulo, v. 38, p. 54-61, 1995.
- MOURA, R. Arranjos urbano-regionais: uma categoria complexa na metropolização brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 10, nº2, p. 29-50, 2008.
- MOURA, R. e KLEINE, M. L. U. Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n.95, p. 3-26, 1999.
- MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. Rio de Janeiro, 1972.
- PARIS, D. *Gouvernance des territoires, métropolisation et développement régional*. In DOLEZ, B. et PARIS, D. *Métropoles en construction. Territoires, politiques et processus*. Paris: L'Harmattan, 2004, p. 21-38.
- REVISTA AMANHÃ. 500 Maiores do Sul. Ano 27. Nº 298. Porto Alegre; setembro de 2013.
- RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In LIMONAD, E. et all (Org.) *Brasil século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. Rio de Janeiro: Marx Limonad, 2004, p. 194-212.
- RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) *Hierarquização e diferenciação dos espaços urbanos*. Coleção Conjuntura Urbana. Volume I. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2009.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento Territorial e Obras. *Aglomerções Urbanas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: dezembro de 1992.
- SOARES, P. R. R. Novos recortes do território: aglomerações urbanas e desenvolvimento local e regional. *Anais das Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*. Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. Porto Alegre: FEE/PUC-RS, 2005. Disponível em [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/jornadas-de-economia/index\\_1.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/jornadas-de-economia/index_1.php).
- SOARES, P. R. R. e SCHNEIDER, L. P. Notas sobre a desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 39, p. 113-128, 2012. ■

Rosa Liliana de Simone

# La Ciudad del Consumo

reflexiones en torno a la mercantilización urbana y al desarrollo de la infraestructura de retail en Santiago de Chile. 1982-2013.

## Resumo

El advenimiento de un capitalismo urbano post-fordista y sus efectos en el mercado inmobiliario de las ciudades ubicadas en países en vías de desarrollo son evidentes si nos detenemos a analizar la evolución reciente del shopping mall, infraestructura comercial de origen estadounidense y que ha alcanzado ya altos grados de globalización. Como ícono del capitalismo de escala, el shopping mall condensa los mecanismos a través de los cuales la ciudad del mercado se reproduce y valoriza. Desde este punto ha sido abordado como el paradigma del actual estado de la mercantilización urbana global, y diversos autores han relevado su rol en la conformación ideológica de la sociedad de consumo (Soja, 1989; Harvey, 1990; Sassen, 2004, Castells, 2010; Harvey 2012). Para el caso chileno, la reflexión en torno a los efectos físicos y simbólicos del shopping mall en la conformación de una ciudad (pensada desde la lógica de la producción y el consumo) permite proponer su análisis como artefacto geopolítico de reforma ideológica de la estructura económica y social.

El siguiente texto reflexiona en torno a la evolución de los espacios de consumo en Santiago de Chile durante los últimos cuarenta años. La investigación que se presenta se ha propuesto observar el avance de las redes y mecanismos globales de poder económico ejercitadas en el territorio local a través del retail.

Esta revisión retrospectiva de la mercantilización de la planificación local permite analizar el afianzamiento de la sociedad urbana neoliberal en Chile. Dadas las similitudes del caso con otros en la región latinoamericana, y que se ha observado un reciente proceso de exportación de tipologías comerciales chilenas a capitales vecinas, el estudio aquí expuesto se propone ser un aporte a la comprensión de lo que se refiere a la mercantilización urbana en Sudamérica.

**Palavras-chave:** Santiago; Mercantilización urbana; Shopping mall; Infraestructura; Ciudad neoliberal.

## Abstract

The arrival of a post-Fordism urban capitalism and its effects on property market of cities in developing countries are evident if we discuss the recent evolution of the shopping mall, a commercial infrastructure of U.S. origins that has already reached a global spread. As icon for the scale capitalism, the shopping mall condenses the mechanisms in which the city market reproduces and values itself through.

From this point the shopping mall has been addressed as the paradigm of the current state of the global urban commodification, and several authors have relieved its role in the ideological formation of the consumer society (Soja, 1989; Harvey, 1990; Sassen, 2004, Castells, 2010; Harvey 2012).

For the Chilean case, the considerations on the physical and symbolic roles of the retail infrastructure in the process of shaping a city (designed from the logic of production and consumption), can lead forward as an analysis of the shopping mall as a geopolitical artifact for ideological reform of the economic and social structure.

The following text reflects on the evolution of consumption spaces in Santiago de Chile during the last forty years. The research presented has been proposed to observe the progress of global networks and mechanisms of economic power exercised in the local territory through retail.

The review of the commodification in local planning aims to analyze the consolidation of a neoliberal urban society in Chile. Given the similarities of the case with others in the Latin American region, and the a recent process of Chilean exportation of commercial typologies to neighboring capital cities, the study presented here is intended as a contribution to the understanding of what may concerns as an urban commodification of South America urbanism.

**Keywords:** Santiago; Mercantilization of urban space; Shopping mall; Infrastructure; Neoliberal city.

**Rosa Liliana de Simone**

*é arquiteta e mestre em desenvolvimento urbano. É professora e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Chile e da Universidade Diego Portales.*

rldesimo@uc.cl

## INTRODUCCIÓN<sup>1</sup>

Para dar inicio a la caracterización del fenómeno del shopping mall en Chile, es necesario convenir que la consolidación de los mecanismos globales de financiarización inmobiliaria en distintas latitudes ha portado similares consecuencias en la evolución de la estructura urbana de las ciudades a las que compete. Estas consecuencias son comparables, y son evidencia de un fenómeno de características globales tanto económicas como sociales.

Las ciudades de países en vías de desarrollo cuyas economías se basan en el libre mercado muestran patrones de organización del capital que, a pesar del contexto, poco difieren en su articulación. Ciertos prototipos de mercado, convertidos en tipologías edilicias, son fácilmente replicables a la luz de la cada vez mayor absorción de fronteras de inversión internacional. Dichas inversiones se organizan en el territorio en base a sistemas post-fordistas de acumulación de capital, articulando redes de producción y financiamiento transnacionales, donde las tipologías comerciales estandarizadas más replicadas son los shopping malls y strip centers.

Siguiendo los postulados de autores como Cicolella para Argentina (2006), Abramo para Brasil (2012), Naredo para España (2010), podemos afirmar que, como parte de un fenómeno global, el mercado inmobiliario se encuentra en un reciente proceso de des-territorialización de sus capitales, lo que ha multiplicado sus efectos urbanos a través de la construcción de mega-infraestructuras de inversiones transnacionales, como lo son las infraestructuras de retail. Dichos espacios se han conformado como aglutinadores de diversos mercados paralelos, que incluyen tanto la venta minorista, como también otros modelos de negocios. Desde hace unas décadas el comercio minorista se ha desplazado también hacia los negocios financieros, crediticios y bancarios, la especulación del mercado de suelo, la venta de flujos de arriendo en el mercado de valores, la securitización de activos, y otros mecanismos menos evidentes de mercantilización inmobiliaria. De ese modo, malls y similares cumplen tanto la función de ser galpones de acumulación y abastecimiento de bienes de mercado (función fordista) como también aquella función de ser parte de una cartera de activos propensos a la especulación del mercado bursátil, a la vez que en sí mismos son símbolos culturales de la expansión económica de libre mercado (función post-fordista).

<sup>1</sup> El presente texto es parte de una investigación en curso realizada en el marco del Proyecto Fondecyt N° 1110387, durante los años 2012 y 2013 en el Instituto de Estudios Urbanos de la Pontificia Universidad Católica de Chile.

Por su parte, estos procesos de re-significación de los malls han desatado efectos culturales y sociales observables de manera física en Chile, y en este caso nos referiremos a los cambios estructurales de la organización sociodemográfica del comercio y del retail conllevados por la ciudad de Santiago. La multiplicación de la infraestructura de consumo, variada en formato y tamaño, ha logrado intervenir el funcionamiento del mercado de suelos, regulando la oferta de suelo disponible en los sectores atractivos para el mercado crediticio de retail (es decir, no necesariamente en aquellas áreas donde habita la población con mayor capacidad de consumo, sino aquella población con mayor demanda de financiamiento a través del endeudamiento), y requiriendo nuevos y vastos terrenos periurbanos para labores de logística y bodegaje, esto último en sectores populares y alejados de las lógicas territoriales de consumo de retail, y donde los modelos de abastecimiento siguen estando ligados a ferias libres y cadenas de supermercados económicos.

¿A que se debe esta organización dual en el territorio? Los efectos que los shopping malls ejercen en el territorio urbano han sido ampliamente revisitados por autoras como Sarlo (2002, 2009), Crawford (2004) y Zukin (2004). El fenómeno de su multiplicación en contextos carenciados, principalmente en ciudades con altos grados de segregación y pobreza urbana como Santiago, permite sostener a estas autoras que su éxito se debería justamente a su efectiva inserción en el mercado simbólico del valor. En este panorama, los malls serían los pocos espacios que lograrían suplir las demandas de seguridad, confort y limpieza, y lo harían de mejor modo de lo que los gobiernos locales habrían hecho en las últimas décadas, al menos en el ámbito discursivo. En contextos nacionales alejados de los ideales de un Estado de Bienestar, el mall garantizaría, en las ciudades segregadas y pobres, las condiciones mínimas de urbanidad que el Estado habría fallado en proveer en la arena pública. En ausencia de un rol de actor social y cívico capaz de promover la interacción y asociatividad, los entes estatales habrían cedido de manera simbólica y física la labor de ofrecer espacios y motivar los intereses de estas masas de ciudadanos en busca de espacios de reunión. Por las mismas razones, dichos espacios comerciales cobraron protagonismo en los imaginarios populares de urbanidad y civilidad, pues proveen de un marco de interacción válido ante la sociedad. Dicha validación es provista por el acceso, fáctico o simbólico, del sistema de acceso al crédito de consumo. En otras palabras, entrar al mall validaría la existencia individual de sujetos económicamente válidos en un sistema social jerarquizado en base a la objetualización de la vida cotidiana.

La reinterpretación simbólica de un escenario ur-

bano, replicado con éxito al interior de un edificio controlado y protegido de la inseguridad de la calle, propone al mall como el más exitoso artefacto alegórico de los últimos tiempos. El simulacro ejecutado en su interior, siguiendo el parafraseo de Baudrillard (1978), permite al mall proponerse ante sus usuarios como una verdad ubicua coproducida entre todos, en otras palabras, como el símbolo de una identidad urbana mediada por el consumo. La edificación de estos complejos alegóricos de la urbanidad es rápidamente naturalizada por la población, a pesar de los traspiés en su implantación y mitigación urbana. Ubicados en zonas altamente pobladas, el mall en Chile ha cobrado un protagonismo urbano sin antecedentes históricos, y lejos de proponerse como un lugar de exclusión, el mercado de retail ha incorporado formatos que paradójicamente integran a todos los segmentos socio-económicos bajo la “cúpula luminosa del centro comercial” (Crawford, 2004).

¿De qué modo la infraestructura comercial se convirtió en el símbolo urbano de todo un modelo socio-económico? La experiencia chilena contemporánea como telón de fondo permite reflexionar sobre el rol de los centros comerciales en la constitución del neoliberalismo urbano global y las posibilidades y riesgos que de ello podrían derivar.

## ROL SIMBÓLICO Y MATERIAL DEL MALL EN LA CIUDAD DE SANTIAGO DE CHILE

Los efectos de los mecanismos de mercantilización urbana son concluyentes en la observación de la evolución del shopping mall. Este “artefacto de la globalización” (De Mattos, 2002) creado hace sesenta años en Norteamérica para su implantación indeterminada en contextos ordinarios, viene a condensar muchos de los mecanismos a través de los cuales la ciudad capitalista se reproduce, pues en el caso chileno ha logrado monopolizar diversas esferas de mercado (entre ellas, la financiera, inmobiliaria, productiva, urbana etc).

Con todo este gran impacto simbólico y físico, los espacios de consumo han suscitado interpretaciones recientes ambivalentes en el ámbito local. Diversas planteamientos académicos han analizado su impacto en la ciudad como símbolo del aumento imperante de los ingresos familiares (Galetovic, Poduje y Sahnueza, 2009); como parte del imaginario ciudadano periférico (Fariás, 2009); o desde el impacto que los artefactos de consumo han tenido en los espacios públicos y pseudo-públicos urbanos (Cáceres y Fariás 2009; Stillerman & Salcedo, 2010; Pérez Ahumada

2010; Salcedo & De Simone, 2012, 2013), entre otros enfoques. Muchas de las interpretaciones más negativas han sido menos articuladas en sus argumentos, pero si en su periodicidad, siendo publicadas en diarios de circulación nacional, cartas al director y columnas virtuales. El análisis de los recursos discursivos del mall y sus evaluaciones desde la sociedad civil sin duda requieren de pesquisas y espacios de discusión paralelos a este trabajo.

Análogo a esta evaluación dispar, las edificaciones de consumo masivo perviven de manera exitosa a las crisis inmobiliarias de capital, y a pesar de dichos recesos, parecen configurar un horizonte exitoso para la creciente exportación de productos no tradicionales, donde los “malls a la chilena” parecen ser de especial valoración en la región sudamericana.

¿Cuál podría ser el diagnóstico actual de la evolución de esta tipología comercial? Inaugurado en plena crisis económica de los Ochentas y de la mano de inversionistas brasileños, Parque Arauco Shopping Center, el primer mall de Chile, replicó el modelo ya probado en el Iguatemi Shopping de São Paulo de 1966, pero con panoramas económicos y culturales distintos. Bajo un extenso patronato de la Dictadura Militar de Augusto Pinochet, el mall arribó como un artefacto simbólico del “ajuste estructural”, y no solo como un singular proyecto urbano con expectativas de éxito económico. Este hecho fertilizó el terreno para la llegada de operadores a nuevas localizaciones en el interior del Área Metropolitana de Santiago, y mantuvo las esperanzas durante los primeros años de retenciones económicas que vivió el proyecto fruto del Efecto Tequila de los primeros Ochentas.

A pesar de ser tributario de formatos comerciales anteriores – evidentes en el paisaje urbano a través de la dispersión de edificios comerciales experimentales, los caracoles comerciales, entre 1960 y 1980 (De Simone, 2011, 2012c) – el shopping mall debuta en Chile en 1982 como una novedad inflacionada por los recursos mediáticos y propagandísticos.

Hoy, treinta años después, los más de sesenta establecimientos tipo mall repartidos en las comunas de Santiago, suman casi tres millones de metros cuadrados arrendables. Diversas investigaciones apelan al rol que estos espacios cumplen en la rutina de los chilenos, y las más de 600 millones de visitas que reciben al año desplazan cualquier argumento que los ignore como grandes protagonistas de la vida cotidiana en la ciudad.

La multiplicación del mall como subcentralidad urbana en dictadura y naturalización como espacio pseudo-público en democracia revelan las incidencias culturales que la implantación del neoliberalismo produjo en la organización socio-demográfica chile-



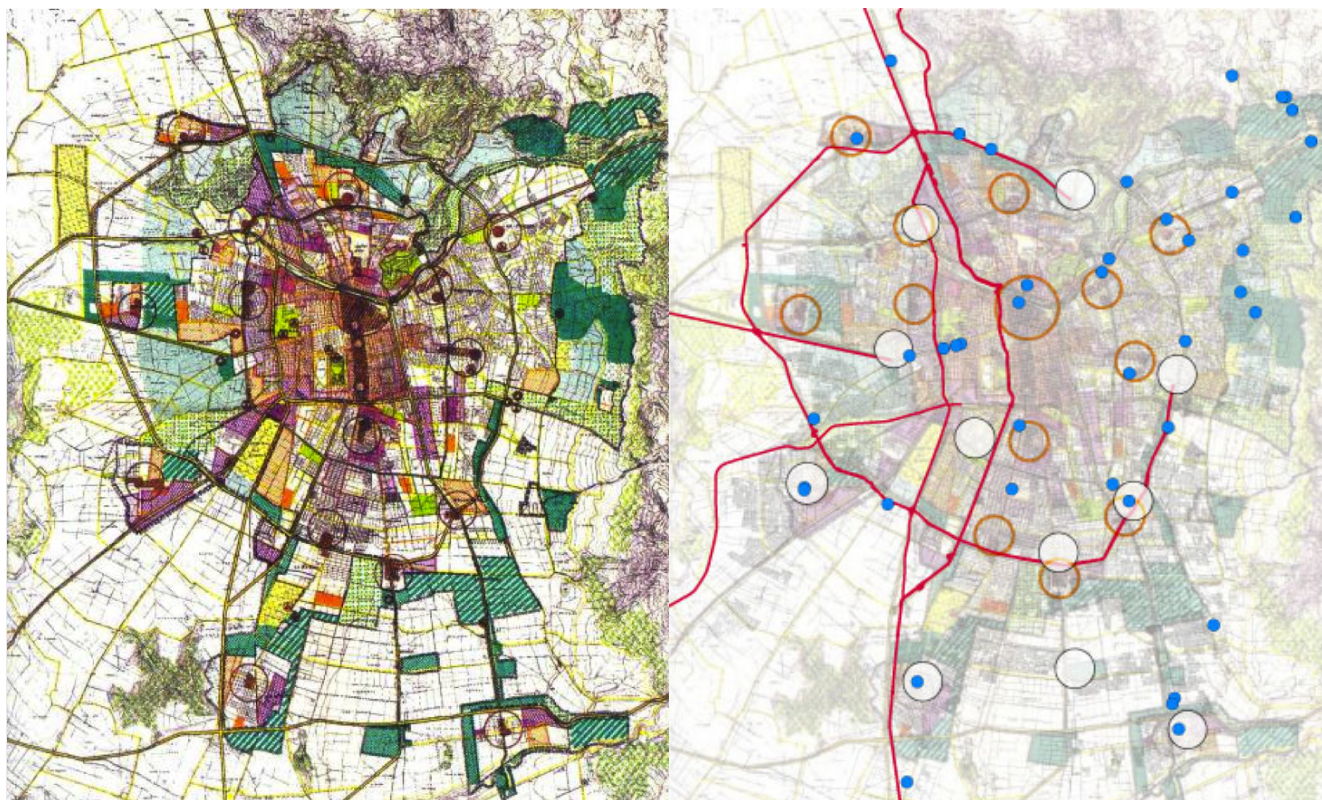


Figura 1: A la izquierda, PRIS de 1960 y proyección de subcentros metropolitanos para Santiago. A la derecha, plano comparativo de subcentros planificados en el PRIS de 1960, en PRMS de 1994, y actual ubicación de shopping malls en Santiago (elaboración propia).

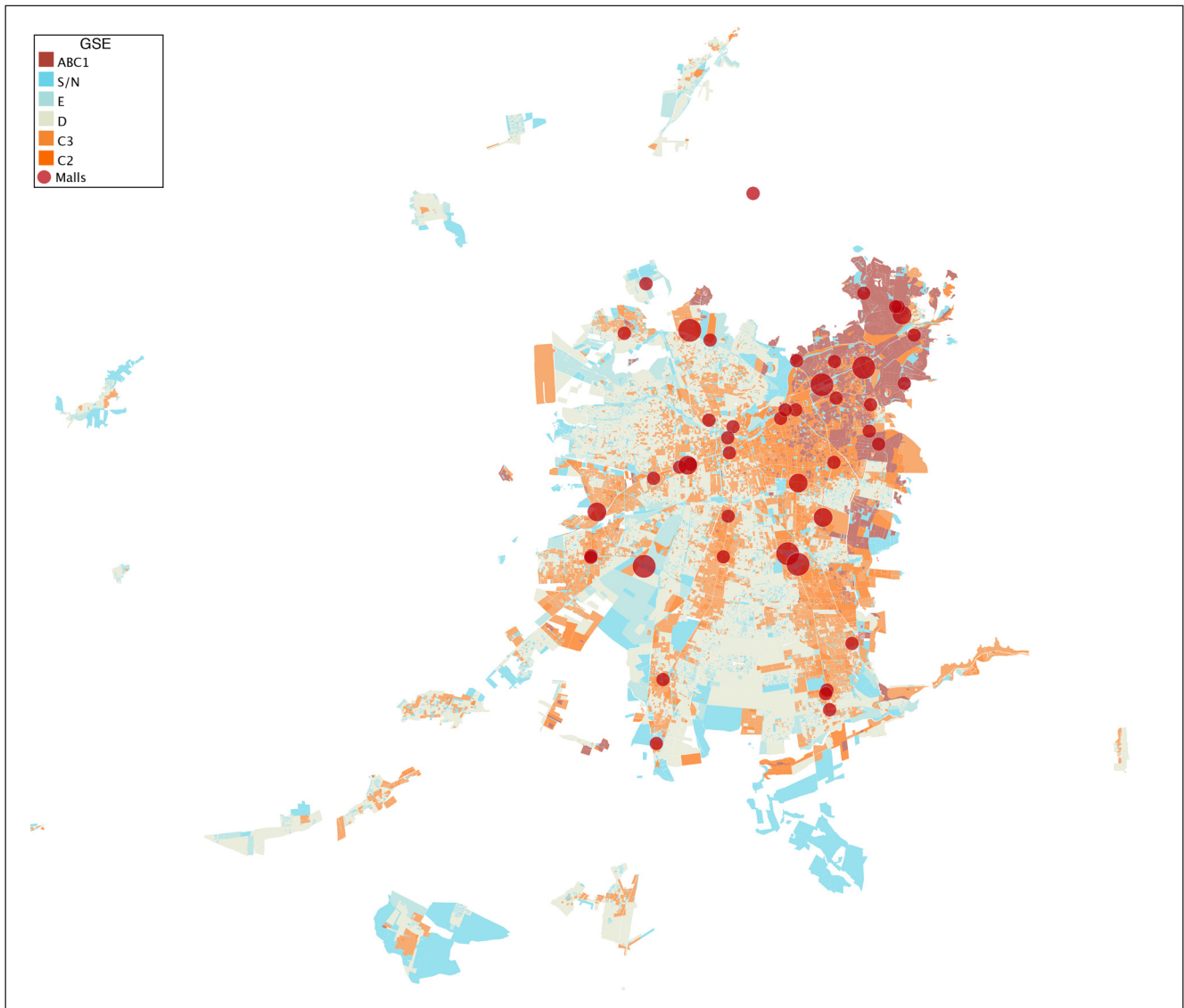
na. Desde la planificación territorial, dichos proyectos inmobiliarios han comprobado su eficiencia en la consolidación de aquellas áreas de desarrollo donde los planes de ordenamiento metropolitano habían previsto desarrollos estatales décadas antes (Plan Regulador Intercomunal de Santiago de 1960, Plan Regulador Metropolitano de Santiago, 1994) (Fig. 1).

Por otro lado, la dispersión socio-económica en el territorio santiaguino (Fig. 2) muestra otras particularidades del caso chileno. Lejos de ser una tipología monopolizada por los sectores de altos ingresos (como sucede más frecuentemente en otros lugares de Latinoamérica), los malls han conquistado áreas sub-servidas de infraestructura comercial, pero también sub-servidas de inversión estatal en espacios públicos, servicios y amenidades culturales, logrando una ubicuidad en su localización que, comparada con las inversiones públicas estatales en estas áreas, algunos incluso podrían pensar en un discurso de democratización de la oferta urbana. Articulando una amplia red de cobertura, el mall cobraría importancia radical en la comprensión de los imaginarios urbanos ciudadanos actuales, basados en la escenificación de la vida diaria, doméstica y cívica al interior del mall ¿Cuales son los efectos sociales de dicha dicotomía, que equipara espacios de consumo con espacios pseudo-públicos? Las respuestas están a la luz de los planteamientos de Bauman (2001), que postulan la transformación de nuestra esencia social en una nue-

va sociedad de consumidores, cuyas pautas de relación con el mundo material se habrían liquidificado hasta alcanzar vínculos volubles y altamente desechables.

Como ícono de la instalación del neoliberalismo cultural en la región, la instalación del mall es a su vez el proceso y el producto de la reestructuración socio-cultural chilena ejecutada a mediados de los Setentas. Los factores culturales que asocian al mall con la aniquilación y refundación de una historia urbana, ampliamente abordados por Sarlo para el caso argentino (2002, 2009), lo apuntan como la herramienta más efectiva en la reformulación de una hegemonía cultural del capital y del consumo.

Malls, strip centers, power center y convenience stores fueron importados en Chile como modelos de negocio inmobiliario y comercial, y hoy están siendo re-exportados de manos de conglomerados familiares, luego de procesos de traducción y ajuste, a otros países vecinos. Buscando adaptarse a las condicionantes locales, han sufrido procesos de adecuación y traducción que han generado efectos relevantes en la organización urbana colindante e incluso en el modo en como se piensa y planifica la ciudad (Goss, 1993; Jayne 2006; Bermúdez 2003, 2008), en lo que podríamos entender como una nueva “geografía del consumo”, donde los anteriores paradigmas de organización de las funciones en la ciudad han sido reemplazados por una lógica territorial que asimila



**Figura 2:**  
Dispersión  
geográfica de  
shopping malls  
en Santiago  
de Chile hacia  
2012.

espacios de consumo con todas las otras funciones posibles fuera de las destinadas a empleo y residencia.

La evolución de la localización de formato shopping mall se puede resumir en base a 3 etapas, correlacionadas con las décadas de interés (Figura 3).

En una primera etapa (1982-1990), la localización del formato se ve altamente determinada por el desarrollo lineal de la localización de los segmentos socio-económicos ABC1 en la ciudad. De ese modo, posterior al primer mall, ubicado en un cono de alta renta muy concentrado hacia el nor-orienté, tres de los siguientes malls se ubicaron en torno a los ejes de expansión hacia el área precordillerana. Sin embargo, ya se pueden observar ciertas dislocaciones. En cuanto a las comunas de prevalencia de clases medias y medias-bajas, hacia fines de los años 1990 tanto Maipú como La Florida, comunas pericéntricas, reciben su primer mall.

En una segunda década (1990-2000) la proli-

feración del segmento de *regional mall*, es decir un complejo con más de dos tiendas anclas y un tamaño considerable, se observa hacia comunas pericentrales, en localizaciones que bordean la circunvalación Américo Vespucio. Este periodo marca un hito en la multiplicación del formato, pues se construyen shopping malls en comunas donde no se reconoce la prevalencia exclusiva de segmentos socio-económicos solventes.

En una tercera etapa de observación (2001-2010) podemos notar que las tendencias de construir mall en periferia, en paralelo a las localizaciones internas, confirman una complejización del mercado. En este último periodo, las variaciones del formato, ya sean por tamaño, estilo, relación con el entorno y público objetivo, dan fruto a una serie de mutaciones criollas de lo que alguna vez fue un modelo importado. Este híbrido, no solo ha conquistado las mayores capitales regionales del país, sino que además ha sido exitosa-

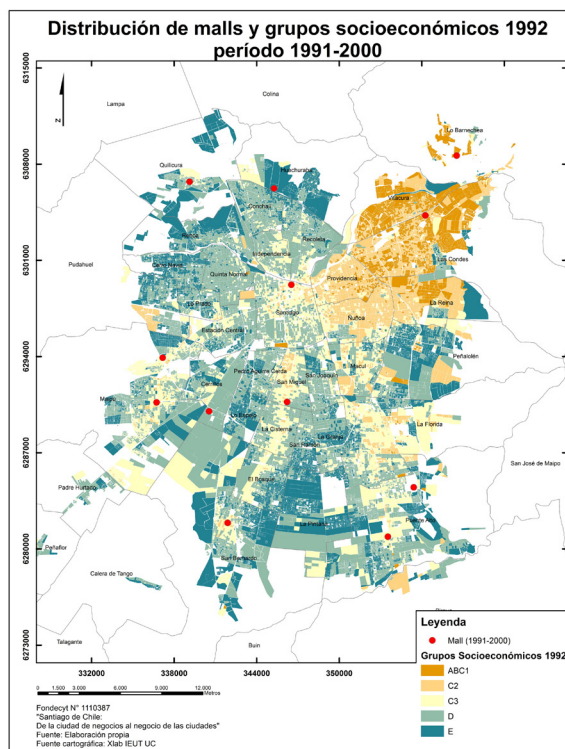
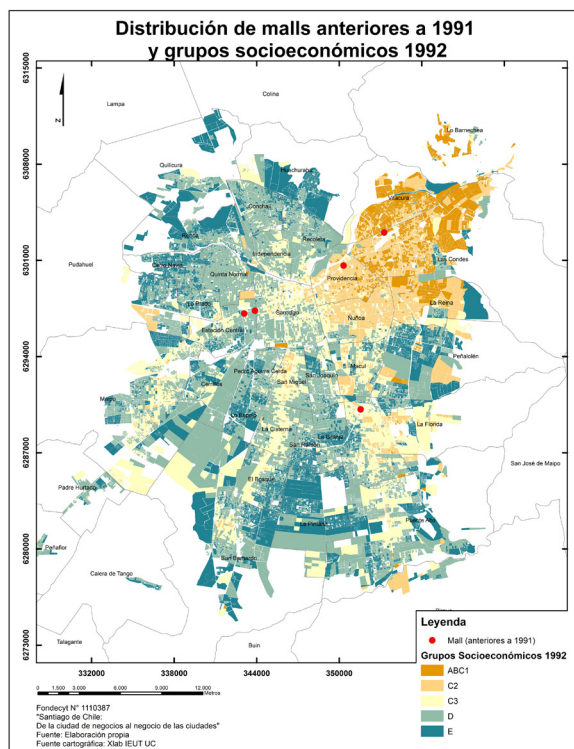
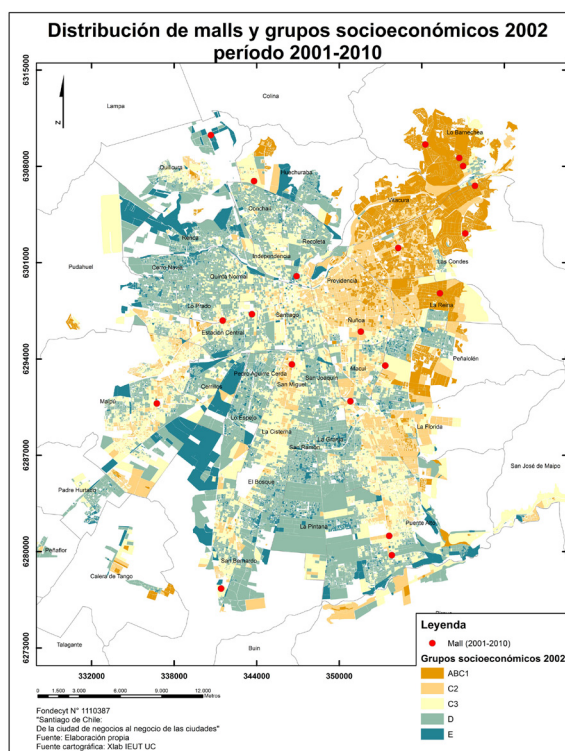


Figura 3: Evolución de la localización espacial de shopping malls en la AMS en tres periodos. Distribución de shopping malls de 1982 a 1991, y GSE hacia 1992; Distribución de shopping malls de 1991 a 2001, y GSE hacia 1992; Distribución de shopping malls de 2001 a 2010, comparando con GSE hacia 2002. (elaboración propia)

mente exportado a ciudades de la región latinoamericana.

No obstante esta caracterización parcelada, se hace necesario considerar que la evolución del mercado de retail en Santiago no se ha visto exclusivamente representada por los shopping malls. Muy por el contrario, nuevos formatos como los strip center, convenience stores, power centers, y la imponente dispersión geográfica de los supermercados, completan, junto a los malls, un panorama más realista de los sistemas de consumo en Santiago (Figura 2).

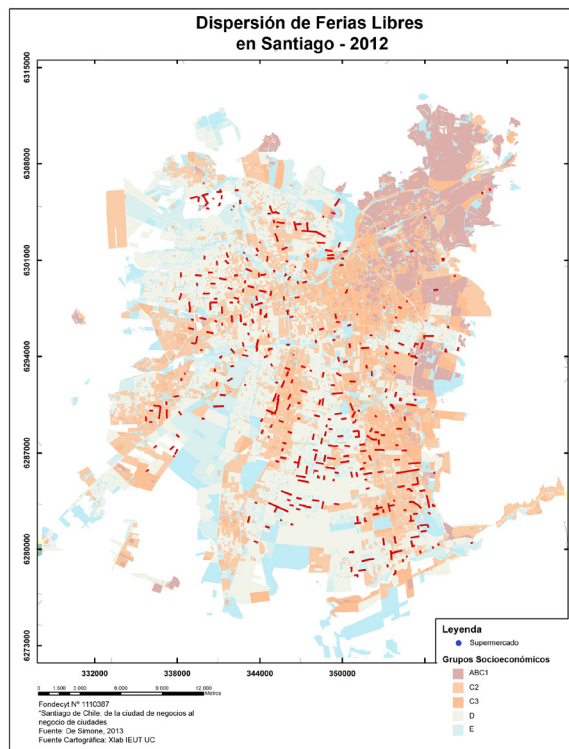
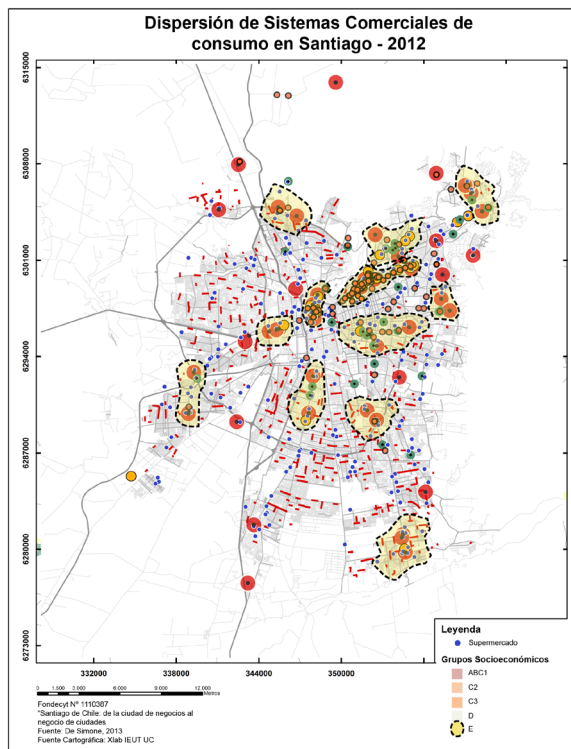
A modo de clústers de actividad, las dinámicas de los sistemas de consumo comercial en Santiago se determinan por su posicionamiento geográfico. Al ser determinados espacialmente, las relaciones que se generan entre las entidades comerciales y la ciudad construida difieren entre sí. Algunos de estos sistemas comerciales que se observan preliminarmente son el Paradero 14, la Estación Central, Barrio Franklin, Eje Irarrázaval, Eje Apoquindo-Las Condes, entre otros. Cada uno de esos sistemas determina el mercado inmobiliario allí presente, y si bien algunos experimentaron dinamismo posterior a un desarrollo urbano planificado, otros, por el contrario, han sido los detonantes de dichos cambios en el mercado de suelo. Uno de estos casos más paradigmáticos es el “Paradero 14”, donde la densidad de malls, power centers, strip centers y comercio minorista se empata con las nuevas decisiones institucionales de localización de infraestructura metropolitana sanitaria y de transporte.



## EFFECTOS DE LAS GEOGRAFÍAS DE RETAIL EN LA SANTIAGO DE CHILE

¿Cómo se consolidan los conglomerados de retail y cuales han sido y son sus efectos en la metropolización expandida de las ciudades latinoamericanas?

Figura 4:  
Izquierda:  
Sistemas  
Comerciales en  
Santiago de Chile.  
El reconocimiento  
de estos sistemas  
se basa en la  
complementariedad  
de los formatos.  
Derecha:  
Distribución ferias  
Libres y Grupo  
Socioeconómico  
predominante.



¿Existe una lógica regional de operaciones inmobiliarias que aúne los casos latinoamericanos?

La relación entre la evolución metropolitana del retail y la dinamización del mercado inmobiliario residencial, o incluso sus efectos en la segregación socio-económica urbana, permiten sostener que los mecanismos de inversión privado son altamente detonantes del aumento de nuevas inversiones, ya sean públicas o privadas. Por lo mismo, se observa un aumento del dinamismo en el mercado residencial de las zonas consideradas como “sistemas comerciales” (Figura 4).

Por otro lado, es posible notar que aquellos conos de pobreza, donde la inversión privada de retail no ha llegado, son servidos por una densa red de formatos informales, como lo son las ferias libres (Figura 4). Las ferias libres funcionan de modos espontáneos frente a la demanda. No discriminan por GSE, sin embargo se concentran en localidades donde otros sistemas de abastecimiento privado no están presentes.

¿Cuáles serían las posibles razones que explican de este contexto particular que convirtió al mall suburbano en un fenómeno masivo, popular y representativo de la identidad urbana en Chile?

Sin duda, la reflexión hacia el proceso de instalación alegórica del mall como caracterización de la nueva política económica liberal lo convierte en un producto social y político sin antecedentes. Las articulaciones espaciales que cada proyecto adoptó en

la ciudad han ido mutando a la vez que la valoración simbólica del espacio comercial ha pregnado la rutina de los ciudadanos. Los operadores, articulados en cadenas de amplio reconocimiento mediático, han liderado diversas metamorfosis urbanas en subcentros de la capital y en grandes proyectos urbanos en ciudades medias. Presentes en todas las capitales regionales, los *holdings* Mall Plaza, Parque Arauco, Cencosud, SMU, entre otros, se disputan los centros urbanos y las periferias de las ciudades medias, a la vez que el mercado santiaguino llega a saturaciones.

No es circunstancial hacer hincapié en la consolidación actual de los operadores de retail en el contexto chileno. La conformación de conglomerados familiares de retail, entre los que se cuentan las familia Falabella/Solari (Mall Plaza), Paulmann (Cencosud), Said (SMU), Sahié y Cueto (Parque Arauco), entre otras; reconoce la administración nuclear que este mercado ha tenido en su expansión. Estas empresas familiares, han avanzado hacia una caracterización de su *modus operandi* en la ciudad, donde es posible observar diversas estrategias y articulaciones de mercado inmobiliario y financiero sin limitantes normativas o legales que lo anticipen. Los resultados sin embargo apuntan al éxito ineludible de dichos mecanismos de expansión en Chile, llegando incluso a observarse amplios horizontes de ampliación efectiva a mercados latinoamericanos.

Se reconoce una vez más una peculiaridad del modelo chileno: tanto la planificación urbana de las

infraestructuras como su modelo de negocios, permite a los *holdings* chilenos exportar una visión de “ciudad de consumo” exitosa a nivel regional. La amplia presencia de malls y megatiendas chilenas en ciudades peruanas, colombianas, argentinas y brasileñas, corrobora la incidencia del modelo chileno en la nueva organización urbana del consumo en la región suramericana.

Esta pesquisa que aquí se presenta introduce el advenimiento de un determinado “urbanismo comercial de retail” en las ciudades chilenas, y eventualmente latinoamericana, el cual ha tenido consecuencias sociales aun por dilucidar.

Nos referiremos a “urbanismo de retail” para aludir al conjunto de normativas, programas y facilidades, ya sean de común conocimiento o de acuerdos tácitos entre las partes, que habrían promovido una organización estratégica de las estructuras de retail y comercio minorista en la ciudad de Santiago de Chile durante el último cuarto del siglo XX. Organizadas en base a “sistemas comerciales” (Salcedo, 2003, De Simone, 2011, Salcedo y De Simone, 2012), las diversas tipologías comerciales habrían fungido en lógicas de organización espacial y zonificación cercanas a las premisas de la planificación urbana, aun cuando sus causas y perspectivas hayan sido más bien dispares y de controvertidos efectos en el funcionamiento y valoración de la ciudad. Es decir, los operadores de retail operan con herramientas del diseño urbano, generando calles, cerrando avenidas, alargando estaciones de metro, reformulando trazados de transporte público, impactando la valorización de los terrenos colindantes, generando conflictos metropolitanos de movilidad etc.

La importación de prototipos comerciales foráneos y su implantación en el territorio urbano chileno – no suburbano, como en otras latitudes – requirió de ciertas estrategias de traducción (De Simone, 2011), tanto física como simbólicas, que convirtieron a los espacios comerciales en exitosas estrategias de co-producción del espacio (Kozinets et al., 2004;). Entenderemos como “geografías del retail” a este resultado territorial, de componentes sociales y culturales, fruto de la organización espacial que adoptaron los desarrolladores de retail y de las cualidades programáticas y simbólicas que los usuarios dieron a estos espacios.

Con respecto a este nuevo fenómeno que llamamos “urbanismo de retail”, es posible reconocer ciertos patrones globales en la estructuración del capital, que ha desviado las inversiones en ámbitos de producción primarias y secundarias, para respaldarse en el mercado inmueble de estructuras soportantes de las economías terciarias globales. Grandes corporativas, con capitales transnacionales, circulan capitales en

forma de bonos y flujos de arriendo que dinamizan el mercado inmobiliario muchas veces oculto en el análisis académicos del mall, y que también caracteriza la dependencia del actual sistema económico neoliberal de estos espacios terciarios de condensación de redes de capital. Visto de otro modo, el rol económico del mall y su protagonismo radical en la vida chilena radica en su superposición en distintas esferas. Maneja el abastecimiento, los servicios, los empleos, los espacios, los consumos, los desplazamientos y los tiempos de sus visitantes, conformando una red similar a lo que en otros momentos de la historia local se conoció como la “economía cerrada de las pulperías”.

La interdependencia de los mercados controlados por el retail y sus operadores los convierte en protagonistas principales de los procesos de construcción urbana, donde las entidades locales y el resto de los participantes carecen del poder para contrarrestar, o al menos influir, en las decisiones de estos conglomerados. La ausencia de recuperación de plusvalías, la participación en la construcción de espacios públicos, o sin ir más lejos, los impactos de sus emplazamientos en las lógicas de organización y movimiento de personas y usos en la metrópolis, se ven tremendamente afectadas.

Insertos en un proceso de liberalización del mercado inmobiliario, la construcción de mega estructuras comerciales ha sido vista como un ejemplo más de la afirmación de mecanismos financieros basados en la gobernanza empresarialista de los sistemas de construcción de vivienda e infraestructura urbana. Siguiendo los postulados de David Harvey, este no ha sido un proceso exclusivamente economicista. El cambio en la organización económica-espacial habría tenido sus inicios en la aplicación global del neoliberalismo, tanto en los modos de producción como también en los marcos ideológicos de la estructuración social (Harvey, 1990), dejando atrás un sistema habitacional y de infraestructura basado en el Estado de Bienestar. Este reciente enfoque, que pregona la libre rentabilidad del mercado de suelos, entre otros, habría generado un panorama global donde el mercado inmobiliario, sujeto a la especulación y a las curvas capitalistas de crisis y auge se ve caracterizado por la alta mercantilización de los inmuebles y la volatilización de dicho campo (Harvey, 2012), usando herramientas que solían ser pensadas para otro tipo de inversiones (securitización de la deuda, titularización de inmuebles, generación de bonos y rentas por flujos, son algunas de estas herramientas). Fruto del acelerado dinamismo en la financiarización económica, que permitió la participación de fondos de inversión y de seguros nacionales e internacionales en diversos canales de la construcción local, ha sido

posible reconocer patrones urbanos que se repiten en diversas urbes, y que cualifican un tipo de ciudad manejada por el mercado y el consumo de los bienes muebles e inmuebles; ciudad de la que la tipología global de shopping mall hace uso y lugar.

## CIUDADANÍA, CONSUMO E IDENTIDAD SIMBÓLICA

Los shopping malls, a diferencia de otros negocios inmobiliarios, lejos de retroceder con las numerosas crisis cíclicas que embisten las economías globales, parecen haber cobrado mayor protagonismo en el mercado de suelos y ejercen un rol gravitante en el proceso de construcción física y social. Como negocio inmobiliario único, el mall permite compatibilizar la valorización del suelo, la reinversión de excedentes en el mercado de bienes inmuebles, con la seguridad de la entrada de flujos de arriendo por temporadas largas, y la compatibilización con proyectos inmobiliarios anexos producto de la dinamización de la zona. Como lugar de la consolidación de la cultura de consumo, el mall es ícono de la sociedad de mercado global, convirtiéndose en el escenario de los procesos de construcción de identidad y mercantilización de la vida diaria, lo que ha incluso llevado a sus espacios a superar su ethos mercantil, viéndose invadido por inesperados usos y domesticaciones que los clientes dan a sus dependencias.

De varios modos, el espacio privatizado y vigilado de los malls se habría convertido en un espacio domesticado y re-significado por sus usuarios. La trans-

posición del uso íntimo del espacio privado de acceso público (malls y otros similares), por sobre una recuperación del real espacio público urbano, habría confluído en una reinterpretación del significado de 'ser ciudadano' en esta nueva ciudad del consumo, donde la interacción social es mediada por dispositivos tecnológicos que suplen las distancias físicas y temporales, y donde el ejercicio de lo público puede ser re-interpretado de maneras más cercanas a la libertad ganada por los mecanismos crediticios de pago, que a cualquier otro significado que lo público pueda haber tenido antes.

Diversos autores ya han abordado la reducción del rol de ciudadano al rol de consumidor en la ciudad neoliberal actual. El fin de la ciudadanía (Bauman, 2000), asociado con el declive del 'hombre público' (Sennett, 1978) y el auge del 'hombre íntimo' (Bauman, 2005), que privilegia la exposición virtual de la intimidad por sobre la relación pública en el espacio físico, sería una de las principales consecuencias de la creciente mercantilización de todas las esferas de la vida humana (García-Canclini, 1995). Bajo estas premisas, el mall y sus usos extensivos en la ciudad requieren un enfoque multidisciplinario que lo posicione en el sitio simbólico donde la actual sociedad del consumo lo ubica (Fig. 5).

De este modo, cumpliendo un rol urbano y simbólico ampliado, los malls y otras tipologías de consumo habrían reestructurado la circulación de capital en el mercado de suelos, impactando no solo las áreas colindantes a las mega estructuras, sino que también generando gravitaciones -- de capital, de visitantes, de usos complementarios -- que afectarían la imple-

Figura 5:  
Domesticación  
del espacio  
comunitario  
del mall y  
percepciones  
del espacio  
pseudo-público  
en  
usuarios (Fuente:  
Graham 2010).





Figura 6: Acceso peatonal a Mall Plaza Vespucio, primer mall para clases medias en Santiago (1990) y actual subcentro intermodal (De Simone).

mentación de los planes de ordenamiento territorial a escala municipal y metropolitana, la cual ya no podría abstraerse de los efectos positivos y/p negativos que este tipo de inversiones tiene a mediana y gran escala. Esta dimensión del urbanismo de retail operado desde la lógica del capital, habría influido en la expansión y reestructuración socio-demográfica de la ciudad de Santiago de Chile en los últimos treinta años.

## SANTIAGO DE CHILE: MERCANTILIZACIÓN INMOBILIARIA Y LA INFRAESTRUCTURA FÍSICA DEL NEOLIBERALISMO

¿Como analizar el impacto de las geografías de retail en la reciente evolución urbana de Santiago de Chile?

Siguiendo el diagnóstico de Naredo para el caso español (2010), los volátiles sistemas de mercantilización de la ciudad, cuando se empatan con un marco ideológico y cultural promotor del capitalismo urbano, suscitarían modelos territoriales y urbanos genéricos. En primer lugar, se desarrollarían ciertas “patologías de crecimiento que fuerzan la expansión

de los procesos de urbanización y sus servidumbres territoriales a ritmos muy superiores a los del crecimiento de la población y de su renta disponible” (2010: 14). Basado en una articulada conjunción del urbanismo de retail con sistemas de financiamiento crediticio para los clientes, la demanda de consumo de la población puede así alcanzar ritmos acelerados de expansión, aun cuando en términos demográficos dicha población se mantenga o aumente muy levemente.

El producto urbano de estas geografías de retail, según Naredo, es una ciudad que se construye por vías del mercado, y que se caracterizaría por tres tendencias globales: 1) un modelo territorial polarizado en núcleos atractores de población, capital y recursos que se organiza en torno a áreas de abastecimiento y consumo; 2) un modelo urbano de la conurbación difusa (*urban sprawl, città difusa*), expandida por el territorio en base a densas infraestructuras de transporte; y 3) un modelo constructivo universal de infraestructura edilicia que abstrae las condicionantes contextuales para unificar, en un único estilo, las edificaciones de distintos lugares del mundo.

Los fenómenos urbano-territoriales difusos, aglomerados en nodos de consumo, que se están desarrollando en paralelo tanto en las áreas periurbanas

europas como en las latinoamericanas (Indovina, 1990), indican la consolidación de un modelo de urbanización basado en redes de capital e información que ya no dependen de territorio en el que se generan (Sassen, 2001). El modelo de urbanización dispersa en torno a ciudades o a nuevos centros de abastecimiento, conocido también como metropolización expandida, ha dejado de ser indicativo de las ciudades norteamericanas --símbolo de la suburbanización de postguerra--, para ser un fenómeno también reconocible en los asentamientos de origen latino (Secchi, 2001). Si bien con características muy distintas entre sí, tanto regiones sudamericanas como mediterráneas dan señas de un nuevo modelo de consumo de tierra por décadas asociado a los suburbios norteamericanos.

En este marco, los shopping malls y la infraestructura de consumo en general, ejemplos icónicos de los sistemas de acumulación post-fordistas de capital y de los mecanismos de circulación y absorción de mercancías, se convirtieron en productos socio-culturales de un modelo territorial de expansión mundial. Estos formatos, asociados a densas redes de infraestructura de transporte de bienes y de información (Sassen, 2001), conectan los territorios locales a las redes globales de transferencia de capital y de valor. “Cuanto más globalizada deviene la economía, más alta es la aglomeración de funciones centrales en un número relativamente reducido de sitios, esto es, en las ciudades globales” (Sassen, 2001:31). La elección de la localización de los lugares estratégicos donde estas funciones centrales de consumo y producción convergen, pasa a ser parte elemental del proceso de articulación geográfica del capital global en el territorio local. De estas decisiones y sus efectos urbanos, que entenderemos como “urbanismo de retail”, participan un número reducido de actores y factores que, para el caso chileno, muestran la alta especificidad y concentración de los procesos de construcción de ciudad.

Siguiendo a Sassen, la revisión del “aterri-zaje” de la infraestructura de consumo a los contextos locales y sus efectos en la organización de la ciudad permiten examinar la evolución del mercado inmobiliario chileno, así como también desde la busca ahondar en la comprensión de la actual cultura global de libre mercado.

El modelo de consumo neoliberal, materializado con la llegada del primer shopping mall, fue introducido en la sociedad chilena los años de la Dictadura de Augusto Pinochet (1973-1989). El paradigma del neoliberalismo aplicado a escala económica, social y urbana, se puso en marcha hacia 1975 como una transformación radical. El mall se implantó en me-

dió de un cambio acelerado sin la seguridad de éxito, pero con suficiente apoyo político como para ser representativo de los cambios estructurales. No por nada fue usado como depositario de las veladas críticas provenientes de la izquierda, y como blanco de muchos otros juicios éticos y morales provenientes del marxismo más duro y también de la aristocracia católica (Salcedo y De Simone, 2013).

Como fundamento de la reestructuración de la sociedad chilena, los patrones de consumo norteamericanos fueron el ingrediente básico de la fórmula que los “Chicago Boys” usaron para activar la economía chilena, y tuvieron la suficiente pregnancia como para mantenerse vigentes en los años posteriores al plebiscito que puso término a la dictadura (1989). Para esto se incorporaron arreglos institucionales y políticos que dieron un impulso expansivo y acelerador, y que lograron inscribir a Chile al mercado trasnacional de exportaciones e inversión extranjera (Meller, 1996, FfrenchDavis, Leiva y Madrid, 1993). Estas reformas tenían por objetivo reemplazar el modelo de industrialización por sustitución de importaciones, principal paradigma de desarrollo desde los años cuarenta y mantenido por gobiernos de muy diversas tendencias (Agosin, 1999).

## LA TRANSFORMACIÓN ECONÓMICA DE LA CIUDAD NEOLIBERAL A TRAVÉS DE LA INFRAESTRUCTURA DE CONSUMO

A mediados de los 1970 en Chile, se buscó incorporar la economía nacional a los mercados supranacionales de capital global. Los cambios en el mercado de suelo no se hicieron esperar, y desde el gobierno central se declaró el suelo como un bien no escaso (Decreto Ley 420, que en 1979 declaró la liberalización del suelo urbano, mediante la creación de la denominada “Área de Expansión Urbana”). Los resultados revelan que la expansión de la ciudad de Santiago ha alcanzado niveles considerablemente difusos (aun cuando existen nuevas normativas que restituyeron un límite a la inversión periurbana). Corredores de expansión, como la Autopista del Sol y Autopista Radial Nor-Oriente entre otras, han impulsado la penetración de suburbios cerrados y tipologías suburbanas, aprovechando la nueva conectividad con la ciudad, principalmente construida en base al sistema de concesiones privadas y a la incorporación de capital extranjero en la construcción de infraestructura vial chilena (Rufián, 2002).

La instalación de infraestructura de consumo en



Santiago durante los últimos años muestra la complejización del mercado inmobiliario nacional y sus correlaciones con fenómenos de metropolización y expansión urbana vistos en otras regiones. Su rol es extensivo, tanto en los ámbitos sociales, culturales y económicos, en vista de que sus funciones se complejizan a la par de las nuevas significancias simbólicas que sus usuarios dan de ellos.

Más allá, la implantación de la infraestructura de consumo en la ciudad permite sostener la existencia de estrategias urbanas articuladas por parte de los actores del sector, con claros indicios de comprensión del negocio inmobiliario y sus efectos en la organización socio-espacial de los habitantes. Dichas estrategias, forman parte de articulaciones urbanas público privadas, que podemos llamar de “urbanismo de retail” donde el Estado (Municipios y Ministerios) ha congeniado mecanismos de capitalización del suelo urbano a través de la instalación de mega infraestructuras. Las lógicas de urbanismo comercial han generado efectos expansivos en las dinámicas inmobiliarias de Santiago, a la vez que cumplen roles de equipamiento en periferia, y regeneración en pericentro. Por otro lado, los cambios en los sistemas de financiarización en las últimas décadas han permitido movilizar capitales y resguardarlos en el negocio inmobiliario (De Mattos, 2013). La infraestructura de consumo viene a formar parte del panorama de inversiones móviles que los nuevos sistemas de financiarización han permitido implementar. De ese modo, malls y strip centers, financiados en base a la titularización de activos inmobiliarios y a la venta de bonos a largo plazo, fungen como el anclaje de un negocio inmobiliario que supera las dimensiones del mercado de suelos, al incorporar variables provenientes del mundo financiero.

Grandes proyectos urbanos, financiados en base a la titularización de activos inmobiliarios y a la venta de bonos, han podido ser construidos en tiempo record. La respuesta institucional frente a cada uno de estos megaproyectos urbanos es dispar, pues el marco regulatorio urbano, muy lejos de alcanzar la sofisticación de su homólogo financiero, no ha logrado regular y promover caminos regulados de implantación en la ciudad. En otras palabras, hoy en Chile cada mall o strip center negocia con la entidad municipal correspondiente el manejo de los impactos viales y ambientales, y las mitigaciones que estos implican (en el menor de los casos). Esta característica se ha visto inmutable desde la llegada del primer mall a Chile.

Los efectos urbanos de la desterritorialización del negocio del retail deben aun ser dilucidados a escala regional, en vista que los actores locales han impulsa-

do estrategias de exportación de los modelos urbanos de retail a países latinoamericanos: Brasil, Colombia, Perú, Uruguay, Argentina.

La urgencia de un enfoque multidisciplinario en el abordaje de los efectos y causas de las geografías de retail se hace manifiesta en el momento de pensar las consecuencias sociales de estos mecanismos capitalistas. Queda latente la pregunta que emana de esta pesquisa: ¿cómo se controla el avance irrestricto del urbanismo de retail y la ciudad del consumo? Sin lugar a dudas dicha pregunta no tiene aun una respuesta, pero urge convocar esfuerzos académicos y políticos que logren hacer hincapié en la actual reproducción de la ciudad mercantil, y evalúe las consecuencias de la transformación de las ciudades chilena a través de enfoques sociológicos, antropológicos, económicos y urbanos.

## BIBLIOGRAFÍA

- Abramo, P. (2012) La ciudad com-fusa: mercado y producción de la estructura urbana en las grandes metrópolis latinoamericanas. *EURE* (Santiago) 38(114): 35-69.
- Agosin, M. (1999) Comercio y crecimiento en Chile. *Revista de la Cepal*. N° 68. pp. 80- 100.
- Amendola, Giandomenico (2000). La ciudad post-moderna, Madrid, Celeste. *Arquitectura y urbanismo*. Colección Estudios
- Ascher, F. (2001). *Les Nouveaux Principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*, Éditions de l'Aube.
- Bauman, Z. (2000). *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*. Barcelona. Gedisa. 2000.
- Bauman, Z. (2001). *Vida de Consumo*. Fondo de Cultura Económica
- Bauman, Z. (2005). *Amor líquido: Acerca de la fragilidad de los vínculos humanos*. México. Fondo de Cultura Económica.
- Bermúdez, E. (2003). 'Mall', consumo cultural y representaciones de identidad juvenil en Maracaibo. *Políticas de identidades y diferencias sociales en tiempos de globalización*, Daniel Mato (ed.). Caracas: FACES – UCV.
- Bermúdez, E. (2008). Roqueros y roqueras, pavitos y pavitas, skaters, lesbianas y gays. El papel del consumo cultural en la construcción de representaciones de identidades juveniles *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 6, 2, 615-666.
- Cáceres, G. y Farías, L. (1999) Efectos de las grandes superficies comerciales en el Santiago de la modernización ininterrumpida 1982-1999. *Ambiente*

- y Desarrollo. CIPMA 15 (4).
- Cáceres, G; Sabatini, F; Salcedo, R; Blonda, L (2006) Malls en Santiago: Luces y claroscuros. ARQ N° 62 pp. 49-56
- Cárcamo-Huechante, L. (2009) *Tramas del mercado: imaginación económica, cultura pública y literatura en el Chile de fines del siglo veinte*. Santiago, Chile: Editorial Cuarto Propio
- Castells, M. (2010) Globalisation, Networking, Urbanisation: Reflections on the Spatial Dynamics of the Information Age. *Urban Studies*, Vol. 47, No. 13, November 2010, pp. 2737-2745.
- Ciccolella, P. (2006). *Metrópolis latinoamericanas: ¿territorios subregulados, espacios del capital?* en Aguilar. A. (Ed.), *Las grandes aglomeraciones y su periferia regional. Experiencias en Latinoamérica y España, México*, Porrúa Editor: Buenos Aires.
- Crawford, M. (1992). *The World in a Shopping Mall*. En Miles, Malcolm (ed.) *The City Cultures Reader*, Routledge: London. 125-140.
- De Mattos, C. (2002). *Santiago de Chile de cara a la globalización*. *Revista de sociología e política, Brasil*. (19), 31-54.
- De Mattos, C. (2008) *Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina: De la ciudad a lo urbano generalizado*. *Revista de geografía Norte Grande* (47): 81-104.
- De Simone, L. (2011) *Evoluciones, e hibridaciones de las tipologías comerciales en Santiago de Chile. 1960-2010. Lecciones urbanas desde el caracol modernista al mall periurbano*. Tesis para optar al grado de de Magister en Desarrollo Urbano. Instituto de Estudios Urbanos. Pontificia Universidad Católica de Chile.
- De Simone, L. (2012a) *Forward a re-conceptualization of malls, protomalls and other pseudo-public spaces*. En: *Spaces and Flows: Journal of Urban and ExtraUrban Studies*, Volume 2, Issue 3, Chicago. pp.197-210
- De Simone, L. (2012c) *Caracoles comerciales y otras especies en vías de extinción. La evolución del protomall en Chile*. En: *Revista Bifurcaciones*. Santiago
- Farías, I. (2009). *Intimidación Cultural en espacios de consumo: el Mall Plaza Vespucio y la imposibilidad de una cultura pública*. En: *Perez Oyarzún, Fernando & Tironi, Manuel*. SCL: espacios, prácticas y cultura urbana. Santiago: Ediciones ARQ.
- Ffrench-Davis, R., P. Leiva, y R. Madrid (1993): *Trade liberalization and growth: The Chilean experience 1973-89*, M. R. Agosin. y D. Tussie (eds.), *Trade and Growth. New Dilemmas in Trade Policy*, Nueva York, St. Martin's Press.
- Galetovic, A., Poduje, I. y Sanhueza, R. (2007) *Malles en Santiago, De centros comerciales a centros urbanos*. *Estudios Públicos*, (114). Pp. 219-252
- García Canclini, N (1995) *Consumidores y ciudadanos: Conflictos culturales de la globalización*. Ciudad de Mexico: Grijalbo
- Goss, J (1993) *The Magic of the mall: An analysis of form, function and meaning in the contemporary retail built environment*. *Annals of the association of American Geographers* 83(1) pp. 18 – 47
- Harvey, D. (1990) *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Cambridge, MA: Blackwell.
- Harvey, D. (2012) *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London: Verso.
- Indovina, F. (1990). *La città diffusa*. Venezia, Daest-IUAV.
- Jayne, M. (2006) *Cities and Consumption*. London And New York: Routledge.
- Meller P. (1996). *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*, Santiago de Chile, Editorial Andrés Bello,
- Naredo, JM. (2010) *El modelo inmobiliario español y sus consecuencias*. *Boletín CF+S* 44. Madrid, pp. 13-27.
- Pérez Ahumada, M. (2010). *Cuando los indeseados se congregan en el mall: prácticas socio-espaciales de adolescentes en un espacio semi- público*. (Tesis de Magister en Desarrollo Urbano). Instituto de Estudios Urbanos. Pontificia Universidad Católica de Chile.
- Rufián, D. (2002) *Políticas de concesión vial: análisis de las experiencias de Chile, Colombia y Perú*. Naciones Unidas, CEPAL, Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, Proyecto ILPES/CAF.
- Salcedo, R. (2003). *Lo local, lo global y el mall: la lógica de la exclusión y de la interdependencia*. *Revista de Geografía Norte Grande* (30) Santiago: Instituto de Geografía U.C
- Salcedo, R. y De Simone, L. (2013) *Una crítica estética para un espacio en constante renovación: El caso del Shopping Center en Chile*. En: *Revista Atenea*. N° 507. Concepción. 117-132
- Salcedo, R. y De Simone, L. (2012) *Treinta años de mall en Chile*. Cámara Chilena de Centros Comerciales.
- Sarlo, B. (2002) *Tiempo Presente. Notas sobre el cambio de una cultura*. Siglo XXI, Buenos Aires.
- Sarlo, B. (2009) *La ciudad Vista. Mercancías y cultura urbana*. Siglo XXI, Buenos Aires.
- Sassen, S. (2001) *The global city : New York, London, Tokyo* (Princeton : Princeton University Press.
- Secchi, B. (2001). *Nuovi luoghi della sociabilità: il*

- progetto della discontinuitá. En Trame, Umberto (ed.) Città e territori. I nuovi spazi del commercio. Instituto Universitario di Architettura di Venezia. 16-20.
- Sennett, R. (1978). El declive del hombre público. Ed. Península, Barcelona, 1978
- Solà-Morales, M. (1992) Espacios públicos y espacios colectivos. Un nuevo reto: urbanizar lo privado. En: La Vanguardia, 12 de maig de, Suplemento Cultura y Arte, pp.4-5.
- Soja, E. (1989) Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory. London: Verso.
- Stillerman, J. y Salcedo, R. (2009) Customers' spatial practices in a Santiago, Chile Mall: Control, Agency and Co-production. En K. Sunagawa, "Consumer-driven Urban Marketplaces/Communities on Move". Tokio / Hong Kong: University of Hong Kong Press.
- Zukin, S. (2004a): Point of purchase : How shopping changed American culture New York: Routledge.
- Zukin, S, y Maguire, J. (2004b). Consumers and Consumption. Annual Review of Sociology, 30(1), pp. 173-197. ■

Magda Holan Yu Chang

# A Economia-Mundo Capitalista

conceitos e considerações histórico-espaciais

## Resumo

Frente ao processo de rupturas impulsionado pela crise internacional de 2008, este artigo busca entender as forças históricas que estruturam a dinâmica do capitalismo mundial. Com esses fins, recorre-se a ideias como a “economia-mundo” de Braudel e Wallerstein, os “ciclos sistêmicos de acumulação” de Arrighi, e os “ajustes espaciais” de Harvey. De certo modo, todos esses pensadores fazem releituras dos universos marxista e smithiano, permitindo a identificação de instrumentos de análise do capitalismo mundial alternativos à teoria convencional.

**Palavras-chave:** Ajustes espaciais; Ciclos sistêmicos de acumulação; Economia-mundo capitalista.

## Abstract

In view of the processes of disruption propelled by the international crisis of 2008, this article seeks to understand the historic forces that engineer the dynamics of global capitalism. With these purposes, it resorts to ideas like Braudel and Wallerstein’s “capitalist world-economy”, Arrighi’s “systemic cycles of accumulation” and Harvey’s “spatial adjustments”. In a sense, all of them make their own rereading of the marxist and smithian universes, enabling the identification of instruments for the analysis of the global capitalism that make up an alternative to the conventional theory.

**Keywords:** Capitalist world-economy; Spatial adjustments; Systemic cycles of accumulation.

## Magda Holan Yu Chang

*é graduada em Ciências Econômicas (USP) e Mestranda do Programa de Culturas e Identidades Brasileiras da USP. É pesquisadora visitante na Universidade de Princeton.*

magdachang@yahoo.com

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Não existem grandes divergências de que a gestação de uma nova ordem econômica mundial está em curso. A sustentação de uma surpreendente expansão econômica pela China nas últimas décadas já vinha evidenciando a emergência de uma nova potência econômica. A criação e popularização do acrônimo “BRICs” (Brasil, Rússia, Índia e China) no início deste século, destacando o rápido crescimento desses quatro países em desenvolvimento, veio a enfatizar essa ampliação do horizonte de novos centros de influência mundial. E, por fim, os despojos da maior crise econômico-financeira desde a Grande Depressão evidenciaram a perspectiva de uma lenta recuperação para a maior parte do mundo desenvolvido, com expectativas de anos de baixo crescimento. Ao que tudo indica, está ocorrendo o deslocamento do centro de dinamismo econômico mundial dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, ou ao menos, uma significativa redistribuição de pesos.

Na realidade, no mundo inteiro, além das implicações concretas desses movimentos de reestruturação sistêmica expressos por dados estatísticos como os de atividade, comércio e finanças internacionais, também as bases ideológicas da orientação político-econômica dominante foram profundamente abaladas. Não faltou no passado críticos que apontaram as deficiências latentes do modelo de condução econômica neoliberal amplamente predominante na ordem mundial anterior. Essas falhas foram evidenciadas pelo bruto desenrolar da crise, que se alastrou pelo planeta graças à intrincada rede mundial de interações entre países fomentada pelo processo de globalização, atingindo até mesmo nações que não estavam diretamente ligadas à crise em si.

Frente à importância desse processo de questionamento da ordem econômica capitalista e de ruptura de paradigmas, cumpre buscar entender as origens e forças históricas que estruturam a sua dinâmica e evolução cíclica. Tal avaliação é de fundamental relevância para realizar um juízo das possibilidades e implicações para a estratégia de desenvolvimento nacional, não só para o Brasil, mas para qualquer país que sejam integralmente integrado à economia mundial.

<sup>1</sup> Este artigo é derivado da versão preliminar, concluída em 29 de março de 2012, do primeiro capítulo da minha Dissertação de Mestrado “A Inserção Internacional da Economia Brasileira entre 1945-1980: Uma Análise da Interação entre Política Econômica e Política Externa”, sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa (IEB-USP). Ele também foi apresentado na IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, no dia 10 de outubro de 2012, em São Paulo, SP.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar as principais ideias sobre o capitalismo como sistema mundial, revisando algumas das principais abordagens teóricas relevantes ao assunto e tendo em vista delinear algumas ferramentas de análise úteis à compreensão do seu funcionamento. Para isso, há que primeiramente se atentar a certos cuidados metodológicos visando a identificar e evitar anacronismos e ambiguidades, como o estudo diacrônico e contextualizado dos conceitos e ideias, a questão da definição da unidade de análise adequada à investigação científica, e outras considerações essenciais de ordem histórico-geográfica. Nesse sentido, as referências intelectuais consistem nos argumentos de Koselleck (2006) e Skinner (1969), que delinham preocupações acerca do uso dos termos e conceitos necessários à construção de uma análise científica sobre sistemas com duração e espaço, sem desligá-los dos seus agentes e ambientes histórico-geográficos. Também são abordadas as visões pautadas no “ponto de vista da totalidade” e da “longa duração histórica” desenvolvidas por Braudel (1996) e Wallerstein (2000).

Tendo em vista tais cuidados, faz-se útil se aprofundar nas ideias de Braudel (1996) sobre o capitalismo e as economias-mundo, enfatizando sua definição do capitalismo como o “lugar” da alta acumulação do capital, para relacioná-las à estrutura conceitual da economia-mundo capitalista desenvolvida por Wallerstein (2000). Complementarmente, as contribuições de Arrighi (1990, 1996 e 2008) trazem uma síntese do funcionamento do capitalismo como sistema cíclico mundial de acumulação de capital que, juntamente com a teoria espacial do capitalismo de Harvey (2005), levantam destacadas conclusões de cunho geopolítico. Em suma, por meio da reunião e confronto das ideias desses diferentes pensadores, buscou-se realizar uma síntese instrumental das categorias por eles apresentadas para melhor apreender a estrutura e dinâmica do capitalismo mundial.

## CONCEITOS, SISTEMAS SOCIAIS E SEUS CONTEXTOS

As palavras podem permanecer sempre as mesmas, mas os seus sentidos se alteram conforme o contexto, o agente, o lugar ou a época. Da mesma forma, os conceitos podem possuir diversas nuances e mudar de conteúdos – de tal sorte que sua compreensão e uso adequado requerem a apreensão dos ambientes histórico-sociais em que o conceito surgiu e evoluiu, por quem foi usado, e com quais finalidades. Ou seja, os conceitos unem experiências – passadas, presentes e possíveis –, revelando estruturas com referencial

empírico e duração, que justificam assim a necessidade de se atentar à sua aplicação para compor a análise científica.

Segundo Koselleck (2006), os conceitos podem fundamentar-se em fatores já existentes e/ou ser usados como indicadores de transformações em curso, por meio de processos de “resignificação” dos termos e de criação de neologismos. Assim, os conceitos carregam uma temporalidade de conjunturas que é de grande valor à ciência investigativa, pois abre as possibilidades de revelar

um ponto de vista polêmico orientado para o presente, assim como um componente de planejamento futuro, ao lado de determinados elementos de longa duração da constituição social originados no passado [...]. Na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história. (Koselleck, 2006, p. 101)

Alternativamente, Skinner (1969) também reconhece a riqueza denotativa dos conceitos e sublinha a relevância da compreensão dos ambientes e fatos que os envolvem. Porém, sua qualificação vai mais além ao criticar abordagens pautadas em “conceitos fundamentais”, ideias cuja perenidade e universalidade a elas atribuídas trazem implícitas uma suposta independência dos seus contextos temporais, espaciais e sociais. Tal abrangência absoluta acaba gerando uma tendência a imputar intenções e significados inexistentes a autores e obras, que não os tiveram, nem poderiam ter tido, em seus ambientes de origem. Muitas vezes, o resultado são narrações de pensamentos inexistentes, chamadas pelo autor de “mitologias” históricas<sup>2</sup>. Para ele, a impossibilidade de se abordar fenômenos sem definir critérios conhecidos, sem contaminá-los com preconceitos e expectativas, ou sem identificar semelhanças com experiências anteriores vem a exacerbar o problema: “Nós precisamos classificar para entender, e só podemos classificar o desconhecido em termos do que é familiar.” (Skinner, 1969, p. 58).

Desse modo, Skinner (1969) aponta dois requisitos metodológicos mínimos: nenhum pensador pode ter dito ou querer ter dito algo que era impossível no seu tempo e lugar; e a pesquisa não pode ser reduzida a uma atividade padronizante, pois as generalizações perigam em não corresponderem adequadamente aos eventos individuais que pretendem representar:

<sup>2</sup> Skinner (1969) destaca três “Mitologias”: a “das doutrinas”, em que uma doutrina determina a investigação, sendo atribuída a autor que não poderia tê-la concebido ou usado; a “da coerência”, em que a inconsistência é vista como inconcebível, levando à busca exaustiva por uma coerência inexistente; e a “da prolepse”, em que um significado específico determina a análise, levando a entender o sentido esperado e não o efetivo.

qualquer discurso é inescapavelmente a expressão de uma intenção particular, em uma ocasião particular, direcionada à solução de um problema particular, e, portanto específico ao seu contexto [...] não existem problemas perenes na filosofia. Existem apenas respostas individuais a questões individuais (SKINNER, 1969, p. 88)

Braudel (1996a), em contraste, desenvolve uma abordagem de certa forma oposta à de Skinner, pelo menos no que diz respeito às regularidades científicas. Apesar de também destacara a importância de se situar as realidades humanas conforme seu espaço e duração, o autor dá um peso especial à identificação dos padrões recorrentes no tempo e espaço, dos ciclos que se repetem ao longo da História e das regularidades tendenciais que caracterizam os fenômenos.

Na realidade, todos esses autores reconhecem os equívocos e ambiguidades potenciais do uso inadequado dos conceitos e enfatizam a importância do estudo dos seus contextos de gestação e desenvolvimento. Como Koselleck e Skinner, Braudel (1996a) também destaca a necessidade da análise do surgimento e da evolução histórica dos conceitos a serem aplicados na pesquisa científica: “as palavras-chave do vocabulário histórico só devem ser utilizadas depois de interrogadas... De onde vêm elas? Como chegaram até nós?” (BRAUDEL, 1996a, p. 201).

Porém, ele também acredita que deve haver laços e continuidades entre passado longínquo e tempo presente, persuadido do valor explicativo do longo prazo e confiando no desenrolar cronológico da História, porque só esta poderia apresentar evidências que constituam: “Uma explicação – uma das mais convincentes – e uma verificação, na verdade a única situada fora das nossas deduções abstratas, das nossas lógicas *a priori*, fora até das armadilhas que o bom senso não para de montar para nós” (BRAUDEL, 1996a, p. 7).

É também nessa direção que Wallerstein (2000) defende a abordagem de “longo prazo”, apontando que a ciência social não deve perder contato com a perspectiva histórica, pois só esta permite apreender as estruturas sociais e suas mudanças. Em sua crítica aos modelos abstratos e quantitativos que visam a explicar o todo social sem abordá-lo historicamente, o autor mostra que suas falhas são facilmente evidenciadas pela realidade empírica da História. Indo mais além, o autor avalia que as partes de um todo não devem ser isoladas, devendo-se manter sempre o “ponto de vista da totalidade”, fundamento sobre o qual ele constrói todo um arcabouço teórico sobre as “totalidades históricas”, um modelo alternativo para a análise comparativa dos fenômenos sociais.

Portanto, esses autores nos ensinam que a pre-

venção de anacronismos na pesquisa científica requer alguns cuidados metodológicos essenciais. A compreensão mais completa dos termos e conceitos só é possível com informação externa a eles, pois seu significado e uso podem mudar conforme o espaço e o tempo. É necessário ultrapassar a análise do significado do que está escrito e buscar a intenção por trás: por que, quando, para quem e por quem foi escrito? Ou seja, os termos e as ideias não devem perder contato com seus autores, contextos e públicos, nem com as questões que procuravam responder quando foram concebidas, reforçando-se assim a relevância do estudo da evolução das circunstâncias históricas dos conceitos.

## O CAPITALISMO COMO LUGAR: AVISÃO DE BRAUDEL

Tendo em vista a importância de atentar aos usos e significados dos termos e conceitos, e iniciando pelo termo central aos propósitos deste artigo, capitalismo, Braudel (1996a) realiza uma detida investigação acerca dos vocábulos-chave que no geral permeiam as análises sobre o assunto, concluindo que ser uma palavra tão “ambígua, pouco científica e usada a torto e a direito” (p. 199), que seu uso só não seria eliminado pela falta de substituta melhor.

Assim, sua controvérsia justifica o estudo da evolução histórica de duas palavras anteriores e intimamente relacionadas: capital e capitalista. A primeira, capital, parece ter adquirido o sentido de “fundos de bens ou dinheiro que rendem juros” na Itália entre os séculos XII e XIII, enquanto capitalista teria surgido no século XVII relacionado a indivíduos com recursos, e aos poucos foi ganhando a conotação de “fornecedores de dinheiro”, pessoas providas de recursos e prontas a usá-los para obterem mais. Porém, nota Braudel (1996a), mesmo logo após a Revolução Francesa o vocábulo ainda não era usado para designar o empresário, o agente que detém capital e o investe na produção.

Por fim, capitalismo é o mais recente dos três termos. Mesmo no século XIX seu emprego era raro, sendo ignorada por Marx em 1867. Teria sido no início do século XX que o vocábulo adquiriu sua nuance política<sup>3</sup>, sendo invocado como antônimo para so-

cialismo. A partir de então, Braudel (1996a) aponta que o termo vai ficando cada vez mais carregado de sentidos, ambiguidades e contradições.

De todos, os historiadores foram os mais seduzidos pela palavra nova [...]. Sem se preocuparem com anacronismos, abriram-lhe todo o campo da prospecção histórica, a antiga Babilônia e a Grécia helenística, a China antiga, Roma [...]. Os maiores nomes da historiografia recente... estão implicados nesse jogo que viria a desencadear uma autêntica caça às bruxas. (Braudel, 1996a, p. 206)

Não há dúvidas, portanto, que se trata de um termo que foi incorporando conotações econômicas, sociais e políticas ao longo da história. Para Braudel (1996a), é certo se tratar de um regime centrado no capital-conceito que ele considera ser tudo aquilo que circula para regressar trazendo mais de si mesmo, independente de estar relacionado ou não às esferas produtivas. Ou seja, todo bem usado para estimular trocas comerciais, pagar aluguéis, insumos e salários utilizados no processo produtivo, e quaisquer outros usos, desde que visasse a multiplicar o capital inicial aplicado.

Com essa visão de capital, o autor situa o capitalismo como o “lugar” da alta reprodução de capital e do investimento. Por essa definição, o capitalismo teria existido desde tempos muito remotos – mesmo na época pré-industrial, apesar de ocupar então uma modesta e pequena parte da vida econômica.

Apesar de reconhecer a visão de Marx e Dobb do “capitalismo como o sistema em que ocorre a mercantilização do trabalho”, relacionada ao capital integrado à esfera da produção sobre relações de trabalho assalariado, Braudel (1996a) considera ser essa apenas uma das várias manifestações do capitalismo. Para o autor, a comum identificação do capitalismo com o modo de produção industrial decorre da ampla difusão de análises reduzidas a uma “ortodoxia pós-Marx”, segundo a qual não teria havido capitalismo antes da Revolução Industrial. Em sua concepção, o “modo de produção industrial” e o trabalho assalariado não são particularidades essenciais e indispensáveis do capitalismo, mas sim a sua concentração no “lugar” do investimento e da alta taxa de reprodução de capital. Se o capitalismo permaneceu restrito a determinadas atividades antes de sua fase industrial, não estendendo sua influência para o resto da economia, era porque faltavam oportunidades de lucro mais atrativas para tal se suceder.

O problema-chave – por que um setor da sociedade de ontem, que era capitalista, viveu em sistema fechado e não pôde expandir-se? – seria solucionado pela constatação de que talvez essa fosse a condição para sua sobrevivência, pois poucos setores permi-

3 Tal conotação foi lançada nos meios científicos pelo livro de Werner Sombart (1902) *Der moderne Kapitalismus*. Braudel nota que, mesmo assim, a palavra foi depois incorporada de tal modo ao modelo marxista, que muitos consideraram “escravismo, feudalismo, capitalismo” como etapas definidas por Marx.

tiam uma relevante formação de capital, os demais sendo não rentáveis<sup>4</sup>. Assim se explica, segundo Braudel (1996a), porque o capitalismo do passado foi essencialmente “mercantil” e “não industrial”, e porque alguns setores capitalistas do passado viveram em sistemas fechados, porém “sempre atentos” a oportunidades de outros lugares mais rentáveis.

Em sua tentativa de compreender as lógicas e estruturas capitalistas, Braudel (1996b) propõe um vocabulário teórico visando a situá-las conforme seu espaço e duração. Enquanto a duração refere-se à sua escolha pela *longuedureé*, o espaço explica-se por colocar “em causa ao mesmo tempo todas as realidades da história, todas as partes envolvidas” (Braudel, 1996b, p. 12). Destarte, o autor propõe o conceito de economia-mundo, definida como uma parte economicamente autônoma do planeta, capaz “de bastar-se a si própria [...] a mais vasta zona de coerência, em determinada época, em uma região determinada do globo”<sup>5</sup> (Braudel, 1996b, pp. 12-13).

Porém, essa unidade econômica não é homogênea em seu interior, podendo coexistir formas muito diferentes como o capitalismo e a economia de mercado. Aliás, uma ambiguidade recorrente é a identificação entre as duas, que na verdade não se confundem. Enquanto, na definição de Braudel o capitalismo é o local da rápida reprodução de capital, a economia de mercado é o sistema de trocas em que há flutuação e consonância de preços entre mercados de uma determinada zona. Segundo o autor, a palavra mercado também é muito usada equivocadamente, por ser aplicada em um sentido bastante amplo a todas as formas de troca. De certo modo, tal se deve à visão clássica do mercado autorregulador e promotor do crescimento, que por meio de suas trocas racionais iria interligando as diferentes regiões, assegurando o equilíbrio das atividades econômicas e regulando a

divisão do trabalho. O problema dessa concepção é que o mercado nem é um fenômeno imune a influências externas, nem corresponde ao conjunto de todas as atividades econômicas em sua tendência a criar uma unidade mundial.

Para Braudel (1996b), a economia de mercado foi se formando aos poucos ao longo do tempo, sem abarcar toda a economia coexistindo com outras formas econômicas, entre elas o capitalismo, em relações dinâmicas e variáveis ao longo da História. Porém, a tendência era que economias locais fossem se organizando em cadeias de mercados regionais, constituindo economias de mercado inclinadas a se voltar para um mesmo centro de atração e dinamismo. Este por sua vez se empenhava em tomar essas redes de mercados, remodelando-as conforme suas necessidades e integrando-as à sua dinâmica: “é como se a centralização e a concentração de recursos... se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da acumulação.” (Braudel, 1996b, p. 26).

Destarte, em sua concepção, o capitalismo escolhe “locais” de intenso dinamismo econômico e vai interligando as demais formas e regiões econômicas em torno das suas atividades “de eleição”. Nessa estrutura da economia-mundo, além da “economia de mercado” e do “capitalismo” haveria ainda um terceiro setor enorme, “a não economia”, no geral de atividades não monetárias. Esses três setores foram se ordenando no espaço em uma hierarquia de poder econômico, tendo o capitalismo como o topo, a economia de mercado como o miolo, e a não economia como a grande base.

Na realidade, o autor destaca que, neste processo de “centralização e concentração”, houve sempre uma aliança fundamental entre os detentores do capital e o poder político para garantir o funcionamento do sistema em prol de seus interesses, de tal modo que essa hierarquia econômica se expressou também como uma hierarquia política e regional. Tendo em vista que as economias-mundo existem desde tempos remotos, Braudel (1996b) realiza comparações entre elas visando a esclarecer o seu funcionamento, identificando duas regras tendenciais: primeiro, há sempre uma hierarquia entre zonas desiguais pobres e ricas, com um centro mais próspero polarizando as demais. Segundo, o núcleo capitalista está sempre em competição com outros aspirantes à liderança, de modo que os centros são substituídos ao longo do tempo. Também não foram sempre do mesmo tipo e estrutura, se diferenciando entre si nos seus arsenais de dominação econômica e política.

Portanto, apesar de suas grandes desigualdades internas, a economia-mundo conserva uma unidade de coesão em torno do dinamismo do seu centro,

4 Diante da difusão dessa visão “pós-Marx”, Braudel (1996a) pondera se de fato ocorreu uma mutação no conteúdo da palavra capitalismo relacionada à Revolução Industrial. Com esses fins, ele resgata a pesquisa de Simon Kuznets, segundo o qual não houve mudança brusca da taxa de poupança na era moderna (suposta incentivadora da expansão industrial). Se a explicação não estava no lado da poupança, talvez estivesse no do investimento: de fato, boa parte da formação de capital bruto antes da Revolução Industrial não era durável (construções e ferramentas frágeis), decorrendo em uma formação de capital líquido muito menor do que nas sociedades modernas. Ou seja, a Revolução Industrial permitiu tornar o capital fixo muito mais duradouro e aperfeiçoado, alterando radicalmente as taxas de produtividade.

5 Essa coesão relaciona-se especificadamente à vida econômica, podendo as economias-mundo abarcar sociedades, culturas e soberanias políticas diferentes, transcendendo as fronteiras entre civilizações e criando uma unidade de integração no seu espaço.



em uma coexistência tensa entre zonas econômicas que determinam um equilíbrio instável do conjunto. Cabe destacar que, para Braudel (1996b), essas desigualdades econômicas não são fruto de “vocações naturais”, mas expressam a consolidação de situações lentamente estabelecidas, em uma história de subordinações e relações de força desiguais<sup>6</sup> – uma visão que, de certo modo, difere da posição de Wallerstein (2000), para quem as desigualdades são raiz e causa do desenvolvimento capitalista, e da própria economia-mundo capitalista.

## A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: A CONTRIBUIÇÃO DE WALLERSTEIN

A mesma ênfase no longo prazo de Braudel justifica a definição de Wallerstein (2000) das “totalidades históricas” como as unidades de análise adequadas aos interesses da pesquisa social. Para ele, apesar de nas análises de longos períodos ser necessário dividir o horizonte temporal para observar as mudanças de um segmento a outro, não se pode jamais perder o “ponto de vista da totalidade”. Isso porque as fases não são discretas, mas contínuas, constituindo etapas de um processo cuja evolução não pode ser determinada *a priori*, mas só pode ser percebida *a posteriori*. Ou seja, elas não fazem sentido abstraídas de suas irmãs e do seu todo, só sendo compreensíveis se vistas dentro do conjunto do qual fazem parte, como segmentos interligados de uma unidade total.

O mesmo raciocínio é aplicado pelo autor ao estudo das partes integrantes de um sistema internacional, como países ou regiões específicas, defendendo que esses não podem ser adequadamente entendidos isolados da dinâmica regional ou internacional em que estão inseridos. Destarte, devem ser sempre abordados como partes de totalidades, que Wallerstein (2000) define como “sistemas sociais”, entendidos como a menor “rede” de atividades econômicas que atende às necessidades dos seus agentes, independente de elementos externos – ou seja, uma divisão de trabalho própria, uma lógica que pode existir sem uma unidade política comum, e até mesmo sem uma cultura comum<sup>7</sup>.

Wallerstein (2000) ressalta que esse modelo cons-

titui uma proposta alternativa a dois métodos opostos de análise – o nomotético e o idiográfico. Enquanto o primeiro tende à generalização ao defender que devem existir leis que expliquem os fenômenos como regularidades e não produtos do acaso; o segundo parte do pressuposto de que tudo está sempre mudando, impossibilitando repetições e generalizações. A metodologia proposta por Wallerstein (2000) seria uma “via intermediária” entre esses dois métodos, por investigar “quadros sistêmicos, bastante longos no espaço e no tempo para conter as ‘lógicas’ que determinam a maior parte das suas trajetórias, enquanto simultaneamente reconhece-se que esses sistemas têm início e fim, não sendo, portanto, fenômenos ‘eternos’”. (p. 136)

Destarte, o autor construiu um modelo teórico alternativo para realizar a análise comparativa, propondo como unidades de análise estruturas sistêmicas localizadas no tempo – os sistemas sociais. Ele identifica dois tipos de sistemas sociais na História, diferenciados pela sua estrutura (“ciclos” ou “ritmos”) e padrões de transformação interna (“tendências seculares”): os minissistemas e os sistemas-mundo. Enquanto os minissistemas foram caracterizados por um sistema cultural único, os sistemas-mundo podiam apresentar múltiplos sistemas culturais, dividindo-se em dois subtipos: os impérios-mundo e as economias-mundo, cuja principal diferença é a presença de um sistema político comum no primeiro, e a sua ausência no segundo.

Para Wallerstein (2000), o capitalismo sempre foi, desde suas origens, um sistema social de economia-mundo, não limitado a nações ou regiões. Sua principal característica seria uma divisão internacional do trabalho em expansão, impulsionada pelo objetivo de lucros comerciais nos mercados mundiais. À medida que as diferentes regiões fossem sendo incorporadas, produções especializadas seriam nelas desenvolvidas conforme as dotações de recursos locais, originando uma hierarquia de regiões desiguais sustentada por “trocas desiguais” entre os Estados fortes (“núcleo”) e as áreas fracas (“periferia”), com a apropriação do excedente da economia-mundo inteira pelo seu “núcleo” e a perpetuação de um processo de acumulação no núcleo e um ciclo de atraso na periferia.

Destarte, para Wallerstein (2000) foi se consolidando uma hierarquia tripartite na economia-mundo, à semelhança de Braudel (1996b), em que sob o primado do núcleo ficavam dois estratos, o das regiões secundárias relativamente desenvolvidas e o da enorme periferia atrasada e explorada. Tendo em vista essa distribuição desigual dos rendimentos, com a transferência da maior parte do excedente gerado pela maioria para a minoria, porque as insurreições

6 Ele critica a explicação de David Ricardo sobre as trocas desiguais entre Inglaterra e Portugal: o tratado de Methuen foi ditado por relações de força, não de “interesses comuns”.

7 De certa forma, Braudel (1996b) aproveitou essa visão para conceber a sua “zona de coesão econômica”, que também não necessariamente implica em uma homogeneidade sociopolítica-cultural.

generalizadas foram raras na História, apesar do persistente descontentamento dos primeiros contra os últimos? Segundo Wallerstein (2000), a explicação está no papel da semiperiferia, uma camada intermediária que “significa que o estrato superior não enfrenta a oposição unificada de todo o resto, pois o estrato médio é simultaneamente explorado e explorador” (p. 91). Nessa concepção, a semiperiferia torna-se uma condição à sobrevivência da economia-mundo, de essencialidade mais política que econômica, garantindo uma relativa estabilidade política ao evitar a polarização extremada.

Assim, as tensões entre grupos sociais, nações e regiões só podem ser entendidas, afirma Wallerstein (2000), tendo em vista essa estrutura da economia-mundo capitalista, em que certos grupos buscam seus interesses tentando distorcer o mercado e se organizando para pressionar o poder político, resultando em alguns mais poderosos do que outros, mas nenhum conseguindo controlar a economia-mundo por completo. Destarte, sua economia-mundo capitalista comporta contradições intrínsecas, que determinam uma evolução conturbada e descontínua, sujeita a crises periódicas e renovações sistêmicas.

## DOIS ESFORÇOS DE SÍNTESE: ARRIGHI E HARVEY

Assim como Wallerstein e Braudel, Arrighi (1996) também insiste na definição da *longuedurée* como o horizonte temporal adequado para empreender o estudo do capitalismo como sistema mundial, tendo em vista que suas tendências e conjunturas no século XX – os motivos originais de sua análise – talvez refletissem estruturas e processos em curso desde o século XVI. Destarte, sua pesquisa visa a identificar os padrões evolutivos que acredita terem permeado a história do capitalismo mundial como meio de melhor compreender as suas lógicas e funcionamento.

Fundamentando-sena noção braudeliiana de que a característica essencial do capitalismo sempre foi a “flexibilidade” para transitar por diversas atividades econômicas conforme as oportunidades de lucro – e não as formas específicas e concretas assumidas em diferentes lugares e momentos, como a industrialização no século XIX –, Arrighi (1996) aponta que a eleição pelo capitalismo, a cada momento, de um “local” da mais alta reprodução do capital, sempre foi um movimento de “mudança com continuidade”, na medida em que tais “locais” foram sendo trocados ao longo da história por outros de maior rentabilidade, em uma relação instrumental do capitalismo com os modos de troca e produção.

Além disso, Arrighi (1996) ainda retoma a noção

de Braudel de que, quando uma atividade não mais atende ao objetivo capitalista de lucro, ocorrem as expansões financeiras, sinalizando a exaustão de um ciclo de expansão produtiva. Ou seja, o predomínio do “capital financeiro” é visto como uma tendência sistêmica do capitalismo, indicando a crise de um ciclo material e sua reestruturação<sup>8</sup>. Destarte, o autor identifica um padrão histórico do capitalismo mundial, em que épocas de expansão produtiva (“mudanças contínuas”) se alternam com épocas de crise e relações puramente financeiras (“mudanças descontínuas”). Tomando essa ideia das expansões financeiras como fases finais dos grandes ciclos capitalistas, ele decompõe a história do capitalismo mundial em quatro unidades de análise chamadas “ciclos sistêmicos de acumulação”.

A fim de identificar os padrões evolutivos, seus “desvios” e as condições sistêmicas que determinam a continuidade ou rompimento das tendências anteriores, Arrighi (1996) se propõe a fazer uma análise comparativa desses quatro ciclos que, seguindo a preocupação de Wallerstein com “as totalidades históricas” como unidades de análise adequadas, não são concebidos como partes subordinadas de um todo pré-concebido ou casos independentes, mas como partes interligadas de um processo histórico de expansão mundial do capitalismo. Sequencialmente, eles se sobrepõem, e apesar de durarem cada vez menos, todos duram mais de um século (os “longos séculos”).

Sem presumir os ciclos, mas construindo-os factual e teoricamente em uma análise por “comparação incorporada”, o autor confirma a “mudança com continuidade” como padrão histórico do capitalismo mundial, alternando momentos de expansão produtiva com períodos de crise e reestruturação. E identifica ainda que a história cíclica do capitalismo como sistema mundial está intimamente relacionada à criação do sistema de Estados nacionais moderno, constituindo ambos dois processos interdependentes. Isso porque a expansão mundial do capitalismo ocorreu sob a liderança de certos agentes governamentais e empresariais, de tal modo que os seus ciclos sistêmicos de acumulação refletiram as estratégias e estruturas desses agentes.

<sup>8</sup> Arrighi (1996) também expressa esse raciocínio pela clássica fórmula de Marx, DMD’: na lógica capitalista, o capital-dinheiro D (liquidez) pode ser investido em qualquer atividade produtiva M (rigidez), mas sempre visando à ampliação do capital-dinheiro inicial D’ (liquidez acrescida), e não à produção propriamente dita. Ou seja, a produção é apenas um meio em que a liquidez é empregada para gerar mais liquidez, de modo que quando seu potencial de lucro se esgotasse haveria um retorno à liquidez até que outro meio mais rentável fosse encontrado.

Na realidade, assim como Braudel, Arrighi (1996) considera que os agentes de iniciativa capitalista já existiam “em toda parte, do Egito ao Japão” (p. 11), mas só na Europa depois de 1500 eles começaram a se concentrar por meio de processos históricos que impeliram as nascentes nações europeias à conquista territorial do mundo, iniciando a formação de um capitalismo mundial. Ou seja, a transição relevante não seria a do feudalismo ao capitalismo, mas a da iniciativa capitalista dispersa à concentrada, possibilitada pela aliança entre o Estado e o capital: “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado” (Braudel, 1984 *apud* Arrighi, 1996, p. 11).

Destarte, a emergência e expansão do capitalismo são vistos como dependentes do poder estatal, constituindo-o assim na antítese da economia de mercado – em contraste à comum identificação entre eles, e com o Estado em oposição a ambos. Apoiado pelo poder político, o capitalismo foi se afirmando como a camada superior da economia-mundo, provendo a “força” político-econômica para estruturar a distribuição de custos e benefícios entre a economia de mercado e as “não economias”. No entanto, o autor aponta que essa hierarquia e as relações entre as partes da economia-mundo alteram-se continuamente no tempo e no espaço, movidas pela luta perene por maiores rendas na divisão internacional do trabalho.

Em especial, Arrighi (1996) destaca que as alianças com as forças capitalistas eram intensamente disputadas pelos Estados, em uma competição interestatal pelo capital circulante que foi crucial para criar oportunidades ao capitalismo e fortalecer os grupos que lideraram os regimes de acumulação capitalista. Foi a concentração do poder capitalista nesses grupos que proveu capacidade suficiente para controlar a competição interestatal e garantir um mínimo de cooperação entre os Estados em prol da expansão capitalista. Portanto, as duas condições fundamentais à expansão do capitalismo mundial foram a competição interestatal pelo capital circulante e a formação de grupos com capacidade para promover e controlar a acumulação de capital<sup>9</sup>.

Na realidade, Wallerstein (2000) mostra que o vínculo histórico entre capitalismo e sistema moderno estatal foi marcado tanto pela unidade quanto

pela contradição, com os dois tendo se desenvolvido juntos de forma complementar e dependentes um do outro, mas também antagonônicos e conflitantes entre si. Se por um lado a competição interestatal pelo capital criou oportunidades de expansão ao capitalismo, por outro lado os conflitos entre Estados às vezes oneraram o capitalismo ao degenerarem em combates bélicos e na destruição de recursos.

Portanto, as relações entre capitalismo e Estado podem assumir diversas formas e ligações, de modo dinâmico e variável, tendo implicações diferentes para o funcionamento e evolução do sistema mundial de governo e acumulação de capital. Para Arrighi (1996), o limite de muitas análises e razão do seu baixo poder explicativo está na não abordagem desses aspectos da “tecnologia de poder” do capitalismo, sendo considerações restritas à avaliação convencional do “territorialismo”<sup>10</sup>.

De certo modo, Harvey (2005) se debruça sobre essas mesmas questões, mas com um olhar diferente, destacando o papel do espaço e da geografia na estrutura e dinâmica do capitalismo, e as implicações deste sobre as paisagens geográficas. Em sua interpretação, o capitalismo é um “sistema de circulação de capital que tem o lucro como objetivo direto” (p. 129), envolvendo em seu funcionamento infraestruturas físicas e sociais que compõem espaços de produção e consumo, com profundas implicações geopolíticas. Assim, com o objetivo de analisar as consequências geopolíticas do sistema capitalista mundial, o autor propõe a criação de uma teoria da geografia histórica do capitalismo<sup>11</sup>: “uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sobre o capitalismo, que possa [...] explicar a importância e evolução das funções do Estado, do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais” (Harvey, 2005, p. 144).

Para esse autor, a principal contradição do capitalismo surge do seu dinamismo tecnológico e organizacional, decorrente da competição intercapitalista e da sua permanente busca pela redução do tempo necessário para obtenção do lucro, que implica na

9 Apesar de se referirem ao sistema como um todo, cada ciclo de Arrighi (1996) é identificado a partir de sua unidade central de acumulação de capital: o genovês (séculos XV-XVI); o holandês (XVI-XVIII); o britânico (XVIII-XX) e o norte-americano (XIX em diante). Todos eles tiveram seus quatro Estados capitalistas dominantes, tendo intercalado fases de expansão material com fases de expansão financeira e reestruturação. Sequencialmente, cada ciclo abarcou dimensões, recursos, poderio e alcance maior que seu predecessor.

10 Segundo o autor, “capitalismo” e “territorialismo” são modos opostos de lógica de governo e poder: no primeiro, poder é medido pelo controle sobre o capital circulante, tendo as expansões territoriais como meios de potencializar a acumulação de capital (DTD). Já no segundo, poder se mensura pelas dimensões relativas, autossuficiência e força militar, sendo a acumulação de capital um meio para auferir esses elementos (TDT).

11 Segundo o autor, a Geografia foi “desprezada” em “toda a teoria social”, que tendeu a priorizar a História por considerar o espaço como um contexto dado e estável, não problemático. Assim, as estruturas e relações espaciais sempre foram, no geral, ajustadas *ad hoc* às análises, como redefinições externamente impostas.

substituição do trabalho e infraestruturas produtivas existentes. Assim, a crise se expressa com a não absorção dos excedentes de trabalho e capital, gerando desemprego e capacidade ociosa (“estado de superacumulação”). Por fim, a tendência é de desvalorização e destruição da infraestrutura social e física que ficou inativa, propiciando tensões e o surgimento de novas formas políticas e ideológicas.

Porém, aponta o autor, esses problemas podem ser temporariamente contornados por meio de reorganizações geográficas ou tecnológicas, chamadas por ele de “deslocamentos espacial” ou “temporal”. O deslocamento temporal pode se dar, por exemplo, por meio de investimentos de longo prazo usados para absorver os excedentes disponíveis no sistema. No entanto, essa absorção é comprometida pela existência de fricções no uso intersetorial de recursos (capital e trabalho são heterogêneos, diferenciando-se por liquidez e proficiência técnica) e pelo risco de não maturação desses investimentos. Ou seja, a crise pode ser adiada, mas não se torna inevitável.

Já o deslocamento espacial diz respeito à expansão ou reestruturação dos espaços geográficos, podendo ocorrer por meio da exportação ou importação de excedentes, da eliminação de “limites espaciais” ou da transformação das relações geográficas. Para Harvey (2005), o conhecimento desses fenômenos é fundamental à construção da sua teoria da geografia histórica do capitalismo e à compreensão da dinâmica capitalista, pois:

Suspeita-se... que, no século XX, a sobrevivência do capitalismo foi assegurada apenas pela transformação das relações espaciais e pela ascensão de estruturas geográficas específicas (como centro e periferia, primeiro e terceiro mundos). As ‘ondas inovadoras’, que outros autores... consideram fundamentais para a absorção dos excedentes de capital e trabalho... tinham, muitas vezes, tudo a ver com a transformação do espaço: as ferrovias, as telecomunicações... (Harvey, 2005, pp. 142-143)

Em outras palavras, a circulação do capital vai construindo uma “coerência estruturada” de produção e consumo em um espaço. Apesar de fundamentadas em estruturas fixas, elas não são imutáveis, sendo sensíveis às tensões inerentes à circulação do capital<sup>12</sup>, tendendo a reestruturações recorrentes, em uma instabilidade crônica. De certo modo, o capita-

lismo busca criar e moldar a paisagem física e social às suas necessidades em um instante, para destruí-la no posterior, sempre reformulando as estruturas geográficas.

Uma importante consequência dessa dinâmica é o surgimento de “alianças regionais de classes”, à semelhança das alianças entre Estado e capital de Arrighi, Braudel e Wallerstein, formadas em resposta à necessidade de defender as comunidades e valores de coerências já estruturados em um espaço. Elas diferem conforme os grupos de interesses, as condições locais e objetivos, podendo ter múltiplas relações com o Estado e suas instituições – de tal modo que os processos de lutas de classes ganham um novo significado, e as crises capitalistas podem degenerar em conflitos bélicos com importantes implicações geopolíticas.

Nesse contexto de alianças regionais, as tentativas de contornar temporariamente as crises por meio de deslocamentos temporais e espaciais ganham novos significados – como os “ajustes espaciais”, que implicam em mudanças na configuração dos territórios soberanos. Um exemplo destacado pelo autor é a exportação dos excedentes de capital e trabalho para construir novas capacidades produtivas em outras áreas (as colônias), uma empreitada que permite uma expressiva absorção de excedentes ociosos. Porém, Harvey (2005) pondera que eventualmente a “nova” economia poderá tender à sua própria coerência estrutural e aliança de classes regional, sendo vítima das contradições da sua própria circulação de capital. Ou seja, ela se tornará instável e terá que fazer seus próprios ajustes, podendo até entrar em competição com a nação “mãe” (como foi o caso dos EUA em relação ao Reino Unido).

Novamente, a desvalorização é inevitável, a não ser que novas regiões sejam abertas. Porém as contradições permanecem, e em algum momento irromperão em crise: “A consequência... é difundir as contradições do capitalismo em esferas sempre maiores” (Harvey, 2005, p. 156). Ou seja, os “ajustes espaciais” permitem adiar as crises, porém estas não podem ser evitadas eperigam em tornar o processo de crise convencional (superacumulação, desvalorização e destruição de excedentes, tensões sociais) um processo de crise mais global pautado por embates e conflitos econômicos, políticos e militares entre nações.

## CONCLUSÃO

Boa parte das dificuldades para compreender o capitalismo e suas múltiplas implicações reside na inadequação das ferramentas conceituais utilizadas para avaliar o seu universo sem preconceitos ou am-

12 Por exemplo, a superacumulação de excedentes e a luta de classes podem pressionar o deslocamento do capital e/ou trabalho; a dinâmica tecnológica e organizacional pode alterar os limites territoriais, tornando-os instáveis e porosos; e as novas formas capitalistas de organização (como as multinacionais) podem aumentar a liberdade de ação dos agentes privados e abalar os espaços soberanos nacionais.

biguidades. Destarte, buscou-se apoio nos estudos de alguns importantes pensadores do assunto, que apesar de assumirem posturas ora discordantes, ora complementares, em seu conjunto de ideias revelam uma grande riqueza elucidativa.

Não se pretendeu realizar uma síntese completa de todos os autores citados, um empreendimento de certo útil, mas que foge ao escopo deste artigo. Inten-tou-se apenas uma síntese das categorias abordadas que dialogam entre si, mantendo em mente que se tratam todos de escritores “de sua época”, cujos textos possuem local e data de concepção, e que carregam consigo fortes contextos ideológicos. Assim, a con-traposição de suas visões não pode prescindir de um esforço de descategorização e revisão de pressupostos.

Na realidade, de certa forma cada um desses pes-quisadores já realiza um esforço de reler, resignificar e dar novas aplicações aos conceitos e ideias desen-volvidas por seus antecessores ou contemporâneos: é inegável, por exemplo, o diálogo entre Braudel e Wallerstein; a interlocução de Arrighi com os dois e Smith; e a releitura que todos eles fazem de Marx. Assim, fica claro que o capitalismo, tema central a todos eles, é carregado de diferentes interpretações – políticas, econômicas e sociais –, a depender das hipóteses, períodos históricos e espaços geográficos de referência.

Em suma, parece ficar claro que o capitalismo constitui uma forma econômica entre várias, como a economia de mercado e a “nãoeconomia”, que não se confundem e que conviveram ao longo da his-tória por meio de relações dinâmicas e variáveis, a depender de diferentes fatores como os interesses e capacidades das alianças de classe regionais historica-mente desenvolvidas. Ou seja, são muitos os padrões de desenvolvimento possibilitados pelo convívio en-tre as várias formas econômicas em constante mu-tação, com diferentes implicações sobre o espaço e importantes consequências geopolíticas. No caso da

Europa moderna, graças às alianças firmadas com o poder político, o capitalismo logrou alçar-se ao topo da divisão social do trabalho que se estendeu pelo mundo, porém de modo cíclico e instável, e acima de tudo, notadamente flexível ao promover sucessiva-mente novos ciclos sistêmicos de acumulação de ca-pital, com seus respectivos novos centros de sempre crescente dinamismo econômico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: ori-gens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- \_\_\_\_\_. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: EditoraU-nesp, 1996.
- \_\_\_\_\_. The Developmentalist Illu-sion: A Reconceptualization of the Semiperiphery. In: Martin, W. G. (ed.). *Semipe-ripheral States in the World Economy*. Westport (CT): Greenwood Press, 1990.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Econo-mia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII*. Volume 2: Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fon-tes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Civilização Material, Economia e Capital-ismo – Séculos XV-XVIII*. Volume 3: O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume Editora, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contri-buição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006.
- SKINNER, Quentin. *Visions of politics: Volume I: Regarding method*. Cambridge: Cambridge Uni-versity Press, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Essential Waller-stein*. New York: The New Press, 2000. ■

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro  
Nelson Rojas de Carvalho

# 2014: O que esperar das ruas?

## Silêncio ou mobilização?

O primeiro semestre de 2013 deve, sem dúvida, ser considerado como ponto inédito de inflexão na história recente do País: tendo por elemento deflagrador o protesto contra elevação das tarifas de ônibus em São Paulo, milhões de jovens saíram às ruas em escalada crescente tanto em número de ativistas quanto na extensão da pauta de suas demandas. Enquanto o movimento de ocupação das ruas se disseminou em processo viral por centenas de cidades brasileiras, a agenda de reivindicações e críticas se ampliou em forma espiral: ao tema localizado das tarifas de ônibus veio se somar amplo leque de críticas, que se voltaram tanto à qualidade dos serviços públicos – notadamente a precariedade da educação e da saúde públicas – como a uma pauta de natureza ética, centrada nas manifestações mais ostensivas da natureza patrimonialista de nosso estado. A rua insurgente de 2013, rua inesperada tanto em sua eclosão como em sua dimensão, se mostrou ademais infensa a qualquer direcionamento por parte dos atores políticos. A resposta dos governos estaduais e federal, embora necessária, esteve longe de estancar o movimento: o congelamento das tarifas de ônibus e o pacote de leis enviado pelo Executivo ao Congresso, com propostas de considerável relevância, como a consulta popular sobre a reforma política, pouco repercutiram sobre o ânimo dos manifestantes.

Se a primeira onda da “primave-

ra brasileira” se notabilizou por sua amplitude e caráter inesperado, cabe assinalar que a primeira fase do movimento refluíu no horizonte de meses, dando lugar a uma rua mais radicalizada e violenta, tanto no que se refere à orientação dos manifestantes, como à resposta dos agentes policiais. A rua radicalizada e policiada – onde *black blocs* assumiram lugar de protagonismo – teria deslocado e neutralizado – para muitos, com o estímulo ou anuência velada dos poderes estabelecidos – uma rua politizada, sem direção, e potencialmente perigosa. A ocupação recente dos shoppings centers por jovens da periferia paulista representaria uma linha de continuidade, em escala reduzida e dotada de outro conjunto de significados, de uma rua que se radicaliza, para muitos, com o fim precípua de neutralização do retorno da primeira onda das manifestações de 2013.

Nesse momento, em ano chave, em que o Brasil sedia o seu primeiro megaevento e em que se disputam eleições desde já polarizadas tanto no plano nacional como nos estados, certamente uma pergunta se impõe tanto para os atores políticos como para os analistas – o que esperar das ruas deste ano: silêncio, mobilização ou radicalização? A resposta a essa questão requer mais do que nunca a compreensão, ao menos uma tentativa, das forças subjacentes às ruas de 2013. Esse é o esforço deste ensaio

Se ainda hoje o número de indagações ultrapassa de longe as tentativas de

### Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

é coordenador nacional do INCT Observatório das Metrôpoles e professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

lcqribeiro@gmail.com

### Nelson Rojas de Carvalho

é professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pesquisador do Observatório das Metrôpoles na Linha sobre Governança Metropolitana.

nelsonrc@domain.com.br

resposta sobre a natureza e o sentido dos movimentos reivindicatórios que mobilizaram os jovens nas praças e avenidas das principais cidades do País em 2013, se a cautela analítica prevalece no campo da reflexão e a prudência no terreno da ação das lideranças políticas, algumas hipóteses podem e devem ser levantadas em relação a duas dimensões que figuraram como novas e inesperadas expressões desse movimento de natureza e extensão também inéditas: (i) a forma de ação – avessa a todas as organizações associativas tradicionais, notadamente os partidos políticos, mas também sindicatos, associações profissionais e comunitárias etc. – e (ii) o objeto da ação – uma agenda difusa de temas de orientação ética e moral, deflagrada por um problema central da vida das grandes cidades – a precariedade do transporte público e crescente limitação da mobilidade urbana. Problema, por seu turno, que se alastrou para outros aspectos do cotidiano das cidades brasileiras – na crítica à precariedade dos seus serviços básicos – que estão na raiz de nosso mal-estar urbano. Da análise dos movimentos das ruas, devemos destacar, antes de mais nada, que os jovens promoveram uma associação inédita entre a crítica ao nosso modelo de cidade, de um lado, e a defesa de valores éticos que denunciam aspectos patrimonialistas do nosso Estado e a dinâmica excludente e segregacionista da vida de nossas cidades, de outro.

O descolamento e mesmo visão crítica dos jovens em relação aos partidos políticos em todas as passeatas – exclusão que não poupou novas legendas como o PSOL ou PSTU – traduz fenômeno que nem é peculiar à situação brasileira, nem representa novidade para aqueles que acompanham a cena política aqui e alhures: a crise dos pilares centrais das democracias representativas – em especial, a perda crescente de legitimidade do sistema dos partidos políticos, como instrumentos de vocalização das clivagens sociais e das demandas cidadãs – trata-se de fenômeno de anos. A deserção da militância dos partidos tradicionais, o crescimento dos eleitores independentes, a volatilidade partidária, o surgimento de legendas novas e candidatos independentes trata-se de eventos que salpicam nas principais democracias consolidadas europeias há pelo menos vinte anos.

Cabe aqui assinalar, no entanto, que se o afastamento entre o sistema político e a cidadania é tendência do conjunto das democracias, entre nós o distanciamento entre a pólis e a demos parece ter assumido uma dimensão inaudita. Vale aqui uma auto-crítica por parte daqueles que avaliaram a governabilidade de nosso sistema político tão somente a partir do segundo andar desse sistema, a saber, do exame da articulação entre os poderes, notadamente, a partir das relações entre o e Executivo e Legislativo, ou seja,

focando a análise apenas nos sinais do aparente sucesso do nosso presidencialismo de coalizão. Para esses analistas, o presidencialismo de coalizão bem azeitado seria condição suficiente para garantir ao País as condições de governabilidade. Ora, esquecemos, com raras exceções, de olhar para o primeiro andar de nosso sistema político, a saber, para os mecanismos de representação, para a capacidade de o sistema representativo absorver e processar as demandas sociais.

Vale ainda assinalar um aspecto não menos importante da dinâmica política dos movimentos de 2013. Tudo leva a crer que nossos indignados apresentassem por base social jovens oriundos da classe média clássica, ou seja, os detentores de parcelas expressivas do capital cultural da sociedade. A classe média que desde 2004 se viu desalojada da atual coalizão de forças no poder, a saber, coalizão que comporta as elites conservadoras e as pretensamente progressistas e os segmentos populares tradicionalmente desorganizados e transformados pelos *think tanks* do establishment na “nova classe média”. Em “As bases sociais do lulismo”, André Singer mostrou com clareza a transformação ocorrida na base da coalizão no poder ao longo dos últimos anos: a classe média urbana que constituiu a base da eleição de Lula em 2002 foi substituída pelos segmentos mais pobres a partir de 2004, com a expressiva ampliação de programas de inclusão como o Bolsa Família e sob os impactos políticos da sua inserção no mercado de consumo dos bens duráveis. Não seria equivocado afirmar que, fora da coalizão de poder, órfã de representação política e eventualmente ameaçada em suas fronteiras de distinção social, as ruas vocalizam em grande medida o deslocamento desse segmento social para as margens do esquema de poder, além da incapacidade de qualquer força política capaz em representá-la.

Cabe, por fim, avaliarmos o que para muitos analistas representou o aspecto mais enigmático das ações: a forma em que jovens multiplicaram-se pelas ruas, sem qualquer sinalização de lideranças carismáticas, a partir de redes sociais, numa escalada em que a progressão dos números se acompanhou pela diluição e mesmo alteração da agenda inicial e pela absoluta falta de condução. A primeira pergunta que se faz é: trata-se de um movimento social? Cremos que não. Estamos diante de um fenômeno de ação coletiva, mas não de um movimento social. Este pressupõe ao menos estratégia e, em alguns casos, táticas. As mobilizações acompanharam-se pela própria definição do significado ou dos significados últimos da ação.

A forma de ação de nossos indignados não seria novidade para um conjunto de analistas que tem sugerido e verificado que concomitante à crise das ins-

tituições ganha terreno das democracias uma Nova Cultura Política, que traz como traços centrais a automobilização, em detrimento das formas clássicas de ação coletiva no campo da política, a orientação em torno de valores pós-materialistas e a ideologia da horizontalidade (isto é, a recusa a toda e qualquer relação vertical). A busca de reconhecimento e a autoexpressão são ingredientes adicionais presentes no que chamaríamos de nova cultura cívica. Se são os jovens e mulheres os principais atores portadores dessa nova cultura política, aqui vale uma nota sobre a peculiaridade brasileira: vivemos momento singular de sua história demográfica. Os jovens de 14 a 24 anos passam a compor a coorte de maior peso no conjunto da população brasileira, especialmente nas metrópoles, o que traz impacto e alterações substantivas na dimensão do trabalho, da educação e da família.

Sem sombra de dúvida, os atos que ocorreram nas ruas seguiram de maneira quase que coreografada o roteiro dos elementos centrais dessa nova cultura cívica: jovens movidos por uma agenda difusa de natureza pós-materialista – com a ênfase na cobrança de comportamento ético das lideranças políticas –, a automobilização e a recusa de atribuição de legitimidade tanto às organizações políticas tradicionais (partidos, sindicatos e movimentos organizados) como a líderes carismáticos, com o espaço público ocupado por jovens ciosos de reconhecimento e de autoexpressão. Se essa análise tem pertinência, podemos desde já projetar uma consequência dos atos em curso: dificilmente pode-se esperar das ruas o renascimento da vida associativa como no passado conhecemos. Trata-se de novo civismo.

Civismo e modalidade de participação em congruência com o que se designa por efeito metrópole sobre a constituição do sujeito: os movimentos nascem do caldo cultural própria da metrópole. Cabe aqui lembrar que, se as primeiras reflexões dos clássicos sobre a vida nas cidades, com a de Simmel, supunham o aniquilamento das individualidades pela urbis, a visualização dos movimentos expressa algo novo, um próprio metropolitano, com dinâmica avessa àquela antevista pelos estudos inaugurais sobre o efeito da vida urbana. Em vez de expressar uma opressão dos indivíduos, a vida espiritual da metrópole abre espaço para sua mais plena manifestação: cada um é convidado a criar a sua reivindicação, insatisfação e rebeldia. Longe de produzir o nivelamento homogeneizador e anulador das diferenças, a cultura metropolitana traz o seu contrário: o coletivo sem vida, ganha espírito pelas manifestações de todas as individualidades possíveis. A incongruência, diversidade e mesmo antagonismo das palavras de ordem, insígnias e cartazes vistos nas ruas de 2013 foram a

expressão mais genuína desse espírito.

Cabe, por fim, lembrarmos que o mal-estar urbano constituiu o estopim das manifestações subsequentes, mal-estar focalizado em tópico de relevância que atravessa a dinâmica das nossas cidades: a precariedade do sistema de transporte e mobilidade urbana cada vez mais exígua. Mas, esses dois problemas são apenas a ponta de um grande iceberg mergulhado no sentimento de indignação dos habitantes das grandes metrópoles diante dos evidentes efeitos da privatização da política. A cidade vem sendo transformada em máquina de produção de emprego, renda, consumo e votos que reproduz em nova escala e novos formatos os velhos e os novos interesses da acumulação privada de riqueza e de poder político. A experiência cotidiana dos moradores das grandes cidades produz um forte sentimento de dissociação aguda entre o sistema político e sociedade. Onde é decidida a realização das grandes obras apresentadas como padrão FIFA ou padrão Comitê Olímpico? Quem decide? A quem recorrer quando os sucessivos desastres urbanos acontecem? Cabe aqui especularmos em que medida as ruas estão introduzindo uma temática nova: a politização da questão urbana pela enunciação das múltiplas dimensões dos conflitos se arma em torno da produção e uso da cidade. Entre a cidade-mercadoria e a cidade-riqueza social promotora do bem-estar da coletividade.

Com toda certeza, esse conjunto de elementos e de insatisfações permanece na pior das hipóteses em estado de latência. Não seria equivocada, ao contrário, a suposição segundo a qual o mal-estar urbano – caldo de cultura das manifestações de 2013 – vem se agravando com o ritmo acelerado da mercantilização de nossas cidades, com a privatização e elitização dos espaços públicos, com o aprofundamento da dinâmica da segregação urbana. Ora, desde 2013, e de forma crescente, percebe-se que as intervenções que prepararam os megaeventos obedecem sobretudo a uma lógica mercantil na qual se comprime o direito à cidade. Dinâmica que se expressa e se condensa nos subterrâneos da vida nas cidades brasileiras e que, com toda certeza, se configura como forças propícias a irromper à superfície mais uma vez. Nesse ambiente, e com a proximidade dos megaeventos, a rua potencialmente em irrupção vem sendo adiada e neutralizada pela rua policiada onde os segmentos mais radicalizados, sem o saberem, operam como aliados da coalizão de interesses que reconfigura as cidades brasileiras na direção do mercado e da exclusão. Aqui vale um alerta: o silenciamento das ruas em 2014 certamente implicará um afastamento ainda maior entre os cidadãos e o sistema político, afastamento pouco recomendável na vida das democracias. ■



ensaio

Núcleo de Estudos e  
Pesquisas Audiovisuais em Geografia

# Maravilhoso Caos



*Irresponsabilidade carioca, de Rodolfo Mattos*





**E**m meados de 2012 os alunos que compõem o Núcleo de Estudos e Pesquisas Audiovisuais em Geografia (NEPAG) do Colégio Pedro II Campus Realengo II escolheram o foco das nossas pesquisas em 2013 a partir da seguinte pergunta: Quais são os maiores problemas do Rio de Janeiro atualmente? A mobilidade urbana foi prontamente indicada por quase todos os alunos do Ensino Médio e Fundamental. O ano de 2013 mostrou que a escolha foi acertada, pois existe um interesse crescente da sociedade sobre o tema.

Em vez de produzirmos um filme como no projeto anterior sobre o Quilombo São José, decidimos dar uma abordagem pedagógica transmídia ao tema. Além da produção do documentário *Maravilhoso Caos*, trabalhamos com a criação de jogos, podcast, artigos científicos, contos, quadrinhos e fotos. No decorrer do projeto, o “I Concurso de Fotografia do NEPAG” buscou aproximar o projeto e a comunidade escolar e premiou as quatro melhores fotografias que retratassem situações comuns ao trânsito do Rio.

A partir das fotos vencedoras, mas não só delas, o ensaio que se segue foi composto. Alunos, ex-alunos, funcionários e professores refletiram sobre o tema de dentro dos carros, ônibus, estações, nas calçadas e através das janelas. São imagens que despertam uma reflexão sobre a mobilidade de nossa cidade. O ensaio transita entre o que se move e não se move, e abre caminhos para a reflexão sobre o constante fluxo pelo espaço geográfico.

As fotos vencedoras do “I Concurso de Fotografia do NEPAG” foram respectivamente: Hora do rush de Pedro Monteiro; Banco de trás de Mariana Saguais; Irresponsabilidade carioca de Rodolfo Mattos e Pés x Rodas de Yuri Schaidler.

**Yan Navarro**

Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Audiovisuais em Geografia (NEPAG)  
yannavarro@gmail.com

REALIZAÇÃO



APOIOS

